



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO - UEMA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO – PPG
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA, NATUREZA E
DINÂMICA DO ESPAÇO – PPGeo

KARLLA FABIANNA LIMA SANTOS

**DO DELTA DAS AMÉRICAS AOS PEQUENOS LENÇÓIS: produção e consumo
do espaço turístico de Tutóia- Maranhão**

SÃO LUÍS
2018

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO - UEMA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO – PPG
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA, NATUREZA E
DINÂMICA DO ESPAÇO – PPGeo

KARLLA FABIANNA LIMA SANTOS

DO DELTA DAS AMÉRICAS AOS PEQUENOS LENÇÓIS: produção e consumo do
espaço turístico de Tutóia- Maranhão

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Geografia, Natureza e Dinâmica do Espaço, do
Departamento de História e Geografia da Universidade
Estadual do Maranhão como requisito para a obtenção do
título de Mestre em Geografia, Natureza e Dinâmica do
Espaço.

Linha de pesquisa: Dinâmica do Espaço Urbano e Rural

Orientador: Prof. Dr. Antonio Jose de Araújo Ferreira

SÃO LUIS
2018

Santos, Karlla Fabianna Lima.

Do Delta das Américas aos Pequenos Lençóis: produção e consumo do espaço turístico de Tutóia – Maranhão / Karlla Fabianna Lima Santos.
– São Luís, 2019.

168 f.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Natureza e Dinâmica do Espaço, Universidade Estadual do Maranhão, 2019.

Orientador: Prof. Dr. Antônio José de Araújo Ferreira.

1. Turismo. 2. Tutóia. 3. Produção do espaço. I. Título.

CDU 911.3(812.1)

KARLLA FABIANNA LIMA SANTOS

DO DELTA DAS AMÉRICAS AOS PEQUENOS LENÇÓIS: produção e consumo do espaço turístico de Tutóia- Maranhão

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, Natureza e Dinâmica do Espaço, do Departamento de História e Geografia da Universidade Estadual do Maranhão para a obtenção do título de Mestre em Geografia, Natureza e dinâmica do Espaço.

Aprovada em ____ de _____ de _____

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Antonio José de Araújo Ferreira
Orientador

Prof. Dr. Cláudio Eduardo de Castro
(Universidade Estadual do Maranhão)

Prof. Dr^a Luzia Neide Menezes Teixeira Coriolano
(Universidade Estadual do Ceará)

AGRADECIMENTOS

Acredito que uma jornada só poderá ser inteligente quando, a finalidade das nossas ações tem o objetivo de contribuir para o equilíbrio da “natureza”. Ao tentar atingir esse objetivo, cruzaram na minha vida, almas diligentes que me ajudaram a chegar no meu propósito. Portanto, em breves palavras, gostaria de expressar meus sentimentos de agradecimento:

Ao meu Deus, por todas as bênçãos e principalmente por me conceder forças para continuar a caminhada. Somente nós dois sabemos o quanto foi difícil, por isso, te agradeço por todas as orientações;

A toda a minha família, em especial aos meus pais, o meu irmão e a minha irmã, Thamires Barroso Lima, por todo o carinho, apoio e amor durante esse período;

Ao Professor Doutor Antonio José de Araújo Ferreira, por todos os ensinamentos e orientações, pela amizade e acima de tudo, por ter tido paciência durante a dissertação científica;

A todos os professores do Programa de Pós- Graduação em Geografia, Natureza e Dinâmica do Espaço, pela transmissão de conhecimentos, pelo acolhimento e ensinamentos concedidos. No entanto, agradeço em especial do Professor Doutor Fernando Bezerra, a quem admiro muito como profissional da educação e por sua disponibilidade em me ajudar;

A todos amigos e companheiros dessa caminhada. Em especial a Edilana Wasney, Gisselly Muniz, Laécio Dutra, Ronaldo Sodré e Marlón Marcos, por dividir as angústias e pressões sofridas durante o mestrado;

A instituição de fomento, a CAPES, pelo apoio financeiro para a consolidação dessa pesquisa. Acredito que essa instituição, assim como as demais que fomentam pesquisas no Brasil, são instrumentos importantes para o desenvolvimento da nossa sociedade. Ressalto ainda que, a minha imensa gratidão em poder contribuir com informações que auxiliem de maneira positiva na realização do turismo em Tutóia;

Agradeço a secretaria do Programa de Pós Graduação em Geografia, Natureza e Dinâmica do Espaço (PPGeo), Nana Alves, pelo profissionalismo em operacionalizar as ações do programa;

A todos os entrevistados, que disponibilizaram um pouco dos seus valorosos tempo para contribuir com a pesquisa. Agradeço em especial, a Nathan Oliveira, Assessor da Secretaria de Turismo, pela imensa ajuda, pelos diálogos, pelos dados repassados e pelo apoio na realização de trabalho de campo;

A toda população tutoiense, pelo acolhimento;

A todos que contribuíram de forma direta ou indireta, meu MUITO OBRIGADA!

“Junto as mãos ao meu redor, faço o melhor que sou capaz, só pra viver em paz”

(MARCELO CAMELO)

RESUMO

O turismo é uma das atividades que possui a capacidade de materializar o processo de produção do espaço, assim como propicia que o aumento da receita do Estado seja possível a partir da prática social do turismo. Por esse motivo, intervenções públicas e privadas planejadas (ou não) acontecem no sentido de transformar o espaço em territórios turísticos; nesse contexto se insere o município de Tutóia, localizado no Litoral Oriental do Maranhão, que com a elaboração do Plano de Desenvolvimento Integral do Turismo no Maranhão- Plano Maior (MARANHÃO, 2000) foi incluído no Polo Turístico Delta das Américas, junto com os municípios de Paulino Neves, Água Doce do Maranhão e Araiões. O objetivo dessa dissertação é analisar a produção e consumo dos espaços turístico, a partir dos principais instrumentos de políticas públicas do turismo, bem como analisar a própria dinâmica espacial do município de Tutóia. O uso do método dialético permitiu chegar a uma identificação e posteriormente a um entendimento sobre os conflitos e contradições que são oriundos do processo do desenvolvimento turístico. Para tanto, o caminho metodológico percorrido envolveu: levantamento bibliográfico, documental e cartográfico; entrevistas estruturadas e abertas com os agentes de produção do espaço turístico: o trade turístico de Tutóia, o turista, a comunidade, e os gestores públicos de turismo; coleta de pontos geográficos para a produção de mapas temáticos; trabalho de campo para a realização de visitas técnicas, aquisição de material documental e registro fotográfico; diálogos com agentes sociais diretamente envolvidos com o turismo. Os resultados apontaram que, apesar da grande potencialidade do lugar e o fato dos operadores estarem ampliando significativamente os equipamentos e serviços, a gestão municipal encontra-se desalinhada com o trade turístico, e essa por sua vez ainda não prioriza o desenvolvimento do turismo, o que gera muito conflito entre esses dois agentes. A finalização dessa dissertação revelou um cenário não favorável à produção e ao consumo do espaço turístico em Tutóia, partindo da conjectura que a ineficiência e ausência do poder público municipal concorre para a exclusão do município do Mapa Turístico Brasileiro 2019, fato que constitui um retrocesso a uma unidade subnacional que vem ganhando visibilidade a partir de referências como a “Rota das Emoções” e a inclusão do Polo Turístico Delta das Américas na promoção e divulgação do turismo do Estado do Maranhão.

Palavra- chave: Turismo. Tutóia. Produção do Espaço.

ABSTRACT

Tourism is one of the activities that has the capacity to materialize the process of production of the space, as well as propitiates that the increase of the revenue of the State is possible from the social practice of tourism. For this reason, planned and public interventions (or not) happen in the sense of transforming space into tourist territories; In this context, the municipality of Tutóia, located on the Eastern Coast of Maranhão, is included. The Plan of Integral Development of Tourism in Maranhão-Plano Maior (MARANHÃO, 2000) was included in the Delta Tourist Pole of the Americas, together with municipalities of Paulino Neves, Maranhão Freshwater and Araiões. The objective of this dissertation is to analyze the production and consumption of tourism spaces, based on the main instruments of tourism public policies, as well as to analyze the spatial dynamics of the municipality of Tutóia. The use of the dialectical method allowed arriving at an identification and later to an understanding on the conflicts and contradictions that come from the process of the tourist development. For that, the methodological path covered involved: bibliographical, documentary and cartographic survey; structured and open interviews with the agents of production of the tourist space: the tourist trade of Tutóia, the tourist, the community, and the public managers of tourism; collection of geographical points for the production of thematic maps; fieldwork for technical visits, acquisition of documentary material and photographic record; dialogues with social agents directly involved with tourism. The results pointed out that, despite the great potential of the place and the fact that operators are significantly expanding their equipment and services, municipal management is out of alignment with the tourism trade, and this in turn still does not prioritize the development of tourism, which creates much conflict between these two agents. The conclusion of this dissertation revealed a scenario unfavorable to the production and consumption of the tourist space in Tutóia, starting from the conjecture that the inefficiency and absence of the municipal public power competes for the exclusion of the municipality of the Brazilian Tourist Map 2019, fact that constitutes a regression to a subnational unit that has been gaining visibility through references such as the "Emotions Route" and the inclusion of the Delta Tourist Zone of the Americas in the promotion and dissemination of tourism in the State of Maranhão.

Key words: Tourism. Tutóia. Production of Space.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Mapa de localização de Tutóia (Maranhão).....	17
Figura 2. Mapa do turismo no Brasil 2016	45
Figura 3. Zonas Turísticas do Maranhão em 1980	50
Figura 4. Regionalização do turismo no Maranhão.....	54
Figura 5. Mapa da regionalização turística do Maranhão- ano 2017	60
Figura 6. Roteiro Integrado Jericoacoara- Delta do Parnaíba- Lençóis Maranhenses "Rota das Emoções"	66
Figura 7. Municípios que compõem a Região Turística do Meio- Norte.....	68
Figura 8. Igreja de Nossa Senhora da Conceição (Tutóia Velha)	72
Figura 9. Placa de sinalização turística em Tutóia Velha.....	73
Figura 10. Casa com fachada antiga na Rua Magalhães de Almeida.....	74
Figura 11 Antiga casa comercial na Rua Senador Leite.....	74
Figura 12 A) Prefeitura Municipal e Banco BANORTE S. Ano de 19[--]; B) Prédio da Prefeitura Municipal de Tutóia ano de 2018	76
Figura 13. Internacional Porto de Tutóia, século XIX	77
Figura 14. A) Navio Aline Ramos no século XIX; B) Carcaça do Navio Aline Ramos naufragado na Praia da Barra, set. 2016	78
Figura 15. Ecorodovia de bloquetes, MA 315.....	79
Figura 16. Mapa de infraestrutura e vias de acesso ao município de Tutóia.....	81
Figura 17. Placas de sinalização turística:	82
Figura 18. Pavimentação na sede de Tutóia	83
Figura 19. Terminal Rodoviário de Tutóia.....	84
Figura 20. Atracadouro de Tutóia	85
Figura 21. Barco de pesca oriundo de Camocim (CE).....	90
Figura 22. Acúmulo de lixo na área de restinga na praia da Andreza.....	93
Figura 23. Restos de animais abatidos no Mercado Municipal de Tutóia	94
Figura 24. Urubus (Cathartidae) às margens do Rio Comum, na sede de Tutóia	95
Figura 25. Rio Bom Gosto	96
Figura 26. Notícia sobre a criação do Plano de Manejo da RESEX do Delta do Parnaíba	98
Figura 27. Mapa de sobreposição de Unidades de Conservação em Tutóia	100
Figura 28. Mapa de atrativos naturais em Tutóia (Maranhão).....	102

Figura 29. Balneário do Rio Barro Duro	103
Figura 30. Balneário do Rio Bom Gosto	104
Figura 31. A) Lagoas dos Pequenos Lençóis; B) Lagoa do Maceió; C) Praia do Amor; C) Nascer do sol	105
Figura 32. Mapa de localização da Comunidade do Arpoador (Tutóia)	106
Figura 33. Bar e Restaurante do Padinha (Arpoador- Tutóia).....	107
Figura 34. Folders de divulgação de Kite trip em Arpoador (Tutóia).....	109
Figura 35. Prática de kitesurf nas lagoas dos Pequenos Lençóis em Arpoador	110
Figura 36. Falésias de Santo Antônio (Porto de Areia- Tutóia).....	110
Figura 37 Praia da Andreza	111
Figura 38. Praia da Barra.....	112
Figura 39. A) e B) Festejo do Divino Espírito Santo; C) e D) Dança do Caroço	113
Figura 40. Centro de Apoio à Cultura Tutoiense	115
Figura 41. Secretaria de Turismo de Tutóia	116
Figura 42. Logomarca do Delta das Américas	117
Figura 43. Roteiro náutico das ilhas de Tutóia.....	119
Figura 44. Revoada dos Guarás.....	122
Figura 45. Membros da Trade Turística de Tutóia.....	125
Figura 46. Orla Marítima na sede de Tutóia.....	130
Figura 47. Projeto para melhoria do Atracadouro mais o Mercado Municipal de Tutóia	131
Figura 48. Mercado Municipal de Tutóia.....	131
Figura 49 Mapa de localização da infraestrutura turística.....	133
Figura 50. Imóveis à venda na Rua Magalhães de Almeida	134
Figura 51. A) Pousada Vila Tutóia; B) Pousada Jagatá; C) Hotel Costa Delta; D) Pousada e Restaurante Baluarte.....	136
Figura 52. Feira de Artesanato em Tutóia	137

LISTA DE QUADRO

Quadro 1. Brasil: PNT e os macroprogramas	41
Quadro 2. Gestão compartilhada do Programa de Regionalização do Turismo	44
Quadro 3. Caracterização do Mapa do turismo do Brasil	46
Quadro 4. Descrição das ações estadual para a promoção do turismo (1962 a 1979) ..	49
Quadro 5. Classificação dos Polos Turísticos do Maranhão	57
Quadro 6. Tempo de permanência do turista da Rota das Emoções	67
Quadro 7. Calendário de eventos tradicionais com apelo turístico de Tutóia.....	114
Quadro 8. Necessidade e visão dos agentes na produção do espaço turístico	124
Quadro 9. Investimentos do Ministério do Turismo para Tutóia.....	129

LISTA DE GRÁFICO

Gráfico 1. População Total de Tutóia, 1991, 2000, 2010 e 2017	86
Gráfico 2. População por faixa etária de Tutóia (ano 2010).....	87
Gráfico 3. PIB do município de Tutóia (2015).....	89
Gráfico 4. Porcentagem da cobertura de Saneamento básico e energia elétrica do município de Tutóia, 2010.....	92
Gráfico 5. Destinação do uso de água de poços públicos e privados	95

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APA	Área de Proteção Ambiental
ATTT	Associação da Trade Turística de Tutóia
CADASTUR	Cadastro dos Prestadores de Serviços Turísticos
CPRM	Companhia de Pesquisa e Recursos Minerais
CAEMA	Companhia de Água e Esgoto do Maranhão
EMBRATUR	Empresa Brasileira de Turismo
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IMESC	Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IBAMA	Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais
ICMBIO	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IFPI	Instituto Federal do Piauí
INFRAERO	Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária
LOA	Lei Orçamentária Anual
MTUR	Ministério do Turismo
MARATUR	Empresa Maranhense de Turismo
MMA	Ministério do Meio Ambiente
PBA	Programa Brasileiro de Artesanato
PIB	Produto Interno Bruto
PLANTUR	Plano Nacional de Turismo
PNMT	Programa Nacional de Municipalização do Turismo
PNT	Plano Nacional de Turismo
PRODETURIS	Programa de Desenvolvimento do Turismo em Zona Prioritária do Ceará
PDSRT	Plano de Desenvolvimento Sustentável da Região Turística do Meio-Norte
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRODETUR	Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo
PRT	Programa de Regionalização do Turismo
RESEX	Reserva Extrativista
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SECTUR	Secretaria de Cultura e Turismo do Estado do Maranhão
UFPI	Universidade Federal do Piauí
ZEE	Zoneamento Ecológico Econômico

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
SEÇÃO 1: REFLEXÕES TEÓRICO- METODOLÓGICA	20
1.1. Turismo e a produção do espaço	25
1.2. Planejamento das políticas públicas do uso do território turístico	30
1.3. Revalorização do espaço: o turismo litorâneo.....	34
SEÇÃO 2: O MARANHÃO E AS REGIÕES TURÍSTICAS	39
2.1. Políticas de planejamento do uso do território turístico no Brasil: regionalização do turismo	40
2.2. A regionalização do turismo no Maranhão	48
2.3. Planejamento da produção do espaço turístico em Tutóia	62
SEÇÃO 3: A PRODUÇÃO DO ESPAÇO TURÍSTICO EM TUTÓIA	70
3.1. Aspectos históricos e socioambientais do município de Tutóia.....	71
3.2. O uso do território turístico em Tutóia.....	97
3.3. Os agentes sociais de produção do turismo em Tutóia: conflitos e contradições 124	
SEÇÃO FINAL: CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	140
REFERÊNCIAS	146
ANEXOS	152
APÊNDICE	161

INTRODUÇÃO

O turismo no Brasil foi idealizado como “salvador da pátria”, ou seja, uma atividade econômica que é capaz de contribuir para o aumento da receita do país e geração de emprego e renda. Assim sendo, a partir da década de 1990 políticas públicas ganham força, tendo como referência a Política Nacional de Turismo, que objetiva a territorialização do turismo. Tal informação é validada em dados quantitativos fornecidos pela Organização Mundial do Turismo- OMT (2016), os quais revelam que o desembarque internacional foi de 10.172.972 (dez milhões, cento e setenta e dois mil, novecentos e setenta e dois) passageiros e que contribuiu para a geração de uma receita no valor de US\$ 6.024 milhões.

De fato, a atividade turística possui a capacidade de contribuir para o aumento da receita de um país, entretanto assim como qualquer outra atividade econômica que movimenta os fluxos e fixos capitalistas, acaba por produzir conflitos decorrentes do uso dos territórios, que tem como consequência a pobreza, a degradação socioambiental, a segregação espacial e a privatização de espaços públicos. Sansolo e Cruz (2003, p. 4) argumentam que:

O turismo é capaz, de fato, de trazer grandes benefícios para o Brasil, como foi e tem sido com outras nações, mas somente baseado em um processo lento e planejado. Não se pode esperar que o turismo, como setor da vida social, traga a solução de todos os problemas de emprego do país ou a tão sonhada justiça social.

Assim, o planejamento como instrumento, conduzirá o desenvolvimento da atividade no território e define qual o tipo de turismo que se almeja. O planejamento, ressalta Rushmann (1997), é o estabelecimento de critérios para que o turismo se desenvolva de maneira equilibrada, levando em conta as “características, a fragilidade dos ecossistemas naturais e a originalidade das culturas receptoras” (BOUND e BOVY, 1977, p. 164), sendo que a esses itens podem ser acrescentados o bem estar das populações receptoras, melhorias da infraestrutura urbana e geração de emprego e renda.

O turismo como uma atividade de produção não-material que repercute no consumo não-material, sugere que a produção e o consumo do “espaço turístico” são diferenciados e se particularizam na medida em que “não se comercializa a terra, o recurso natural ou o local de qualidade singular, mas a mercadoria ou serviço produzido por meio de seu uso” (HARVEY, 2005, p.28).

Essa transformação do espaço em mercadoria acontece pela força de atuação dos agentes de produção e consumo do espaço, que canalizam suas forças para o

aproveitamento do território turístico. Assim, esses agentes foram identificados como: o Estado, representado pelos promotores das políticas públicas de turismo em nível estadual, municipal e federal; o setor privado que corresponde aos empresários de equipamentos e serviços turístico (meios de hospedagens, meios de alimentação, guias de turismo, agências de turismo, serviços de transporte, serviços de entretenimento e outros); pela sociedade de Tutóia; e pelo turista que visita o lugar.

O Estado como o agente presente em todos os espaços e o indutor para a produção e consumo dos espaços, cria políticas norteadoras para a indução do turismo no território brasileiro. Nessa dissertação o enfoque em nível nacional foi para o Programa de Regionalização do Turismo (PRT)- Roteiros do Brasil, que constitui uma diretriz, ou propriamente falando, uma ação da Política Nacional de Turismo, com o objetivo do crescimento da descentralizado da atividade a partir da gestão integrada de regiões turísticas. No âmbito estadual o destaque é para o Plano Maior nas suas duas versões, que seguindo diretrizes do Programa de Regionalização do Turismo elabora um planejamento estratégico do turismo segmentando o Maranhão, também, em regiões turísticas.

A transformação do espaço em mercadoria de consumo para o lazer se expandiu principalmente para os lugares litorâneos, em que a execução de programas como, o Prodetur – NE (Programa de Ações para o Desenvolvimento do Turismo do Nordeste) contribuíram para a transformação dos espaços litorâneos em um “território usado” como definido por Santos e Silveira (2004) no qual aquele que agrega a implantação de infraestrutura e também pela dinâmica gerada a partir da econômica e das relações sociais.

É nesse contexto nacional que o estado do Maranhão passa por processos de segmentação do uso do território turístico, a contar do Plano de Desenvolvimento Integral do Turismo no Maranhão (MARANHÃO, 2000) e do Plano Estratégico de Turismo do Estado do Maranhão (MARANHÃO, 2012), ambos cognominados de Plano Maior. Dessa forma, o estado do Maranhão centralizou suas principais ações de promoção e desenvolvimento do turismo em determinadas regiões: o Litoral (São Luís e Alcântara, Lençóis Maranhenses e Delta do Parnaíba) e o Sul do Maranhão (Parque Nacional da Chapada das Mesas).

O Maranhão está dividido em 10 polos turísticas, sendo o município de Tutóia pertencente à do Polo Delta das Américas. O conceito de desenvolvimento elaborado pelo Plano Maior para essa região é “A biodiversidade do único delta em mar aberto” (MARANHÃO, 2012).

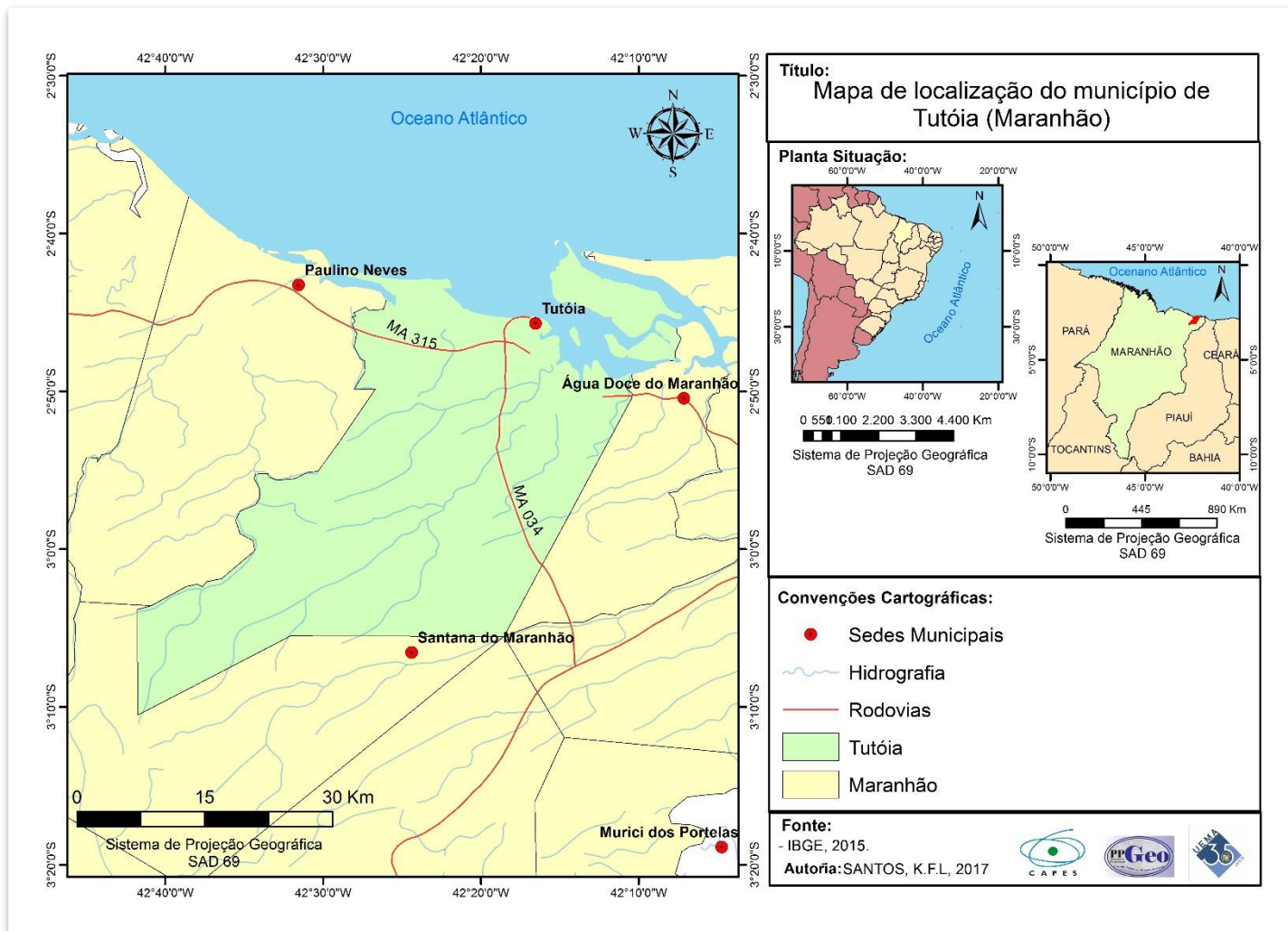
Tutóia fica localizada no Litoral Oriental do Maranhão, em proximidade com as divisas territoriais com o estado do Piauí (figura 1), sendo que em parte do litoral tem predominância de pequenas dunas, conhecidas como Pequenos Lençóis¹ (constitui uma extensão dos Lençóis Maranhenses) e na outra parte do litoral tutoiense destacam-se as feições geográficas do Delta das Américas, formado pela foz do Rio Parnaíba que deságua em mar aberto e é responsável pela formação de várias ilhas.

O município denominado Tutóia possui 52.788 habitantes, segundo o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística realizado no ano de 2010, ocupando o 21º lugar no ranking estadual composto por 217 unidades subnacionais. Todavia, no que diz respeito a trabalho e rendimento, os índices são baixos, sendo de 1,0 salário mínimo a média dos trabalhadores formais (ocupando a posição de 215 de 217 municípios) e de todo o contingente populacional, apenas 4.895 pessoas estão ocupadas, o que representa 8,5% da população total (IBGE, 2015).

Comparando esses dados com objetivos dos principais planos e programas que funcionam como instrumento de políticas públicas do turismo, tem-se que o desenvolvimento humano das populações residentes de destino turísticos com a geração de emprego e renda é um alvo a ser atingindo com a institucionalização dessas políticas.

¹ Os Pequenos Lençóis fazem parte da Área de Proteção Ambiental da Foz do Rio das Preguiças, Pequenos Lençóis e Região Lagunar Adjacente, com decreto de criação nº 11.899 de 11 de junho de 1991 e que Tutóia tem cerca de 25, 13% do território dentro dessa Unidade de Conservação. Dados disponíveis em: <https://uc.socioambiental.org/uc/586690>, acesso em 11.10.2018.

Figura 1. Mapa de localização de Tutóia (Maranhão)



Fonte: IBGE, 2015; Organização: Santos, 2017

Objetivando à descentralização do turismo no Brasil, o Programa de Regionalização do Turismo (PRT)- Roteiros do Brasil divide o país em roteiros turísticos, assim como almeja à integração de alguns roteiros para o fortalecimento da atratividade turística, buscando um desenvolvimento regional. Nesse caso, cita-se como exemplo o roteiro turístico intitulado “Rota das Emoções”, que agrega a rota das praias do Litoral Oriental do Maranhão, o Litoral do Piauí e o Litoral do Ceará, respectivamente perpassando pelas unidades de conservação do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, da Área de Proteção Ambiental do Delta do Parnaíba e do Parque Nacional de Jericoacoara. Atrelado a isso, Tutóia vem se configurando como o segundo destino turístico mais procurado da APA do Delta do Parnaíba e com maior tempo de permanência, sendo que em primeiro lugar está a cidade de Parnaíba (SEBRAE, 2015).

A otimização da Rota das Emoções ganha maior proporção com a construção da estrada MA 315, que interliga os municípios de Barreirinhas (MA) e Paulino Neves (MA), sendo até então, o único trecho que faltava para viabilizar o acesso a esse roteiro turístico. Com isso, o acesso ao município de Tutóia é facilitado, uma vez que outrora consistia em 8 horas de percurso, houve redução para 5 (cinco) horas. Além do mais, a proximidade com um destino turístico internacional procurado, Barreirinhas, beneficia os municípios próximos, como por exemplo, Santo Amaro do Maranhão, Paulino Neves e Tutóia.

Esse contexto insere o município dentro do mapa turístico brasileiro; dessa forma, o objetivo proposto pela dissertação consiste em analisar a produção e consumo do espaço turístico do território de Tutóia, a partir da compreensão dos conflitos e contradições que são oriundos da prática do turismo, assim como identificar quem são os agentes sociais que participam da produção e consumo do espaço turístico.

A escolha por esse município se justifica em função de vários fatores, entre eles: o dinamismo da atividade turística dentro de uma região de unidade de conservação, consequentemente exalta-se a fragilidade ambiental dessa localidade; a contextualização socioeconômica reflete um cenário de pobreza e carência de infraestrutura urbana, que vai de encontro a finalidade da realização da prática turística; a atenção por parte das políticas públicas e privadas em desenvolver o turismo de acordo com uma visão de “um destino sustentável de referência nacional e internacional” (SEBRAE, 2015, p. 19).

Portanto, a temática em estudo sucinta os debates sobre as contradições e conflitos que são oriundos da prática do turismo em Tutóia; assim, tem por consequência contribuir para as decisões de âmbito público na geração de contribuições relevantes a uma melhor organização territorial.

Dividimos a referida dissertação em três seções. A primeira intitulada *Reflexões Teórico- Metodológicas* das orientações sobre os caminhos metodológicos percorridos. No outro momento, buscou- se compreender a partir dos teóricos da temática sobre a produção do espaço turístico e a valorização do espaço litorâneo como produto do setor turístico.

Na segunda seção, *O Maranhão e as regiões turísticas* traz uma revisão sobre as principais políticas públicas do turismo, com destaque para a Política Nacional de Turismo e o Programa de Regionalização do Turismo e as duas versões do Plano Maior, enquanto instrumento político que orienta a atividade turística no Maranhão.

Na terceira seção, *A produção do espaço turístico em Tutóia* foi analisado como está acontecendo o processo de produção do espaço turístico, em foco também como as políticas no âmbito nacional e estadual influenciam nesse processo. Dessa forma, buscou- se compreender como se encontra o cenário social, econômico, cultural e ambiental de Tutóia e num segundo momento como os agentes de produção do espaço que foram identificados aplicam suas ações no território no sentido de transformar os espaços em territórios usados para o turismo. Nessa mesma seção também foram abordados os conflitos oriundos do uso do território pelo turismo.

Como encerramento deste trabalho e após dois anos de pesquisa, chegou- se a algumas conclusões acerca do desenvolvimento da atividade turística no município de Tutóia. Ademais, com a intencionalidade dessa dissertação em servir para subsidiar o processo de planejamento turístico, contribuir para minimizar os conflitos e contradições que surgiram a partir da prática do turismo e otimizar a atividade, optou- se para fazer nessa seção algumas recomendações que auxiliarão nas soluções apresentadas.

SEÇÃO 1: REFLEXÕES TEÓRICO- METODOLÓGICA



Figura: Baía de Tutóia, 20 de setembro, 2017

A questão central dessa dissertação é voltada para a produção e consumo do espaço para o uso turístico no município de Tutóia, a partir das políticas públicas e privadas de turismo, identificando e entendendo os conflitos e contradições resultantes. A reflexão pertinente é que o espaço é produto das relações sociais e concordando com Carlos (2001) quando argumenta que o espaço é o lugar onde se manifesta a vida; tornando ele condição, produto e meio para a reprodução da vida; assumindo uma dimensão real e concreta; ganhando materialidade por meio do território. O espaço, assim, é objeto de consumo do turismo, no entanto essa atividade econômica e social não acontece de maneira aleatória, pois a produção dos espaços turísticos segue uma lógica levada a efeito pelos agentes sociais. Para tanto, fez-se necessário analisar o fenômeno turístico em sua totalidade, ressaltando os conflitos e contradições dele derivados.

Nesse contexto a dialética, enquanto método de investigação se faz importante no entendimento do território em sua essência, pois este será resultado das contradições sociais e objetiva a um entendimento da totalidade. Serpa (2005, p. 4) defende uma investigação sobre as representações sociais que relevem para além da aparência ou o que “não é imediatamente visível ou exposto”, de forma que, “a não incorporação do percebido ao vivido, deixa sem espaços de representação todos aqueles grupos ou indivíduos [...] as “representações do espaço”, o concebido”.

Para isso, fundamenta-se na necessidade de conhecimento sobre a realidade social “[...] entendida aqui em sentido bastante amplo, envolvendo todos os aspectos relativos ao homem em seus múltiplos relacionamentos com outros homens e instituições sociais”, (GIL, 1989, p. 26). Contudo, a dissertação optou por mais de uma abordagem de investigação social que segundo Gil (1989), pode ser a exploratória, a descritiva e a explicativa. A primeira foi utilizada para a formulação de um problema e da hipótese, a partir de uma aproximação com o objeto estudado. As pesquisas descritivas são direcionadas à descrição de uma determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis, assim como são utilizadas para o levantamento de opiniões, atitudes e crenças de uma população. Explicado por Gil (1989, p. 28) “[...] pesquisas descritivas aquelas que visam descobrir a existência de associações entre variáveis”, ou seja, são capazes de identificar a correlação de indicadores socioeconômicos com o uso do território turístico. No que tange às pesquisas explicativas, são aquelas que têm o caráter de entender a realidade por trás dos acontecimentos.

Sendo assim, as técnicas de operacionalização tiveram início com uma caracterização do processo histórico- temporal de instrumentos legais no planejamento e

ordenamento do uso do território turístico no Brasil e sua repercussão no Maranhão, cuja particularidade é o município de Tutóia. E para atender essa demanda, se fez necessário uma abordagem bibliográfica e documental acerca do enquadramento jurídico por meio das leis que construíram o atual contexto do turismo nesse estado. Nesse caso, Gil (1989, p.71) ressalta a importância de uma pesquisa bibliográfica haja vista que “[...] não há outra maneira de conhecer os fatos passados senão com base em dados secundários”. No entanto, todos os dados advindos dessa técnica foram confrontados e validados no trabalho de campo *in loco*.

No sentido de compreender os processos históricos que inserem o município de Tutóia no eixo do turismo estadual, além de suas territorialidades, fez-se necessário um regaste do Plano Nacional de Turismo (BRASIL, 2015), a análise das duas versões do Plano de Turismo do Estado do Maranhão- Plano Maior (MARANHÃO, 2000; 2012), o conhecimento sobre o Plano Diretor (2006) e a Lei Orgânica de Tutóia (promulgada em 31 de janeiro de 2017), Plano de Desenvolvimento Sustentável da Região Turística do Meio-Norte (BRASIL, 2009), Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental do Delta do Parnaíba (IBAMA, 2009), Inventário Turístico de Tutóia, Plano de Ações Estratégicas Polo Delta das Américas (MARANHÃO, 2014), Relatório do Perfil do Turista da Rota das Emoções (SEBRAE, 2014), Projeto Costa Norte (BRASIL, 2014). Além de teses, dissertações, artigos, livros, reportagens, referentes à localidade da área de estudo e sobre o fenômeno turístico na produção do espaço, cujas principais referências utilizadas foram: a tese de Costa (2015) intitulada como “O litoral do Maranhão entre segredos e descobertas: a fronteira de expansão do turismo litorâneo na periferia do Brasil”, a tese de Todesco (2013) “Estado e produção terceirizada de políticas públicas de turismo para a Amazônia Legal: uma análise fundada nas dimensões da vida política”, e o livro “Tutóia: 70 anos” (ARAÚJO, 2015).

Definido também como técnica metodológica dessa dissertação, a identificação do Conjunto da Organização Estrutural dentro Sistema de Turismo (Sistur) criado por Beni (2000). Tal metodologia do Sistur é referente à política oficial de turismo e sua ordenação jurídico- administrativo que vão se manifestar na produção e consumo dos espaços turísticos. Dessa forma, Beni (2000) define que o Conjunto da Organização Estrutural é composto pelo subsistema da Superestrutura (E) que é relacionado às políticas diretas do turismo e pelo subsistema da Infraestrutura (F) formado por serviços ou equipamentos de apoio à atividade turística (sistematização e difusão de informações turísticas; centro de convenções, de exposição e feiras; centro de artes; terminais e outras

instalações de embarque, desembarque e trânsito de passageiros; centros de comercialização de produtos de arte popular e outros serviços ou equipamentos comparáveis), infraestrutura básica (saneamento básico, abastecimento de água, energia elétrica, etc.) e de equipamentos turísticos (hospedagem, restauração, agências turísticas e outros).

Objetivando atender a demanda de identificação do Subsistema da Infraestrutura, foi necessário se apoiar num aporte de dados socioeconômicos, a fim de compreender as dinâmicas territoriais do município referido, sendo que para tanto foi usado como subsídio para a produção de gráficos, alguns dados socioeconômicos disponíveis em sites do IBGE Cidades e do Atlas de Desenvolvimento Humano; posteriormente os dados foram tratados e tabulados no programa Excel 2013. O site do Cadastur ofereceu suporte para a identificação dos equipamentos turísticos.

Também para atender essa demanda e outras, como por exemplo as entrevistas, foram necessárias a realização de trabalho de campo. Para isso as pesquisas de campo foram realizadas em 4 períodos, isto é, 12 a 15 de outubro de 2016, 29 de Julho a 01 de agosto de 2017, 14 a 17 de novembro de 2017 e 11 a 17 de junho de 2018. O primeiro período aconteceu em decorrência de uma aula de campo como finalização da disciplina Estudos em Geografia do Turismo, de caráter eletiva e disponibilizada pelo Programa de Pós- Graduação em Geografia, Dinâmica e Natureza do Espaço. A data escolhida para o segundo trabalho de campo foi em virtude do aumento de fluxo turístico como consequência do período de férias; o trabalho de campo do mês de novembro aconteceu devido à disponibilização do veículo do referido programa de pós-graduação, além da disponibilidade de alguns dos entrevistados durante a realização do trabalho de campo. O último trabalho de campo ocorreu devido à necessidade de atualização de informações, sobretudo para realização de entrevistas com agentes até então não entrevistados.

O trabalho de campo foi composto por técnicas de observação direta, amplo registro fotográfico, diálogos e conversas informais e a principal, a realização de entrevistas semiestruturadas (Apêndice). O propósito dessa etapa foi compreender e também identificar como está ocorrendo a produção e consumo do espaço no município em tela, identificar os conflitos e contradições oriundos do desenvolvimento da prática do turismo, quais os planos para um planejamento e ordenação da atividade turística, como essa atividade tem contribuído para a elevação da dinâmica social do lugar e qual o nível de estruturação e estágio de desenvolvimento que o turismo se encontra. Justifica-se a aplicação de entrevistas semiestruturadas, em função dessa técnica deixar livre o

entrevistado e assim ele (a) possa externalizar outros fatos que considere importante ou que se encontram fora do roteiro, no entanto, é de responsabilidade do pesquisador-entrevistador conseguir encaminhar para o foco principal da pesquisa (TRIVIÑOS, 1987).

A abrangência da aplicação das entrevistas se estendeu a determinados agentes sociais (instituições ou pessoas), direta ou indiretamente ligados à produção e uso dos territórios turísticos, a exemplo do turista, operadores de agência de turismo, empresários dos equipamentos turísticos, população residente, gestores públicos ligados à organização e planejamento do meio ambiente e turismo. Dessa forma, segue abaixo um maior detalhamento da quantidade de entrevistas aplicadas, assim como qual o objetivo que se pretendia obter:

- Entrevista com o Assessor de Turismo de Tutóia, sendo que a primeira foi realizada em novembro de 2017 e a segunda em junho de 2018: com o objetivo de identificar como o município organiza o território para a produção e consumo do turismo;
- Entrevista com a Superintendente de Regionalização Turística do Maranhão: com o objetivo de entender os critérios da regionalização do governo do Maranhão, com enfoque para o Polo Delta das Américas;
- Entrevista com 6 (seis) proprietários de equipamentos turísticos: com o objetivo de compreender qual é o papel de atuação da *trade* turística do município na produção do turismo;
- Entrevista com 2 (dois) proprietários de agência de passeios náuticos, com a intenção de identificar um dos principais produtos turísticos do município;
- Entrevista com 4 turistas: com o objetivo de compreender suas experiências, dentre os quais optou-se por diversificar o perfil, sendo entrevistado 1 (um) turista praticante do esporte aquático *Kitesurf*, 1 (um) turista nacional, 1 (um) turista regional, 1 (um) turista local.
- Entrevista com 1 (um) morador de Tutóia, 1 (um) morador da Tutóia Velha, 1 (um) morador da Comunidade do Arpoador, de maneira que a primeira teve o objetivo de compreender como os residentes do município participam na produção do turismo, a segunda na perspectiva de identificar os processos históricos de colonização e a terceira é decorrente da intenção de analisar como está acontecendo a produção e consumo do espaço na Comunidade do Arpoador;

- Entrevista com 1 (um) Produtor da Dança do Carço, com o propósito de identificar como as atividades culturais estão inseridas no turismo.

Com o intuito de espacializar os territórios turísticos e os fixos, a atividade de campo também envolveu a coleta de pontos geográficos com a utilização do GPS (*Global Positioning System*) da marca Garmin e Trex 20x, posteriormente numa etapa de gabinete ocorreu a sistematização dos pontos obtidos e assim os mesmos foram transferidos para o software Sistema de Informação Geográfica (SIG) para que o produto final resultasse na elaboração de mapas temáticos, como por exemplo, o mapa de equipamentos turístico (Figura 26) e o mapa do roteiro náutico e pontos de visitação das ilhas de Tutóia (Figura 31). Dessa forma, os SIGs utilizados para a produção dos mapas temáticos foram o *ArcGIS*, *Google Earth* e o *Quantum GIS*. Também foram utilizadas imagens do *Google Earth Pro*, *World View* e *Landsat 2007*, assim como *shapesfiles* disponíveis nos sites do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Ministério do Meio Ambiente (MMA), Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Agência Nacional de Águas (ANA) e Macro Zoneamento Ecológico Econômico do Maranhão (ZEE- MA).

1.1. O turismo e a produção do espaço

O espaço não é tratado como sinônimo de localização dos fenômenos, mas sim como conceito que é consequência da produção social; na mesma medida, a produção do espaço não faz referência à base material fixa no espaço, sendo que esse tem a sua gênese nos processos históricos e sócio- culturais que cada sociedade construiu ao longo da sua reprodução e por movimentos dinâmicos no tempo e no espaço.

Para Lefebvre (1974), a produção do espaço é a própria (re) produção da vida, ou seja, viver é simplesmente produzir espaço, pois:

(...) ‘os homens’ em sociedade produzem ora coisas (produtos), ora obras (todo o resto). As coisas são enumeradas, contadas, apreciadas em dinheiro, trocadas. E as obras? Dificilmente. Produzir, em sentido amplo, é produzir ciência, arte, relações entre seres humanos, tempo e espaço, acontecimentos, história, instituições, a própria sociedade, a cidade, o Estado, em uma palavra: tudo. A produção de produtos é impessoal; a produção de obras não se compreende se ela não depende de sujeitos. (LEFEBVRE, 1973, p. 79-80).

Entendido dessa maneira, o espaço “envolve as contradições da realidade à medida que é um produto social” (SOUZA, 2009, p. 3). No seio de uma realidade regida pelo modo de produção capitalista, com suas inerentes contradições, o espaço passa então

a contê-las e a ser produzido, de maneira que “O capitalismo se apropria do espaço existente e tende a criar seu próprio espaço” (OSEKI, 1996, p. 114).

Entende-se por espaço, aquele que é oriundo da produção dialética entre as relações sociais e o espaço, fruto de um processo histórico e materializado por meio do trabalho. No entanto, é no território usado que essas práticas se materializam, por meio de processos de apropriação, domínio e exploração.

Nesse sentido, “as lutas de classe, que se realizam em torno da distribuição da riqueza social gerada pelo produto social do trabalho, desdobram-se em lutas pelo espaço” (CARLOS, 2007, p.51), portanto os interesses políticos e econômicos acabam por entrar em conflitos com as necessidades de reprodução da vida humana. De forma que, no mundo “pós- industrialização” a cidade passa a representar um “espaço comum”, em que a noção de “direito à cidade” de Lefebvre (1960) se transformou em um grito de combate aos direitos sociais. No mais, a cidade se transforma em um ponto de mobilização sócio-político tal qual a fábrica no período industrial. Além disso, na modernidade, a cidade representa para o capital, objeto para a obtenção de lucros e reprodução da produção, na medida em que novas formas de produção do espaço surgem entre elas, segundo Carlos (2007) o turismo, o lazer, o narcotráfico e a atividade imobiliária.

Partindo do princípio que a organização do espaço tem como consequência a produção do espaço, este passou a ter valor de troca e ser sinônimo de mercadoria, o que supõe a posteriori um processo de valorização findado nas raízes históricas da propriedade privada, como argumenta Carlos (2007).

Essa autora argumenta que prática social, na essência, gera relação dialética entre sociedade e espaço, partindo do pressuposto que ao se reproduzir em um determinado espaço (físico) a sociedade produz o próprio espaço, acarretado de aspectos historicistas. Paralelamente se funde a linha de pensamento de Lefebvre (1974) na qual o espaço é produzido na relação dialética entre a produção de objetos (mercadoria) e a produção do espaço como condição da reprodução da vida social, em que “o espaço passa a ser fundamental para a reprodução de determinado modo de produção sob o comando do capital” (CARLOS, 2011, p. 14).

A produção do espaço é constante e dinâmica, do qual emerge conflitos, contradições, interesses e disputas de agentes sociais que atuam diretamente na produção socioespacial. Inicialmente, convém especificar que por “agente social se entende um agrupamento de pessoas e/ ou instituições que desenvolvem ações definidas visando à defesa de seus interesses” (FERREIRA, 1998, p. 32).

Os agentes sociais são responsáveis pela produção dos espaços, sendo tal processo norteado pelas relações sociais e frutos dela, como ressalta Lefébvre (2008, p. 28) “um modo e um instrumento, um meio e uma mediação. (...) O espaço é um instrumento político intencionalmente manipulado, mesmo se a intenção se dissimula sob as aparências coerentes da figura espacial”.

Dessa forma, concorda-se com o autor no sentido de que a produção do espaço serve e expressa principalmente aos interesses políticos, com a ressalva que por trás dos desses está, também, os das grandes corporações, sendo o Estado o agente presente em todos os territórios (usados ou passíveis de uso) e o que influencia na otimização dos benefícios para uma ampliada reprodução do capital.

A importância da análise espacial no processo de produção e reprodução das relações sociais é colocada por Santos (2008, p. 63), que considera “o espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá”.

Fica perceptível nas ideias de Santos (2008) que o espaço é definido como indissociável separar as formas materiais das técnicas aplicadas sobre elas e das ações do homem. O espaço, para esse autor, é sempre este conjunto, que está constantemente interagindo, com os objetos condicionando as ações e as ações criando novos objetos e dotando-os de funcionalidades.

Os fundamentos do turismo como fenômeno social acontece desde a modernidade, pois trata-se de algo ontológico e inerente ao ser humano. Entretanto, a partir da Revolução Industrial, com a descoberta da máquina a vapor e, por conseguinte, o firmamento de um novo sistema produtivo, tais necessidades vitais do homem passam a ser transformadas em mercadoria visando à obtenção do lucro. Tais circunstâncias decorrem do rompimento dos limites geográficos por meio principalmente do sistema de transportes, que tornou mais fácil o deslocamento daquelas pessoas que tinham dinheiro e tempo livre.

Segundo Trigo (2005) após a Segunda Guerra Mundial o turismo se consolidou como fenômeno de grande repercussão econômica, principalmente em decorrência da conquista dos direitos civis dos trabalhadores e de mudanças no mundo técnico-informacional conceituado pelo autor como sociedades pós-industriais. Tais fatores como aumento da renda dos trabalhadores, disponibilidade de tempo livre, facilidade em aquisição de pacotes turísticos, variedades e menores custos de meios de transporte, e

desenvolvimento tecnológico dos meios de comunicação são alguns dos fatores que contribuíram para a ascensão do turismo como atividade econômica e social.

O turismo é um fenômeno social recente, todavia em constante projeção de avanço sobre as configurações espaciais. Um fenômeno gerado a partir de um sistema inter-relacional das esferas econômicas, sociais, ambientais e culturais que por meio da práxis humana consome e produz diferentes espaços.

Em decorrência da revolução industrial o mundo sofreu grandes mudanças que refletem novas configurações no espaço, principalmente com a emergência do meio *técnico-científico-informacional* citado por Santos (1996), no qual houve também mudanças significativas na maneira pela qual passa-se a experimentar o tempo e o espaço, impondo velocidades cada vez maiores nos deslocamentos e concretizando o processo de “compressão espaço-tempo” indicado por Harvey (1996). No turismo, essas mudanças tem efeitos principalmente sobre a mobilidade humana propiciada pelo sistema de transporte, que impuseram um tempo menor de deslocamento e também pelas redes de comunicação, que facilita o acesso a informações.

Novas relações de produção se efetivam no espaço, dentre elas o setor de serviços turísticos, criada a partir da mobilidade do capitalismo de produzir novos mercados consumidores, trocas comerciais, produtos ou mesmo explorar recursos (físicos ou humanos) em novas regiões, tendo por finalidade a circulação e acumulação de capital. Contudo, vale ressaltar que o turismo se estabelece desde movimentos históricos, ontológicos ao ser humano e trata-se da necessidade do homem em se deslocar pelo território em função de um determinado motivo. Entretanto, as novas dinâmicas mundiais transformaram uma necessidade vital em objeto de especulação financeira.

É no espaço de origem da demanda que principiam os fluxos turísticos, mas é no espaço de destino que a prática social se concretiza, produzindo novas territorialidades.

Gonçalves (2011) aponta que o território naturaliza o conjunto de relações de poder existentes no espaço e explicita neste relações de poder que o controlam. O controle é exercido por um ou mais grupos sociais, representados por pessoas ou instituições que visam à defesa de interesses e objetivos, assim como pelo Estado que tem a incumbência do planejamento territorial a partir do qual os demais agentes atuam; dessa forma, o governo atrelado à comunicação de massa também são responsáveis pela formação de opinião e de consumo.

O turismo por meio dos agentes sociais tem a capacidade de (re)organizar os territórios em virtude da continuação processual da realização de sua prática social. Dessa

forma, a produção espacial em virtude do turismo sofre a contribuição e resulta dos diversos interesses dos agentes sociais: Estado, Capital e Sociedade. Sendo que no turismo, o Estado passa ser representado pelos planejadores públicos de políticas para o turismo. O capital é representado pelo mercado turístico, proprietários dos estabelecimentos de equipamentos turísticos (rede hoteleira, restauração, bares, agências de turismo, comércio e prestação de serviços ao turista e outros), enquanto a sociedade é representada tanto pela população residente do lugar turístico e pelo próprio turista, que tem um duplo papel, um agente produtor e consumidor do espaço.

Entende-se aqui por espaço turístico, uma porção do espaço geográfico que por algum motivo é apropriada como objeto de consumo, o que é induzido por vários motivos: que dentre eles o complexo biogeográfico, a cultura, os aspectos econômicos e serviços avançados (urbanização), uma política setorial (saneamento, urbana, habitacional, viária) ou ampla em termos de turismo (plano ou programa público). Dessa forma, cabe ressaltar que, o processo de regionalização turística ou polos turísticos é uma denominação tendenciada ao erro, pois nem todo o espaço turístico dentro dos processos de regionalização são territórios turísticos, tendo em vista:

[...] que o espaço turístico é entrecortado, não se pode recorrer às técnicas de regionalização para executar a sua delimitação porque, de acordo com elas, teria de ser abrangida toda a superfície do país ou do estado sob estudo e, nesse caso, cometer-se-ia o erro de representar como turísticas grandes superfícies que não são. Isso significa que não existem regiões turísticas. Em substituição a essa noção errônea, desenvolve-se a teoria de espaços turísticos (BENI, 2000, p. 57)

Convém ressaltar, que junto com as transformações advindas com a sociedade pós-industrial, os movimentos dos proletariados, que trouxeram mudanças com a conquista de alguns direitos civis, dentre eles as férias, seguidas das férias remuneradas e redução da jornada de trabalho, tornaram-se fatores que desencadearam a produção e consumo de uma prática social do turismo, a partir do tempo livre do trabalhador que passou a exercer o direito ao ócio e lazer. É importante frisar esse aspecto, pois o trabalhador mais uma vez foi manipulado e o turismo surgiu como uma possibilidade de “movimentar” o capital do trabalhador a partir do período de férias, de forma que, entende-se que o lazer turístico é fruto das lutas dos direitos civis que culminaram no período de férias remuneradas, todavia a realização da prática no turismo na sua essência foi desencadeada por aspectos capitalistas.

Os direitos trabalhistas adquiridos durante o período da industrialização deram suporte para a realização da prática do turismo, direitos esses como: diminuição da

jornada de trabalho, direito a descansos semanais (finais de semana e feriados prolongados) e férias remuneradas. Entretanto, o direito ao lazer e ao tempo livre foi se transformando em objeto de consumo, de forma que, “o tempo livre torna-se um tempo social e o lazer torna-se um produto da sociedade de consumo, mercadoria que se vende e compra” (RODRIGUES, 1999, p. 109). Portanto, concorda-se com os pressupostos apresentados pelos autores citados e com Ouriques (2005) o qual argumenta que a redução da jornada de trabalho em outras conquistas adquiridas com a luta dos direitos trabalhistas foram reconhecidos pelos grupos dominantes e que transformaram o “tempo em tempo do capital”:

“Portanto, a extraordinária expansão do turismo no século XX não é desvinculada do controle capitalista do tempo e de sua correlata expansão mercantil, apesar de uma tão difundida argumentação que o coloca com resultado do “progresso humano e social” (OURIQUES, 2005, p. 39).

O tempo e o espaço na prática social do turismo são elementos essenciais para que haja a realização dessa atividade. O tempo livre do trabalhador assalariado é diferente dentro de cada sociedade, assim como a sua utilização, entretanto, por linhas gerais, cada vez mais esse tempo livre tem se tornado um tempo de lazer; este, por sua vez, aproveitado para atividades recreativas e culturais que incluem a prática do turismo.

Concorda-se com Cruz (2003, p. 39) quando afirma que “tempo livre, lazer e urbanização estão, intrinsecamente, relacionados”. De forma que, a oferta de serviços avançados tem como ponto central a cidade, e o processo criou condições para o aproveitamento do tempo livre do trabalhador e isso perpassa pelos direitos trabalhistas adquiridos, pela cidade como concentração de serviços e ressalta-se também que a conurbação e metropolização acaba por induzir os indivíduos a procurarem por lugares calmos, que aflorem a solidão e o íntimo privativo para desfrutar do tempo livre.

1.2.Planejamento de políticas públicas do uso do território turístico

As noções de território que aqui se estabelecem são sinônimo de espaço geográfico e significa o território usado e construído pela sociedade. Dessa forma, o uso do território é definido por Santos e Silveira como “os movimentos da população, a distribuição da agricultura, da indústria e dos serviços, o arcabouço normativo, incluídas a legislação civil, fiscal e financeira que, juntamente com o alcance e a extensão da cidadania, configuram as funções do novo espaço geográfico” (2004, p. 21).

A partir do momento em que o espaço se transforma em mercadoria para a prática da atividade turística, existe uma necessidade de organizar os territórios para o uso turístico. Moraes (2002) argumenta que os territórios estão vinculados ao domínio estatal do espaço, em que as sociedades para se reproduzirem, criam formas que obedecem a um dado ordenamento sociopolítico dos grupos que constroem, respondendo a uma sociabilidade vigente e a uma dada regulação do uso do espaço e dos recursos nele contido. Nesse sentido, o Estado é o primeiro agente social que induzirá o uso dos territórios turísticos.

O planejamento público, de modo geral, é o primeiro instrumento que determinará como as coisas irão se organizar no espaço, sendo que é no território que essa prática se desenvolverá, pois são os recursos territoriais, o principal objetivo de consumo do turismo. Portanto, cabe principalmente ao poder público, desenvolver um plano com diretrizes básicas no sentido de promover a atividade, evitando conflitos sociais, ambientais, culturais e econômicos e que gere uma rentabilidade plurissetorial aliado a um desenvolvimento na escala humana².

Mesmo que primariamente o poder público seja incumbido dessa tarefa, Cooper; Hall; Trigo (2011) argumentam que esse trabalho do planejar essa atividade, também é feito por instituições privadas ou de outro tipo, todavia, cabe ao Estado arcar com o papel mais amplo e de base. Esse papel envolve as ações estratégicas de marketing, apoio ou desenvolvimento de estruturas físicas de suporte a prática da atividade, zoneamento de usos do território e definição de diretrizes que orientem a realização dessa atividade em escala Internacional, Nacional, Estadual e Local. De modo geral entende-se por Políticas de Turismo:

[...] o conjunto de fatores condicionantes e de diretrizes básicas que expressam os caminhos para atingir os objetivos globais para o turismo do país; determinam prioridades da ação executiva, supletiva ou assistencial do Estado facilitam o planejamento das empresas do setor quanto aos empreendimentos e às atividades mais suscetíveis de receber apoio estatal [...] nortear o cultural, o social e o econômico (BENI, 2000, p. 101).

Beni (2000, p. 99) define que as políticas de planejamento do turismo fazem parte do Subsistema da Superestrutura. Explica-se que esse subsistema junto com o Subsistema da Infraestrutura pertencem ao Conjunto da Organização Estrutural, ou seja,

² Teoria desenvolvida por MAX- NEEF (2012) onde argumenta que o desenvolvimento a escala humana se efetiva com as políticas públicas reorientando suas prioridades para o social e para o indivíduo como beneficiário quando se aprofunda na sociedade a consciência da dignidade do ser humano e quando se extingue a estrutura social que agride sistematicamente os direitos da pessoa humana. E está centrado no ser humano e na cultura de cooperação e solidariedade (CORIOLANO, apud MAX- NEEF, 2012).

“compreendem a política oficial de turismo e sua ordenação jurídico- administrativa de organização e de promoção dos órgãos e instituições oficiais, e estratégias governamentais que inferem no setor”.

Como documentos de políticas públicas têm-se os planos, os programas e os projetos. Os dois últimos se constituem em unidades menores que servem para detalhar o plano, que é um produto de maiores proporções. Já os programas correspondem a um conjunto de projetos que concretizam o plano, tornando-o mais operacional; nos projetos se concretiza o processo alcançando os objetivos (BENI, 2006).

Ruschmann (1997) ressalta que o desenvolvimento do turismo em um determinado lugar, gera uma situação de conflito em decorrência de atender aos desejos da população residente e dos turistas (acrescenta-se também os anseios do mercado turístico), de forma que, solucionar esse impasse também é priorizado pelos poderes públicos que o implantam. Tal conflito reside em torno de promover experiências recreacionais aos visitantes sem interferir na identidade dos lugares privilegiados pela natureza e pelo patrimônio cultural das comunidades. Para isso, Ruschmann (1997) argumenta que uma medida mitigatória para tal problemática seria o alinhamento dos planos de desenvolvimento turísticos com a integração de outros programas sociais, econômicos e físicos do lugar turístico.

No entanto, cada política pública carrega uma essência que é dependente do tipo de abordagem. Segundo Getz; Hall (1986; 2000) existem cinco tradições do planejamento de destinos turístico: ufanismo; uma abordagem econômica; uma abordagem físico-espacial; uma abordagem comunitária; uma abordagem sobre o turismo sustentável.

As políticas ufanistas surgiram no ano de 1850 e se voltam para o turismo de massa, eram políticas simplistas e sem muito planejamento, em que os efeitos negativos do turismo eram “esquecidos” em virtude dos benefícios econômicos advindos da atividade. A abordagem econômica é referente a um crescimento econômico de uma região ou país, a qual tem sido a dominante no que tange ao planejamento de um destino turístico e suas diretrizes são voltadas para a geração de emprego e aumento da receita. (COOPER; HALL; TRIGO, 2011).

No ano de 1930 começam a surgir debates sobre o planejamento urbano e regional; assim, os destinos turísticos passam a ser planejados a partir de uma visão das características físicas- espacial, em que são considerados fatores como a capacidade de renovação dos recursos naturais, interações espaciais e o desenvolvimento e planejamento regional. É a partir dessa abordagem que começam a aparecer as primeiras preocupações

com um planejamento voltado para o “aproveitamento inteligente” dos recursos naturais. A abordagem sobre o planejamento do turismo comunitário ganha força na década de 1980, na qual começou a se perceber a necessidade de incluir a participação pública da comunidade nas tomadas de decisões. As abordagens sobre o turismo sustentável ganham destaque após a publicação do relatório de Bruntland no ano de 1987 quando o conceito de desenvolvimento sustentável ganhou destaque mundial em se tratar de um meio que minimize o esgotamento dos recursos, a degradação ambiental, ruptura cultural, instabilidade social e assegure meios de subsistência duráveis e seguros. (COOPER; HALL; TRIGO, 2011).

Diante das abordagens expostas, o questionamento que se faz presente é: qual a melhor abordagem para se utilizar durante o planejamento de destinos turísticos? Essa breve conceituação dos diferentes tipos de abordagem do planejamento leva a conclusão que dependendo de qual for a utilizada, ela determinará uma produção do espaço com marcas ideológicas do tipo de abordagem. A produção do espaço turístico de modo geral, é contraditória, se de um lado ela é capaz de aumentar a receita e a geração de empregos, do outro lado se tem a comunidade excluída da cadeia produtiva ou existe uma grande pressão sobre os recursos naturais e culturais. Dessa forma, considera-se importante um planejamento turístico que tenham valores morais que atendam aos interesses públicos, que trace ações que visem a um desenvolvimento local real, satisfaça as necessidades dos turistas, que preserve aspectos históricos- culturais e ambientais e que corresponda aos anseios do mercado.

“Planejar é raciocinar” (BENI, 2000, p. 110). Dito isto, essa ferramenta será responsável por conduzir um ordenamento territorial voltado para o desenvolvimento do turismo e para que isso aconteça é necessário que esses planos sejam flexíveis, permitindo a inclusão de novos objetivos e instrumentos (BENI, 2000). Acrescenta-se também a participação da comunidade no processo de tomada de decisão, observando não somente as características do lugar, mas também do entorno.

Para que as atividades turísticas possam se desenvolver é preciso que haja um planejamento turístico sólido, como ressalta Ruschmann (1997, p. 83) “o planejamento é uma atividade que envolve condições favoráveis para alcançar os objetivos propostos”. Além de traçar estratégias que facilitem os objetivos propostos para o desenvolvimento do turismo, Ruschmann (1997) argumenta sobre a importância de “aprisionar” o que foi determinado nos planos, programas e projetos.

De modo geral, como resultado das políticas públicas de turismo se tem um planejamento voltado para o desenvolvimento desigual do território, partindo do pressuposto que tais políticas sempre determinam ações prioritárias de execução. Outro problema consiste em um processo descontínuo, por se tratar de políticas de governo (planejadas ou executadas somente durante o governo vigente em que foram lançadas) e que não envolvem uma continuidade administrativa; em muitos casos, troca-se o planejamento pensado no longo prazo por planos de gestão com ações em curto prazo, pois o objetivo político é demonstrar ações concretas durante o período de governo.

1.3. Revalorização do espaço: o turismo litorâneo

O processo de valorização dos espaços é posto sobre inúmeras contribuições, partindo do pressuposto que se tem espaços diferentemente valorizados e consumidos. Ressalta-se, neste capítulo, sobre a virtualidade dos lugares que é relativa ao aspecto cultural de cada sociedade; dessa forma, a valorização de espaços turísticos sofre influências endógenas do fenômeno de produção da prática turística, no qual cita-se o marketing e o fetichismo como encadeamento para a criação de valor dos espaços.

No Brasil a apropriação dos espaços litorâneos pelo turismo é algo recente e observa-se uma inversão dos valores principalmente na macrorregião Nordeste, a qual outrora era tida como uma região infértil (de codinome sertão) e não produtiva, mas atualmente é *locus* de uma grande reprodução do capital, principalmente pelos fluxos turísticos. Todavia, ressalta Dantas (2009) que esses discursos da virtualidade dos espaços semiáridos são moldados em virtude de interesses de determinados agentes sociais ligados à agricultura irrigada e grupos ligados diretamente à atividade turística.

O turismo no litoral é impulsionado a partir da criação e articulação de políticas públicas que visavam ao desenvolvimento turístico da região costeira. No entanto, por sua configuração geomorfológica esse território já se apresentava como fonte de lazer às populações residentes da proximidade. Todavia, como argumenta Dantas (2009), por suas características de paisagem litorânea e o clima como valiosas mercadorias turísticas atreladas a anseios de determinados agentes sociais, como o meio empresarial, são criados planos, programas e políticas de valorização da zona costeira para a indução e/ ou fortalecimento da atividade turística.

Como exemplo, cita-se um dos maiores programas para desenvolvimento do turismo no Nordeste: o PRODETUR- NE (Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste), de início no ano de 1991 e com três fases de execução. O PRODETUR foi a

principal política pública de estruturação do turismo no Nordeste, que teve como objetivo político criar uma infraestrutura urbana nas capitais e principais cidades turísticas dessa macrorregião brasileira e que faz às vezes o papel de uma política urbana (CRUZ, 2001). Também teve como objetivo ideológico transformar a imagem de semiárido do Nordeste como uma virtualidade de um lugar paisagístico e paradisíaco, com a finalidade de construir uma reprodução e acumulação do capital de acordo com interesses de determinado agentes.

É a partir de 1990 que um dos fatores para o incremento da atividade turística, o deslocamento, recebe atenção por parte das políticas públicas. Assim, a melhoria da infraestrutura de deslocamento, principalmente através de aeroportos e rodovias, são os principais indicativos da intencionalidade governamental de produzir novos territórios turísticos. Cruz (2005) argumenta que a modernização de rodovias que perpassam pelo litoral nordestino garante fluidez para que haja o fluxo turístico, uma vez que, para que o turismo aconteça é preciso que existam condições favoráveis para o deslocamento de pessoas. Nesse contexto, enquadra-se a mais recente “rodovia turística” que perpassa pelas rotas das praias do Litoral Oriental do Maranhão, Litoral do Piauí e Litoral Noroeste do Ceará. Neste contexto, observa-se uma indução para o consumo dos territórios litorâneos frente à fluidez do deslocamento de pessoas para o uso turístico do território.

O fato de o turismo ser uma atividade econômica que possui certa dependência dos equipamentos urbanos concorre para que a cidade seja entendida como mercadoria, que leva à reprodução ampliada do capital, de forma que toda ela passa a ser moldada de acordo com determinado interesse estabelecido a partir do *valor de uso e valor de troca* (LEFEBVRE, 1995). A reprodução do capital impõe espaços turísticos, que possuem um valor de troca e os mercados são adaptados para satisfazer as necessidades dos visitantes. Assim, de acordo com o perfil do público “cada vez mais os produtos turísticos são formulados para atender a essa demanda, construindo experiências que atendam as expectativas do mercado, não apenas no turismo, também em todos os setores de serviço”. (COOPER, 2011, p. 22).

A valorização do espaço, como explica Moraes (1999), é intencionalmente induzida pela apropriação dos meios naturais em determinada porção da Terra e transformada de acordo com as interações de relações sociais que ali se desenvolverão por meio do trabalho. Desde o processo de colonização, explica Porto Gonçalves (2004), que as técnicas jurídicas, pedagógicas e políticas têm por objetivo subordinar os homens para que estes submetam a natureza como fonte de exploração e produção de riquezas.

A dialética sociedade-espaço está inteiramente ligada à relação valor-espaço, como argumenta Moraes (1999), partindo do pressuposto que o trabalho humano no espaço condiciona a *criação de valor* que no turismo é pensado pela vertente sobre a apropriação de recursos materiais ou imateriais para a mercantilização como atrativo turístico.

O autor mencionado, na obra “Geografia crítica: a valorização do espaço” distingue duas categorias de análise, isto é, o *valor do espaço* e o *valor no espaço*, que interagem e produzem o processo de valorização. Desse modo, tem-se que o valor do espaço está relacionado à “singularidade natural dos lugares” que por meio das interações das relações sociais constroem um espaço. Corrêa (1997) faz referência que a partir das práticas sociais³ os espaços vão se diferenciando e gerando espaços mais (ou em detrimento) valorizados que outros. Tal fenômeno está diretamente vinculado aos recursos naturais que estão disponíveis em determinado espaço, o que Milton Santos (1996) explica por um processo de virtualidade de cada localização. Já o valor no espaço deriva do modo de produção capitalista que se acentua no espaço, expressando pelo fluxo e por sua dinâmica no processo de produção do espaço.

Ao correlacionar a reflexão dos autores com a atividade turística percebe-se que as áreas naturais, principalmente as de ambientes litorâneos e de áreas protegidas são frequentemente comercializadas e materializadas no território em que o nível é determinado pelo valor do espaço e em relação dialética com os fluxos que são estabelecidos para essa produção, a exemplo da indústria do marketing “homogeneizador”, que impõe padrões de consumo para esses ambientes, atribuindo-lhes um valor no espaço. A essa apropriação do ambiente natural pelo turismo se produz e reproduz novos significados aos espaços (KNAFOU, 1987 *apud* CRUZ, 1996, p. 27). Por isso, os espaços turísticos são culturalmente inventados e os “objetos naturais vão transformando-se em objetos sociais no processo de valorização do espaço”. (RODRIGUES, 1999. p. 63).

Entre os territórios turísticos mais valorizados destacam-se aqueles que integram o segmento de sol e praia, que são frequentemente midiaticizados e que geram um padrão de consumo (ou modismo) que tende a enaltecer diferentemente os espaços, produzidos

³ São consideradas práticas sociais, segundo Corrêa (1997): seletividade espacial, que são os atributos naturais de um determinado espaço que levam as localizações seletivas; fragmentação, regiões de interesse ou poder são fragmentadas; antecipação social, definição de localização para um determinada atividade antes mesmo dela iniciar; marginalização espacial, valor de cada localização pode contribuir para uma segregação.

por novos *usos*, assim como a apropriação pelo *valor de troca*. De forma que tais espaços naturais são frequentemente comercializados pela atividade turística, principalmente os ecossistemas litorâneos que constituíram os primeiros motivos de captação de recursos financeiros para o desenvolvimento dessa atividade. A fragilidade dos ambientes naturais é antecipada pela ideia de captação de fluxo de capitais. Os problemas daí decorrentes incluem uma verticalização em proximidade com a linha da praia, ligações clandestinas de esgotamento sanitário que são lançados no mar, avanço da ocupação na direção do mar e de dunas, mudanças de microclima, além de impactos sociais como a segregação das populações menos favorecidas.

A verticalização próxima à orla das grandes cidades litorâneas, principalmente as do Nordeste do Brasil, reflete um movimento de acumulação capitalista que foi “politicamente” induzido para a produção e consumo do turismo. Dantas (2009) ressalta que a criação e articulação de políticas públicas, dentre elas a que exerceu maior influência nesse processo foi o citado PRODETUR-NE, o qual começou a considerar a paisagem litorânea como valiosa mercadoria e essa macrorregião, que outrora era símbolo de região infértil e não produtiva, atualmente é *locus* de reprodução do capital pelos fluxos turísticos nacionais e internacionais.

A apropriação dos espaços litorâneos, convém lembrar, é moldada de acordo com os interesses de determinados agentes sociais. Nas principais cidades turísticas de segmento sol e praia tem-se uma uniformização dos ambientes, formada por um conjunto arquitetônico de prédios hoteleiros e casas de veraneio frente à faixa do litoral, implicando que “trata-se de fixos, edificadas nos trechos de fluxos”. (RODRIGUES, 1999. p. 62). Isso, por consequência, acaba por descaracterizar uma das principais virtualidades ambiental, no caso a presença do sol na faixa de praia, em que se tem fileiras de prédios à beira-mar os quais impedem o aparecimento do sol na praia em determinadas horas do dia, cujo exemplo maior é em balneário Camboriú (Santa Catarina), mas tal fato já é percebido nas praias de Iracema (Fortaleza) e Boa Viagem (Recife).

Tal fenômeno é facilmente percebido em áreas litorâneas de grande fluxo turístico e em proximidade com os centros urbanos. Costa (2010) disserta que as comunidades tradicionais tentam se inserir nessa lógica de maneira que pescadores são “metamoforçados” visando atender a atividade turística com a locação de suas embarcações ou mesmo servindo de “guias turísticos” pelo fato de ser conhecedor da realidade local. Nesse caso, também se citam os agricultores e os extrativistas que

transmutam negócios de produção de gêneros alimentícios para a confecção de *souvenir* ou a transformação das suas propriedades rurais em ranchos para fins turísticos.

O processo de produção dos espaços turísticos se fixa em função de uma lógica de reprodução capital e tal sistema revela contradições no espaço. Dessa forma, o produto turístico é organizado para atender as necessidades das “experiências turísticas”. Assim:

[...] É interessante observar que os espaços turísticos evoluem em processo de “ondas” de ocupação que são ditadas pela moda ou produzida pelo consumo do espaço, levando a sua degradação e, portanto, à destruição dos recursos que engendraram. Aqui se coloca o problema da segregação espacial da demanda, sobretudo nos espaços turísticos do litoral. (RODRIGUES, 1999. p. 50).

Contudo, locais que possuem uma “vocação” natural para a prática do turismo são apropriados e transformados em atra es turísticas ou produtos turísticos e a partir disso se desenvolvem uma produ o do espaço, ou seja, “somente quando as rela es capitalistas se instalam   que os rios, montanhas, as praias e as dunas passam a ser apropriados economicamente pelo turismo” (OURIQUES, 2005, p. 61).

O fetichismo por paisagens litorâneas transformou esses lugares outrora ditos poucos produtivos, em ambientes que são fontes de explora o da atividade que através da força de trabalho materializam a sua força de produ o no espaço. Tais ambientes são comercializados como mercadoria, entre as quais o sol, o mar, as dunas, a areia, a falésia, se constituem como m teria- prima para a prática do turismo, entretanto “no turismo, o fetichismo da mercadoria   potencializado. A natureza (vamos dizer a paisagem natural) parece ser dotada, intrinsecamente, de finalidade turística.” (OURIQUES, 2005, p. 60). Todavia, para que essa natureza se transforme em destina o turística   necessário que sejam induzidas a isso, ou que fatores produzam condi es favoráveis para que esses lugares sejam colocados na rota do turismo, ou seja, a soma de vários agentes de produ o do espaço defendendo seus interesses e objetivos para a transforma o desses espaços em territórios turísticos.

SEÇÃO 2: O MARANHÃO E AS REGIÕES TURÍSTICAS



Figura: Comunidade do Arpoador, 21 de setembro de 2017.

As políticas públicas no Brasil possuem uma trajetória relativamente recente, acrescidas de uma sobreposição de planos, programas e projetos que visam à promoção do turismo de maneira que aumente a receita do país e contribua para o desenvolvimento das populações em locais turísticos.

Dentre as diretrizes da Política Nacional de Turismo, a descentralização da atividade foi aquela que mais surtiu efeito nos territórios turísticos, sustentada no Programa de Regionalização do Turismo, que deu liberdade e orientações para que cada unidade da Federação tivesse a capacidade de promover o turismo. No Maranhão, por meio do Plano Maior, o turismo foi segmentando e estruturado em polos e traçou uma identificação para cada polo. Portanto, nessa seção será abordada a territorialização das políticas públicas de turismo sobre nas esferas Federal, Estadual e Municipal.

2.1. Políticas de planejamento do uso do território turístico no Brasil: regionalização do turismo

Apenas em 2008, a Lei do Turismo (nº 11.771)⁴ foi criada, todavia a trajetória política do turismo no Brasil teve início na década de 1990 com a Política Nacional do Turismo sob a responsabilidade da EMBRATUR (Empresa Brasileira de Turismo). Segundo Beni (2001, p. 123) “a Política Nacional de Turismo ainda se ressentia da presença marcante da intersetorialidade global, deixando de abranger importantes instrumentos necessários ao efetivo e permanente desenvolvimento do turismo no País”. A afirmativa supracitada pelo autor, diz respeito à centralidade que essa política apresentava, obedecendo a decisões e diretrizes da EMBRATUR e do Ministério da Indústria e do Comércio, que consistiam em ações unificadas, sem atender as particularidades de cada território.

No entanto, no ano de 2003, o Governo Federal lançou o Plano Nacional de Turismo 2003- 2007, que por sua vez, se diferencia dos anteriores, pois no escopo traz programas e metas de forma a colocar como prioridade o setor turístico como uma estratégia para o aumento da receita nacional; além disso, nesse mesmo ano foi criado o Ministério do Turismo que tinha a finalidade de ser o “articulador do processo de

⁴ Torna-se referência na gestão pública do setor. Traz no escopo o marco regulatório definindo competências e responsabilidades do poder público e de toda a cadeia produtiva do turismo, garantindo a gestão ética, responsável, transparente e cidadã. (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2013, p. 19)

integração dos mais diversos segmentos do setor turístico” (BRASIL, 2003, p. 06, grifo nosso.).

Entretanto, essa integração entre os órgãos oficiais da atividade turística não foi resolvida com a criação do Mtur, uma vez que, processos políticos foram impedimentos para que essa articulação aconteça, partindo dos pressupostos que a divergência partidária entre as esferas Federal, Estadual e Municipal, ainda não foi superada no Brasil. Esse fator, também é objetivo central do PNT, que além da integração pública tem a intenção de estender os elos para a iniciativa privada, como dispõe no escopo:

O Plano Nacional deve ser o elo entre os governos Federal, Estadual e Municipal, e entre as entidades não governamentais, a iniciativa privada e toda a sociedade. Deve ser fator de integração de objetivos, otimização de recursos e junção de esforços para incrementar a qualidade e a competitividade, aumentando a oferta de produtos brasileiros nos mercados nacional e internacional. (BRASIL, p. 13, 2003).

O Quadro 1, apresenta uma descrição do Plano Nacional de Turismo nas versões 2003- 2007, 2007- 2010, 2013- 2016 e 2018- 2022 e os respectivos macroprogramas ou linhas de ações. Observa-se que o PNT se apoia em metas e diretrizes voltadas para a regionalização do turismo, promoção e divulgação dos produtos turísticos, no turismo sustentável, na criação de infraestrutura e na qualificação dos serviços turísticos.

Quadro 1. Brasil: PNT e os macroprogramas

PNT (2003- 2007)	PNT (2007- 2010)	PNT (2013- 2016)	PNT (2018- 2022)
Gestão e Relações Institucionais	Planejamento e Gestão	Conhecer o Turista, o Mercado e o Território	Ordenamento Gestão e Monitoramento
Fomento	Informação e Estudos Turísticos	Estruturar os Destinos Turísticos	
Infraestrutura	Logística de Transportes	Fomentar, Regulamentar e Qualificar os Serviços Turísticos	Estruturação do Turismo Brasileiro
Estruturação e Diversificação da Oferta Turística	Regionalização do Turismo		Formalização e Qualificação no Turismo
Qualidade do Produto Turístico	Fomento à Iniciativa Privada	Promover os Produtos Turísticos	Incentivo ao Turismo Responsável
Promoção e Apoio à Comercialização	Infraestrutura Pública	Estimular o Desenvolvimento Sustentável da atividade Turística	

Informações Turísticas	Qualificação dos Equipamentos e Serviços Turísticos	Fortalecer a Gestão Descentralizada, as Parceiras e a Participação Social	Marketing e Apoio à Comercialização
	Promoção e Apoio à Comercialização	Promover a Melhoria do Ambiente Jurídico Favorável	

Fonte: Brasil, 2003; 2007; 2013; 2018; Organização: Santos, 2010.

A atenção para as questões inerentes à regionalização surge no PNT (2003-2007) com o Macroprograma Estruturação e Diversificação da Oferta Turística, que deu bases para a criação do Programa de Regionalização do Turismo- Roteiros do Brasil, objetivando um modelo de desenvolvimento integral (BRASIL, 2004).

No entanto, um efetivo enfoque às territorialidades veio somente com o Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT), no ano de 1994, quando foi percebido que políticas centralizadoras não teriam efetividade em um país com a dimensão territorial do Brasil, carregado de diversidade ambiental e cultural. Essa política foi a primeira tentativa de descentralizar as políticas e também a que gerou as primeiras diretrizes das políticas de turismo com enfoque territorial, até então sob a coordenação do Ministério da Indústria, Comércio e Turismo, cujo objetivo:

[...] visava implementar um novo modelo de gestão da atividade turística, simplificado e uniformizado, para os estados e municípios de maneira integrada, buscando maior eficiência e eficácia na administração da atividade turística, de forma participativa (DIAS, 2003, p.144).

O Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT) tinha uma proposta de desenvolver uma política de turismo descentralizada que é oriunda da Política Nacional do Turismo- Diretrizes e Programas, lançada no ano de 1996; assim, tal plano tinha suas ações direcionadas para a esfera municipal, no entendimento que essas eram conhecedoras da realidade do lugar, além de agregar municípios e induzir a criação de regiões turísticas.

Segundo Beni (2006, p. 26) o objetivo do plano foi despertar a conscientização dos municípios e da população local para a produção dos espaços turísticos, mas essa política não teve efetividade, pois não houve um levantamento prévio das potencialidades e do espaço turístico nacional. Brusadin (2006) também ressaltou outros quesitos que contribuíram para o insucesso do plano: a adoção de metodologia Rintur (Relatório de Informações Turísticas) ao invés da metodologia de inventário turístico, que faria uma

identificação da oferta e da produção turística e misturado com a ausência dos critérios técnicos para a identificação das potencialidades turísticas locais.

O primeiro mandato do governo Lula foi marcado por mudanças significativas nas políticas públicas de turismo no Brasil, uma vez que segundo Lima (2017) houve a reestruturação do Conselho Nacional de Turismo (CNTUR), direcionamento da EMBRATUR para a promoção e marketing do produto turístico brasileiro e a transformação do PNMT no Programa de Regionalização do Turismo.

Ainda assim, existia a necessidade que o turismo no Brasil fosse descentralizado e regionalizado, para tentar atender os objetivos do Plano Nacional de Turismo surge o Programa de Regionalização do Turismo (PRT) em 2004, que tinha como principal objetivo a estruturação e diversificação da oferta turística. De forma que, o Estado brasileiro a partir de planos, programas e projetos passa de maneira mais efetiva a atuar na promoção do turismo nacional, assim como é com esse programa que a atividade turística se configura como uma estratégia política para o fortalecimento da economia nacional.

A descentralização da gestão pública do turismo, o Programa de Regionalização do Turismo (PRT), que atualmente é o principal do Ministério do Turismo, por meio da Portaria nº 105, de 16 de maio de 2013, tem como objetivo:

II - estabelecer critérios e parâmetros para a definição e categorização dos municípios e das regiões turísticas, de modo a gerar indicadores de processos, resultados e de desempenho como ferramentas de apoio à tomada de decisão técnica e política (BRASIL, 2013).

Assim, o MTur publicou 13 cadernos⁵, com a finalidade de operacionalização e implementação do Programa de Regionalização do Turismo; vale destacar que nessa nova regionalização existe um apelo às questões referente à sustentabilidade e turismo, apoiado na ideia de um desenvolvimento econômico de maneira sustentável, no qual objetiva à geração de emprego e renda, além do planejamento participativo.

⁵ I – Introdução à Regionalização do Turismo; II – Módulo Operacional 1 – Sensibilização; III – Módulo Operacional 2 – Mobilização; IV – Módulo Operacional 3 – Institucionalização da Instância de Governança Regional; V – Módulo Operacional 4 – Elaboração do Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo Regional; VI – Módulo Operacional 5 – Implementação do Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo Regional; VII – Módulo Operacional 6 – Sistema de Informações Turísticas do Programa; VIII – Módulo Operacional 7 – Roteirização Turística; IX – Módulo Operacional 8 – Promoção e Apoio à Comercialização; X – Módulo Operacional 9 – Sistema de Monitoria e Avaliação do Programa; XI – Ação Municipal para a Regionalização do Turismo; XII – Formação de Redes; XIII – Turismo e Sustentabilidade (BRASIL, 2007).

A centralidade do objetivo do Programa de Regionalização do Turismo consistia em também “meios de acesso para a transparência e o compartilhamento das informações e resultados da execução da política” (BRASIL, 2013, p. 17), deliberando ações para cada nível de atuação para a promoção do turismo, nos níveis Nacional, Regional, Estadual e Municipal, objetivando desenvolver um modelo de gestão compartilhada do turismo, como descrita no quadro 2.

Quadro 2. Gestão compartilhada do Programa de Regionalização do Turismo

ÂMBITO	INTITUIÇÃO	COLEGIADO	EXECUTIVO
NACIONAL	MINISTÉRIO DO TURISMO	CONSELHO NACIONAL (Entidade Nacionais; EMBRATUR; Coordenação Geral do PNMT)	COMITÊ EXECUTIVO
ESTADUAL	ÓRGÃO OFICIAL DE TURISMO DA UF	CONSELHO/ FORÚM ESTADUAL (Representantes do Poder Público; Sociedade Civil; trade local)	INTERLOCUTOR ESTADUAL
REGIONAL	INSTÂNCIA DE GOVERNANÇA (Representantes públicos municipais de turismo)		INTERLOCUTOR REGIONAL
MUNICIPAL	ÓRGÃO OFICIAL DE TURISMO	CONSELHO/ FÓRUM MUNICIPAL (Poder Público; sociedade civil; Trade local)	INTERLOCUTOR REGIONAL

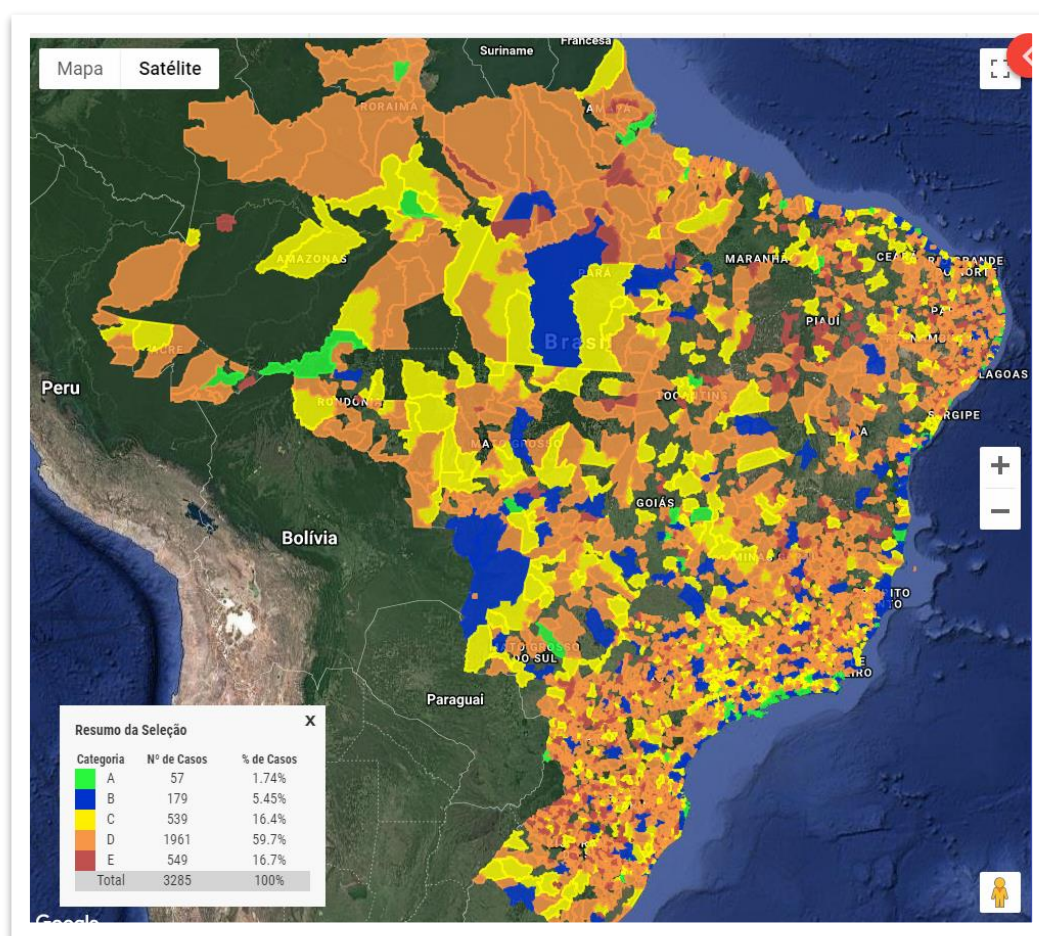
Fonte: Ministério do Turismo, 2004. Organização: Santos, 2018.

Concordando com Dias (2003, p. 121) as políticas públicas podem ser entendidas por “linhas de ação que buscam satisfazer ao interesse público e têm que estar direcionadas ao bem comum”. Por essa razão, o Programa de Regionalização do Turismo lança uma estrutura de um planejamento participativo, envolvendo os agentes acima citados e nas mais diversas esferas de atuação,

Fica definido segundo Portaria nº 172, de 11 de julho 2016, o Mapa do turismo brasileiro 2016, com 2.175 municípios que compõem 291 regiões turísticas (figura 2), dentre essas, 10 localizam-se no Estado do Maranhão. No que diz respeito aos critérios para um município ser incluído no mapa turístico citado, foi definido pela Portaria nº 205, de 9 de dezembro de 2015, que : a unidade subnacional deve ter um órgão

responsável pela pasta de turismo, esse órgão é uma secretaria, fundação, coordenadoria, gerência, departamento, diretoria; é necessário, também, que tenha orçamento para investir no turismo; haja um termo de compromisso com o Ministério do Turismo; os municípios de uma mesma região turística devem possuir características similares e/ou complementares e aspectos que os identifiquem enquanto região, ou seja, devem possuir identidade histórica, cultural, econômica e/ou geográfica comuns; devem ser limítrofes e/ou próximos uns aos outros (BRASIL, 2016).

Figura 2. Mapa do turismo no Brasil 2016



Fonte: Ministério do Turismo, 2016⁶

Além de dividir o Brasil em regiões turísticas, a Portaria nº 144, de 27 de agosto de 2015, estabelece a categorização dos municípios pertencentes às regiões turísticas, de forma que de acordo com o artigo. 3º “Os municípios das regiões turísticas do Mapa do turismo brasileiro foram agrupados em cinco diferentes categorias, definidas como A, B, C, D e E, conforme resultado obtido na análise de cluster” (BRASIL, 2016).

⁶ Disponível em: <http://www.mapa.turismo.gov.br/mapa/init.html#/home>

Na Figura 2 está disposto o Mapa turístico do Brasil, no qual segundo portaria citada acima, os municípios enquadrados dentro da categoria “A” são os que possuem um fluxo turístico expressivo, geralmente constituem as capitais ou as cidades turísticas com oferta e produto turístico bem estruturado; já os municípios representados dentro da categoria “E”, são as que possuem fluxo turístico menos expressivo. Vale destacar que no Maranhão somente a capital, São Luís, é classificada como pertencente à categoria “A”⁷. Esse processo de atualização do Mapa do turismo brasileiro será conduzido bienalmente por cada unidade da Federação.

Ao longo do processo de regionalização do turismo no Brasil, observa-se uma instabilidade em relação à composição dessas regiões e municípios turísticos. No quadro 3, está descrito a composição das regiões turísticas desde o início do Programa de Regionalização do Turismo no ano de 2004 até a última regionalização feita no ano de 2016. De maneira que, no decorrer dos anos sempre acontece um aumento ou uma diminuição de regiões e municípios turísticos, o que por sua vez, causa prejuízos na formatação dos produtos turísticos.

Além disso, nem todos os municípios inseridos no mapa possuem atratividade turísticas, a exemplo, o município de Chapadinha no Maranhão. Salienta-se que para compor o mapa do turismo, o município deve apresentar os critérios definidos pelo Programa de Regionalização do Turismo, sendo que um desses critérios é o município possuir uma “oferta complementar”, ou seja, fornecer algum serviço de suporte para a realização da atividade turística. Esse critério, segundo o Mtur, foi estabelecido visando uma maior integração dos municípios que compõem uma região turísticas, além do mais, objetiva o desenvolvimento do próprio município, assim “[...] Por meio do desenvolvimento regional, esses municípios poderiam se beneficiar, de alguma forma, da atividade turística” (BRASIL, 2007, p.19). No município de Chapadinha a oferta complementar é direcionada para a qualificação da força produtiva do turismo no Polo Munit, levando em consideração que, o município possui universidades e centros educacionais.

Quadro 3. Caracterização do Mapa do turismo do Brasil

MAPA	REGIÃO	MUNICÍPIOS
Mapa 2004	219 regiões turísticas	3.203

⁷ Mais detalhes sobre a categorização dos municípios do Maranhão no subitem 2.2.A regionalização do turismo no Maranhão.

Mapa 2006	200 regiões turísticas	3.819
Mapa 2009	276 regiões turísticas	3.635
Mapa 2013	303 regiões turísticas	3.345
Mapa 2016	291 regiões turísticas	2.175

Fonte: Brasil, 2004, 2006, 2009, 2013, 2016, Elaboração: Santos, 2018

A diferença do Programa de Regionalização do Turismo é que esse constitui a formação de regiões turísticas (com a integração de mais de um município), diferentemente do PNMT que visava um atendimento direcionado para o município, sem deixar de atender as particularidades dos municípios, de forma que o direcionamento do programa é:

A regionalização, proposta como política pública de turismo significa olhar além do município, para fins de planejamento, gestão, promoção e comercialização integrada e compartilhada. Propõe-se olhar a região, **e não mais o município isolado**. Essa visão se alinha a tendências internacionais que buscam um maior aproveitamento dos recursos financeiros, técnicos e humanos a fim de que se possam criar condições e oportunidades para revelar e estruturar novos destinos turísticos, qualificados e competitivos (BRASIL, 2007, p. 12, grifo nosso).

Na territorialização do Brasil para a atividade turística, a região Nordeste merece destaque, pois a combinação de aspectos climáticos somando com as paisagens paradisíacas foram alvos privilegiados de mudanças, que desde a década de 1990 tinham foco em criar infraestrutura adequada para o desenvolvimento do turismo, cita-se o Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR-NE) e o Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo para a Amazônia Legal (PROECOTUR); esse com discurso para o aproveitamento sustentável do turismo, com indução à prática do ecoturismo.

Linhas de créditos foram disponibilizadas para investimento em infraestrutura, principalmente de transporte, melhorias em aeroportos e rodovias foram feitas visando a melhorias no deslocamento de pessoas para esses territórios. Cruz (2005, p. 31) argumenta que a modernização dessas rodovias induzem a fluidez do “fazer turístico” e que estão inclusas nessa perspectiva a “Translitorânea maranhense, a Costa do Sol cearense, a Rota do Sol potiguar, a linha Verde baiana, todas elas facilitadoras dos fluxos de pessoas”.

Todas essas ações dos programas alinhadas ao PNT 2003- 2007, que foi o primeiro despertar do Brasil para o aproveitamento do território para a geração econômica, tendo o turismo como o “salvador da pátria”, concorreram para que Cruz (2005, p. 34- 35) ponderasse que o “território é reduzido a “um produto” mal acabado,

cuja transformação em mercadoria passível de competição no mercado internacional de “produtos” (lugares) turísticos requer a intervenção do Estado”.

Convém ressaltar que, a inconstância na estrutura administrativa em órgãos públicos é um dos grandes entraves da administração pública no Brasil, a exemplo da baixa qualificação dos recursos humanos, a indicação de cargos públicos, a falta de integração entre órgãos oficiais de turismo nas diferentes esferas, a divergência entre partidos políticos, o repasse de recursos e outros problemas que prejudicam o desenvolvimento do turismo e também o não cumprimento das metas estabelecidas pelas políticas públicas de turismo.

A visão do Plano Nacional de Turismo 2003- 2007, era criar produtos turísticos com características regionais, que tinha como objetivo a geração de emprego e renda e o aumento da receita nacional, como descreve o programa:

O turismo no Brasil contemplará as diversidades regionais, configurando-se pela geração de produtos marcados pela brasilidade, proporcionando a expansão do mercado interno e a inserção efetiva do País no cenário turístico mundial. A geração do emprego, ocupação e renda, a redução das desigualdades sociais e regionais, e o equilíbrio do balanço de pagamentos sinalizam o horizonte a ser alcançado pelas ações estratégicas indicadas. (BRASIL, p. 21, 2003)

Assim, o Plano Nacional de Turismo 2003- 2007 foi o primeiro documento com atenção para as questões penitentes sobre a regionalização, as versões que sucederam o PNT modificaram alguns macroprogramas conforme Quadro 1, que tinham questões mais específicas a qualificação da mão e obra e sobre a promoção e divulgação do turismo.

2.2.A regionalização do turismo no Maranhão

O Maranhão possui 331.936,949 km² de área territorial e se configura como o oitavo maior estado do Brasil (IBGE, 2010). Um estado culturalmente múltiplo e ambientalmente diverso: apresenta um Litoral Ocidental de rias com características amazônicas; outro Litoral Oriental dos Lençóis Maranhenses e Delta das Américas; Golfão Maranhenses; planície fluvial com a formação de lagos na Baixada Maranhense; Chapadas e Chapadões com quedas d'águas; extensa rede hidrográfica; acervos e características históricas frente aos processos de colonização; Floresta de Cocais; Áreas de Proteção Ambiental (Parcel Manoel Luís, Reserva Biológica do Gurupi, Parque Estadual do Mirador e outros); territórios simbólicos- identitário de comunidades quilombolas e terras indígenas; manifestações culturais do Bumba- meu- Boi e Tambor

de Mina (Patrimônio Imaterial); manifestações religiosas da Festa do Divino, Festas de São Sebastião e Círio de Nazaré; culinária de matrizes africanas, portuguesa e indígena.

Toda essa variedade começa a ser produto turístico potencial ou real a partir da década de 1980, quando o governo do estado iniciou os investimentos sobre o planejamento e estruturação dos territórios turísticos no Maranhão, de forma que:

O estado busca investir nas últimas duas décadas na divulgação de seus destinos, ampliação de infraestrutura necessária à atividade e na elaboração de instrumentos para a indução do desenvolvimento do turismo, na tentativa de tornar seu território também um espaço para o seu uso turístico, perseguindo os resultados alcançados por estado como o Ceará, Rio Grande do Norte, o Pernambuco e Bahia (COSTA, 2015, p. 173).

Todavia, entre os anos de 1962 e 1979 não se pode falar especificamente de uma política estadual de planejamento turístico. Durante esse período, as ações políticas que foram estabelecidas (vide quadro 4) constituíram ações pontuais, políticas centralizadas na capital do estado (São Luís) e que tinham como principal objetivo a promoção do turismo por meio das manifestações culturais e das características coloniais, sendo que pouca atenção foi voltada para o turismo de natureza e litorâneo.

Quadro 4. Descrição das ações estadual para a promoção do turismo (1962 a 1979)

ANO	DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES
1962	Lei nº 2.239 (Departamento de Turismo e Promoção do Maranhão) Lei nº 2.231 (Fundo Especial para o Desenvolvimento do Turismo)
1963	Departamento Municipal de Turismo e Promoções Culturais
1965	Fundo Rotativo de Incentivo ao Turismo (FURINTUR)
1971	Coordenadoria de Turismo e Cultura Popular
1972	Plano de Desenvolvimento Turístico
1973	Lei nº 3. 347 (Secretária de Indústria e Comércio)
1976	Lei nº 99 (Conselho Estadual de Turismo) Lei nº 98 (Empresa Maranhense de Turismo- MARATUR)
1979	Lei nº 2.402 (Companhia Municipal de Turismo e Patrimônio Cultural em São Luís) Programação de Turismo para o Estado do Maranhão

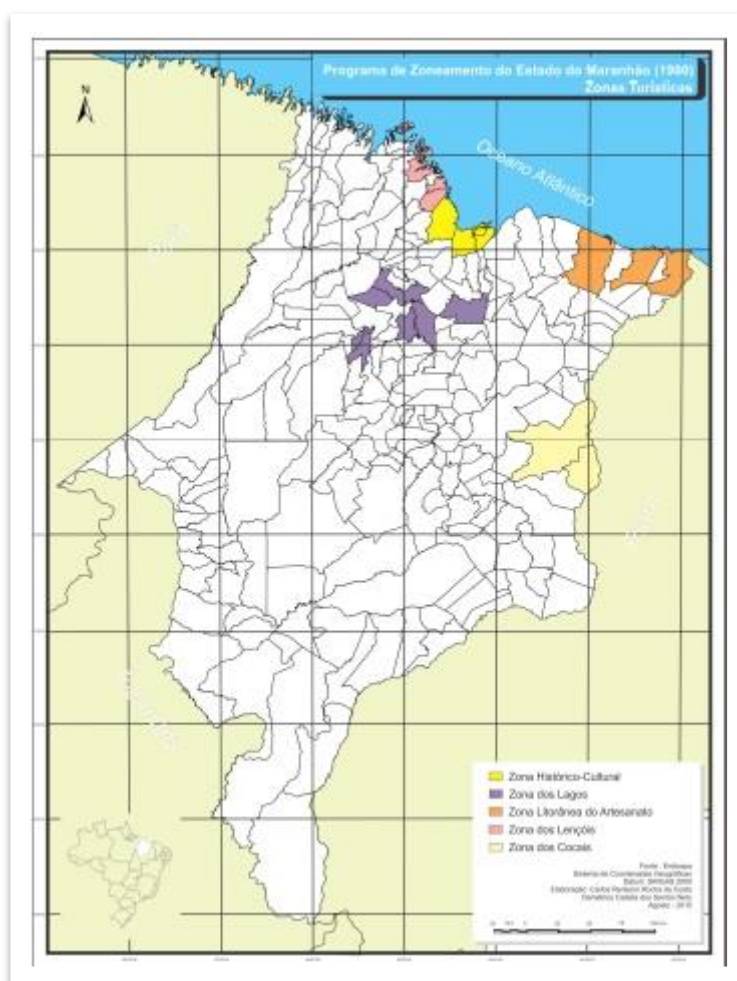
Fonte: Lobato, 2001. Organização: Santos, 2018

Dentre as ações do período, merecem destaque a criação da MARATUR (Empresa Maranhense de Turismo) que tinha objetivo executar a política de turismo observando as diretrizes básicas do Sistema Nacional de Turismo e Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR) e o Plano de Desenvolvimento Turístico, por se tratar do primeiro documento oficial da Política Estadual de Turismo. Entretanto, Lobato (2001)

afirma que quase nada do plano foi executado e foi desconsiderada a possibilidade de exploração de outros segmentos turísticos no Maranhão.

Em 1980 o Maranhão apresentou a sua primeira tentativa de regionalizar o turismo, instituído pelo MARATUR, o Programa de Zoneamento do Estado do Maranhão, no qual o estado foi dividido em 5 zonas turísticas; tal definição foi de acordo com o inventário turístico sobre oferta. Assim, foram (figura 3) criados, a “Zona Histórico- Cultural” abrangendo os municípios de São Luís (capital), São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Alcântara; “Zona dos Lençóis” composta por Cedral, Cururupu e Guimarães; “Zona Litorânea do Artesanato”, contendo os municípios de Barreirinhas, Tutóia e Araisos; “Zona dos Cocais”, composta pelos municípios de Caxias e Timon; “Zona dos Lagos” formada pelos municípios de Arari, Itapecuru- Mirim, Penalva, Pindaré, Santa Inês, Viana e Vitoria do Mearim (MARANHÃO, 1982).

Figura 3. Zonas Turísticas do Maranhão em 1980



Fonte: Costa, 2015, p. 185.

A nomenclatura dessas zonas buscava ressaltar alguma característica que agregasse valor identitário ao território do Maranhão: a Zona Histórico- Cultural, destacando o acervo arquitetônico colonial e as manifestações culturais; a Zona dos Lagos, evidenciando as áreas inundadas da Baixada Maranhense; a Zona Litorânea do Artesanato, frisa as praias e os artesanatos; a Zona dos Lençóis destacando os Lençóis Maranhenses; a Zona dos Cocais, ressaltando as características da Floresta de Cocais. A definição dessas zonas foi a primeira tentativa do governo do estado de planejamento regional do uso do território turístico maranhense, de forma que essas 5 zonas permanecem até a última regionalização, embora com nomenclaturas diferentes e com supressão ou acréscimo de municípios a essência permaneceu a mesma, com exceção da Zona Litorânea do Artesanato. Tal zona, ao longo do desenvolvimento das políticas de planejamento do uso do território turístico maranhense perdeu a indicação do artesanato e incorporou a referência do único delta em mar aberto das Américas, ou seja, o delta do rio Parnaíba.

Vale destacar também a mudança na nomenclatura dos polos, haja vista que o polo Delta do Parnaíba, assim intitulado na primeira versão, mudou para Delta das Américas, ressaltando fazendo referência ao maior delta em mar aberto das Américas e com 304.295,74 hectares (BRASIL, 1996), além disso, atribuindo identidade ao estado do Maranhão, uma vez que o Rio Parnaíba tem quatro das suas cinco fozes dentro do território maranhense, entretanto, o Polo Costa do Delta (Piauí) é o que mais explora o turismo na região do delta.

No entanto, o recurso orçamentário para desenvolver essas zonas somente era repassado para a Zona Histórico- Cultural. Ressaltado por Feitosa (2005, p.28) o Maranhão classificou essa zona como “zona efetiva de desenvolvimento turístico” e, no entanto, essa zona não apresentou um desenvolvimento para todos os municípios, sendo priorizadas somente os de São Luís e Alcântara. Tal situação ainda se propaga até os dias atuais, pois o governo do Maranhão sempre prioriza áreas de desenvolvimento turístico.

O governo federal por meio da Sudene (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste) e a Embratur (Empresa Brasileira de Turismo) criou o Prodetur- Ne (Programa de Ações para o Desenvolvimento do Turismo no Nordeste), que tinha o objetivo de ordenar e alavancar o turismo na macrorregião Nordeste do país, Norte de Minas Gerais e Espírito Santos, com implantação de infraestrutura básica, equipamentos urbanos e oferta pública (BENI, 2006).

O Proecotur – Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal, também merece destaque na regionalização do turismo no Maranhão; este por sua vez, estendido ao Meio Norte e o complexo ambiental ou por definições de Moraes (2007, p. 46), ao “litoral setentrional brasileiro” compreendido pelos estados do Piauí, Maranhão, Pará e Amapá, tinha o objetivo o desenvolvimento sustentável da Amazônia por meio do ecoturismo.

Segundo Todesco (2013), com um investimento inicial de US\$ 213 milhões foi o maior programa de turismo para a Amazônia Legal, o qual delimitou 15 polos para o desenvolvimento da prática do ecoturismo e abrangeu 32% do território regional. No Maranhão, sua abrangência foi no Polo Florestas dos Guarás, com área total de 5.356km², incluindo os municípios de Apicum- Açú, Bacuri, Cedral, Cururupu, Guimarães, Mirinzal, Porto Rico do Maranhão e Serrano do Maranhão, que são litorâneos, se destacam pelas características amazônicas e possuem unidades de conservação e comunidades quilombolas.

A reflexão que se faz importante sobre esses dois programas, Prodetur e o Proecotur, é que ambos aplicam suas ações para o desenvolvimento do turismo no litoral do Maranhão. O Prodetur, por sua vez estrutura melhorias no eixo São Luís/ Alcântara (Polo São Luís) e Polo Lençóis Maranhenses, juntamente com o Polo Chapada das Mesas, definidos como prioritários para o desenvolvimento do turismo. Já o Proecotur, direciona suas ações para alguns municípios do litoral Ocidental do Maranhão, no entanto, com ações pouco expressivas e intencionadas não somente pelas características litorâneas, mas, sobretudo por particularidades ambientais e naturais, cita-se: a Unidade de Conservação Reserva Extrativista de Cururupu, as Reentrâncias Maranhenses e características da “amazonidade” e/ou da pré-amazônia no Maranhão” (SANTOS; FERREIRA, 2015)

Mesmo que com ações pontuais, esses dois programas federais estimularam a criação de um Plano Estadual de Turismo no ano de 1995 e reapresentado no ano de 2000 como Plano de Desenvolvimento Integral do Turismo no Maranhão, chamado desde do início, na década de 1990 de “Plano Maior” (FERREIRA, 2007). Justifica-se o estímulo para a criação do plano que tem o objetivo induzir ao uso do território turístico maranhense, partindo do pressuposto que, esse plano foi uma forma de cumprir com os trâmites legais para a captação de recursos financeiros por via do Prodetur e do Proecotur.

A criação do plano foi financiado com recursos do Prodetur e pelo governo estadual, sendo contrata uma empresa de consultoria da Espanha (Marketing System),

responsável pela elaboração da primeira versão do plano, de forma que o documento foi estruturado em 3 etapas: Diagnóstico, Planejamento Estratégico e Plano Operacional (com subetapas de Consolidação e Estruturação). A segunda versão do plano ficou intitulada de Plano Estratégico do Estado do Maranhão ou Plano Maior 2020, lançada em junho de 2012 e realizado por uma empresa com sede em Barcelona (Chias Marketing); foi intencionalmente criado para reformular a primeira versão do plano. Essa segunda versão traçou metas de desenvolvimento para o turismo nesse estado a serem atingidas até o ano de 2020, sendo que os polos foram classificados por ordem de importância, em indutores, estratégicos e de desenvolvimento (MARANHÃO, 2012)

A primeira versão do Plano Maior, na década de 1990 deu início a regionalização do turismo de forma mais criteriosa, organizado os municípios em Polos Turísticos de acordo com características de infraestrutura, similaridade ambiental e proximidade geográfica, onde foram registrados 149 atrativos turísticos (MARANHÃO, 2000). A primeira classificação contou com cinco polos turísticos Polo Histórico-Cultural (São Luís, Alcântara, Raposa, Paço do Lumiar e Ribamar), Polo Lençóis Maranhenses (Santo Amaro, Primeira Cruz, Humberto de Campos e Barreirinhas), Polo Delta do Parnaíba (Paulino Neves, Tutóia, Araiões e Água Doce do Maranhão), Polo Reentrâncias Maranhenses (Cedral, Cururupu, Guimarães, Porto Franco do Maranhão) e Polo Águas, Cachoeiras e Chapadas (Imperatriz, Carolina e Riachão).

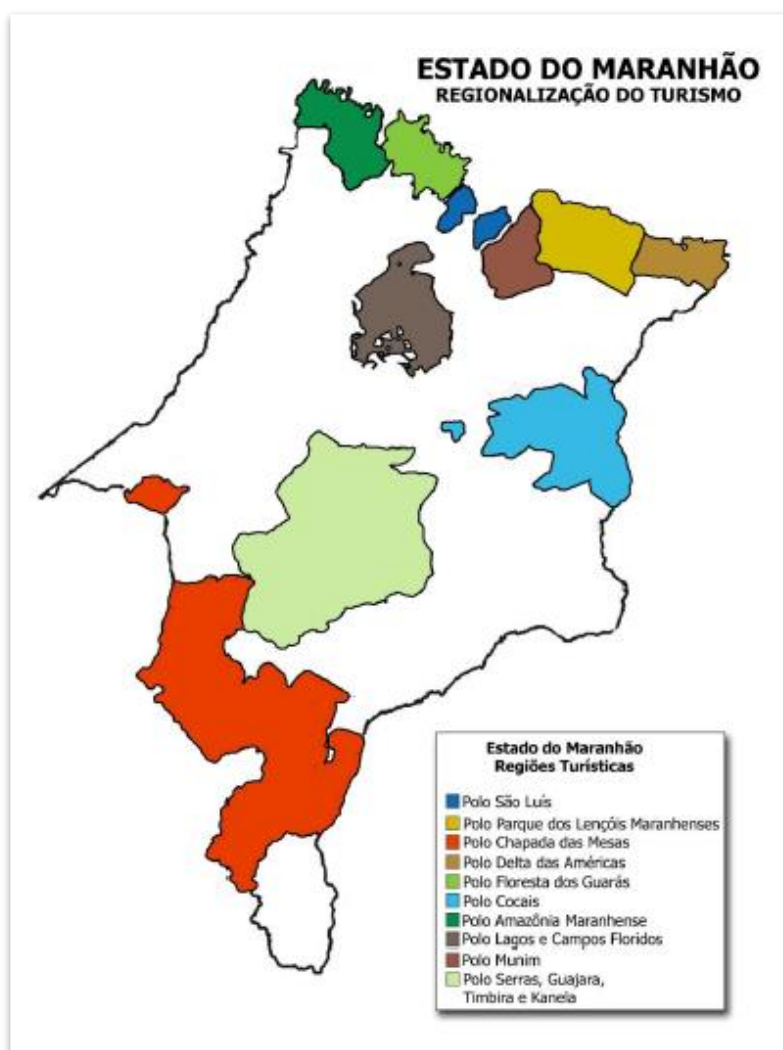
Essa primeira versão do plano, além de dividir o estado em questão para o planejamento turístico, teve por objetivo catalogar os atrativos, definir os segmentos, identificar as deficiências de infraestrutura básica e de equipamentos turísticos e apontar os pontos prioritários de cada polo turísticos para a promoção do turismo, ou seja, tratou de um reconhecimento do território para o uso do turismo.

Diferentemente do zoneamento feito no ano 1980, o Plano Maior (2000) acrescentou dois polos turísticos: o Polo Reentrâncias Maranhenses visando ressaltar as características da “amazoneidade” e/ou da pré-amazônia no Maranhão” (SANTOS; FERREIRA, 2015); e o Polo Águas, Cachoeira e Chapada contemplando a região da Chapada das Mesas⁸; assim como houve a supressão da Zona dos Lagos e Zona dos Cocais (vide figura 4). Afirma Costa (2015) que a exclusão dessas zonas se deu devido à pouca participação das gestões no processo de desenvolvimento do turismo, ainda

⁸ Instituído Parque Nacional das Chapadas das Mesas somente em 2005 (MUNIZ, 2017).

completa, que o plano teve uma atenção especial voltada à promoção do turismo litorâneo, seguindo uma tendência nacional e predominantemente regional (Região Nordeste).

Figura 4. Regionalização do turismo no Maranhão⁹



Fonte: Maranhão (2012)

Costa (2015) ressalta que esse plano surtiu pequenos efeitos no que tange à transformação qualitativa de vida nos territórios, marcado por péssimos indicadores sociais, mas que teve relevância nos indicadores quantitativos (fluxo de turistas e receita). Destaca-se ainda, que no decorrer da execução do plano, o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, nesse período sobre a insígnia do Polo Parque dos Lençóis, ganhou notório destaque no cenário nacional e internacional, o que decorreu da sua paisagem diferenciada e pela construção da BR 402, que liga São Luís ao município de Barreirinhas.

⁹ Onde lê-se Polo Parque dos Lençóis Maranhenses, leia-se Polo Parque dos Lençóis.

Após reformulação, no ano de 2012, o plano citado passou a ser chamado de Plano Estratégico do Estado do Maranhão ou Plano Maior 2020. Na figura 4, observa-se que o estado em tela ficou dividido em 10 polos turísticos¹⁰: Amazônia Maranhense, São Luís, Parque dos Lençóis, Floresta dos Guarás, Munim, Delta das Américas, Lagos e Campos Floridos, Cocais, além do Serras, Guajajaras, Timbiras e Kanela, Chapada das Mesas (MARANHÃO, 2012).

Algumas mudanças aconteceram com essa nova divisão, houve alteração nas nomenclatura dos polos, divisão de polos e acréscimo de alguns polos. Como já explicado anteriormente, o Polo Delta do Parnaíba passou a ser intitulado de Delta das Américas, já no litoral Ocidental maranhense acrescentou-se o Polo Amazônia Maranhenses, destacando a “características amazônicas” do estado e o Polo Floresta dos Guarás, destacando o conjunto paisagístico das rias com sua flora e fauna e que carrega o nome de uma espécie de ave comum nesse litoral, o Guará (*Eudocimus ruber*)¹¹, ambos resultantes da divisão do antigo Polo Reentrâncias Maranhenses. O Polo Lençóis Maranhenses, assim intitulado na primeira versão, também sofreu mudanças, passando a ser chamado de Polo Parque dos Lençóis, fazendo referência a unidade de conservação Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, criado em 1981.

Além disso, dois Polos criados no zoneamento turístico de 1980 voltam para a regionalização turística do Plano Maior 2020, o Polo Lagos e Campos Floridos e Polo Cocais, respectivamente, Zona dos Lagos e Zona dos Cocais (figura 1). E acrescenta-se a essa regionalização o Polo Serras, Guajajaras, Timbiras e Kanela, ressaltando as características indígenas do Sul do Maranhão e o Polo Munim, que carrega o nome do principal rio da região, o Rio Munim.

¹⁰De Oeste para Leste do litoral maranhense os polos turísticos são: 1) Amazônia Maranhense (Carutapera, Cândido Mendes, Godofredo Viana, Luís Domingues e Turiaçu); 2) Floresta dos Guarás (Apicum-Açu, Bacuri, Cedral, Central do Maranhão, Cururupu, Guimarães, Mirinzal, Porto Rico do Maranhão e Serrano do Maranhão); 3) São Luís (Alcântara, Paço do Lumiar, Raposa, São José de Ribamar e São Luís); 4) Munim (Axixá, Bacabeira, Cachoeira Grande, Icatu, Morros, Presidente Juscelino e Rosário); 5) Parque dos Lençóis (Barreirinhas, Humberto de Campos, Primeira Cruz e Santo Amaro do Maranhão); 6) Delta das Américas (Água Doce do Maranhão, Araiases, Paulino Neves e Tutóia). No continente e do Norte para o Sul, os polos turísticos são: 7) Lagos e Campos Floridos (Arari, Bela Vista do Maranhão, Bom Jardim, Cajari, Conceição do Lago-Açu, Governador Newton Bello, Igarapé do Meio, Lago Verde, Matinha, Monção, Pio XII, Pindaré-Mirim, São Vicente Ferrer, São João Batista, Olinda Nova do Maranhão, Penalva, Santa Inês, Santa Luzia, Satubinha, Tufilândia, Viana, Vitória do Mearim e Zé Doca); 8) Cocais (Afonso Cunha, Aldeias Altas, Capinzal do Norte, Caxias, Codó, Coelho Neto e Timon); 9) Serras, Guajajara, Timbira e Kanela (Barra do Corda, Fernando Falcão, Formosa da Serra Negra, Grajaú, Itaipava do Grajaú, Jenipapo dos Vieiras, São Pedro dos Crentes, São Roberto, Santa Filomena do Maranhão e Sítio Novo); 10) Chapada das Mesas (Balsas, Carolina, Estreito, Imperatriz, Porto Franco, Riachão, São João do Paraíso e Tasso Fragoso). Cf. FERREIRA, 2017, p. 149.

¹¹ Cabe destacar que a ocorrência da ave Guará não se restringe somente ao litoral ocidental, sendo possível a sua observação também no litoral oriental, mas especificamente na região do Delta do Parnaíba.

É importante entender que a regionalização dos municípios dentro de cada polo é resultado das características similares e peculiares que sustentam a identidade e o conceito dos polos (MARANHÃO, 2012). Assim, cada polo agrega valor da identidade cultural e ambiental da sua região, no qual, a sua nomenclatura é resultante dessas identidades.

A Fase I identificou o atual cenário do conjunto turístico do Maranhão, o que induziu classificar os polos de acordo com um nível de hierarquização, de forma que, foram classificados como Polos Indutores, Polos Estratégicos e Polos em Desenvolvimento. Os Polos Indutores foram definidos como aqueles que possuem maior rentabilidade a partir da melhor otimização da oferta atual e dos produtos existentes em curto e médio prazo. Os Polos Estratégicos são importantes para a diversificação da oferta em médio prazo pelo potencial de atratividade. Os Polos de Desenvolvimento são aqueles que carecem de altos investimentos para atingirem os mesmos níveis de rentabilidade dos Polos Indutores (MARANHÃO, 2012). No entanto, pondera-se que essa hierarquização dos polos tem um entendimento muito além do que está contido no Plano Maior 2020, pois esses polos são assim classificados em virtude do nível de infraestrutura (acessibilidade, serviços próprios do turismo e serviços públicos), suporte para a materialização do turismo no território. Essa classificação hierárquica é apenas para justificar a prioridade no repasse de recursos financeiros, uma vez que todos os polos possuem potencialidade atrativa suficiente para o desenvolvimento da atividade.

O Plano Maior 2020 classifica como Polos Indutores: Polo São Luis, Polo Chapada das Mesas; e o Polo Parque dos Lençóis; são Polos Estratégicos - Polo Floresta dos Guarás, Polo Munin, Polo Delta das Américas, Polo Campos e Lagos e Campos Floridos; são Polos em Desenvolvimento - Polo Amazônia Maranhense, Polo Cocais, e o Polo Serras, Guajajara, Timbiras e Kanela (Quadro 5).

Quadro 5. Classificação dos Polos Turísticos do Maranhão

REGIÃO	MUNICÍPIO	CLASSIFICAÇÃO
Polo São Luís	Alcântara, Raposa São José de Ribamar e São Luís	Polo Indutor
Polo Parque dos Lençóis	Barreirinhas, Humberto de Campo, Primeira Cruz e Santo Amaro do Maranhão	Polo Indutor
Polo Chapada das Mesas	Imperatriz, Carolina, Estreito, Tasso Fragoso, Riachão, Balsas, Formosa da Serra Negra, Fortaleza dos Nogueiras, Itinga do Maranhão e Montes Altos	Polo Indutor
Polo Delta das Américas	Tutóia, Paulino Neves, Água Doce do Maranhão e Araiozes	Polo Estratégico
Polo Munin	Axixá, Icatu, Rosário, Cachoeira Grande, Morros, Chapadinha e Vargem Grande	Polo Estratégico
Polo Lagos e Campos Floridos	Arari, Viana, Penalva, Cajapió, Cantanhede, Pindare- Mirim e Pinheiro	Polo Estratégico
Polo Floresta dos Guarás	Guimaraes, Cururupu, Porto Rico do Maranhão e Bequimão	Polo Estratégico
Polo Amazônia Maranhense	Centro Novo, Carutapera e Luís Domingues	Polo de Desenvolvimento
Polo Serra, Guajajara, Timbiras e Kanela	Barra do Corda, Grajau e Jenipapo dos Vieiras	Polo de Desenvolvimento
Polo Cocais	Caxias, Codó, Coelho Neto, Pedreiras, Timon, Igarapé Grande e São Joao do Sóter	Polo de Desenvolvimento

Fonte: Maranhão (2012), Sectur (2017); Organização: Santos (2018)

Mesmo pertencendo a um Polo Estratégico, o Polo Delta das Américas passou a ser divulgado junto com os Polos Indutores de São Luís, Chapada das Mesas e o Parque dos Lençóis, o que também é observado no atual *folder* de promoção do turismo no Maranhão (Anexo 1). No âmbito federal o Plano Nacional de Turismo, por meio da sua principal diretriz, o Programa de Regionalização do Turismo, define como destinos indutores do Maranhão, somente os municípios de São Luís (Polo São Luís) e Barreirinhas (Polo Parque dos Lençóis). Por sua vez, o Polo Chapada das Mesas, apenas recebe atenções do estado quando foi instituído Parque Nacional da Chapada das Mesas, no ano de 2005, enquanto o Polo Delta das Américas, somente após a construção da rodovia MA 315 no ano de 2017. Para, além disso, o slogan 2017 da promoção do turismo do Maranhão é “Maranhão: Terra de Encantos” (anexo 2), com ícones que simbolizam o centro histórico, as dunas e as chapadas, elementos que remetem a esses três principais polos, o que implica na indução de um consumo desigual do turismo nessa unidade da Federação.

No mais, apesar da potencialidade turística de todo os polos, os Polos Estratégicos, com a exceção do Polo Delta das Américas, não possuem formatação de

roteiros turísticos e tampouco equipamentos turísticos básicos para desenvolver a atividade. No entanto, são tidos como estratégico apenas pela fácil acessibilidade a eles. O Plano Maior 2020 também não estabelece diretrizes para que os polos possam fazer uma progressão no que tange à hierarquização dos mesmos, e dessa forma, sem um plano de ações somando com assistência técnica, os polos ficam estagnados.

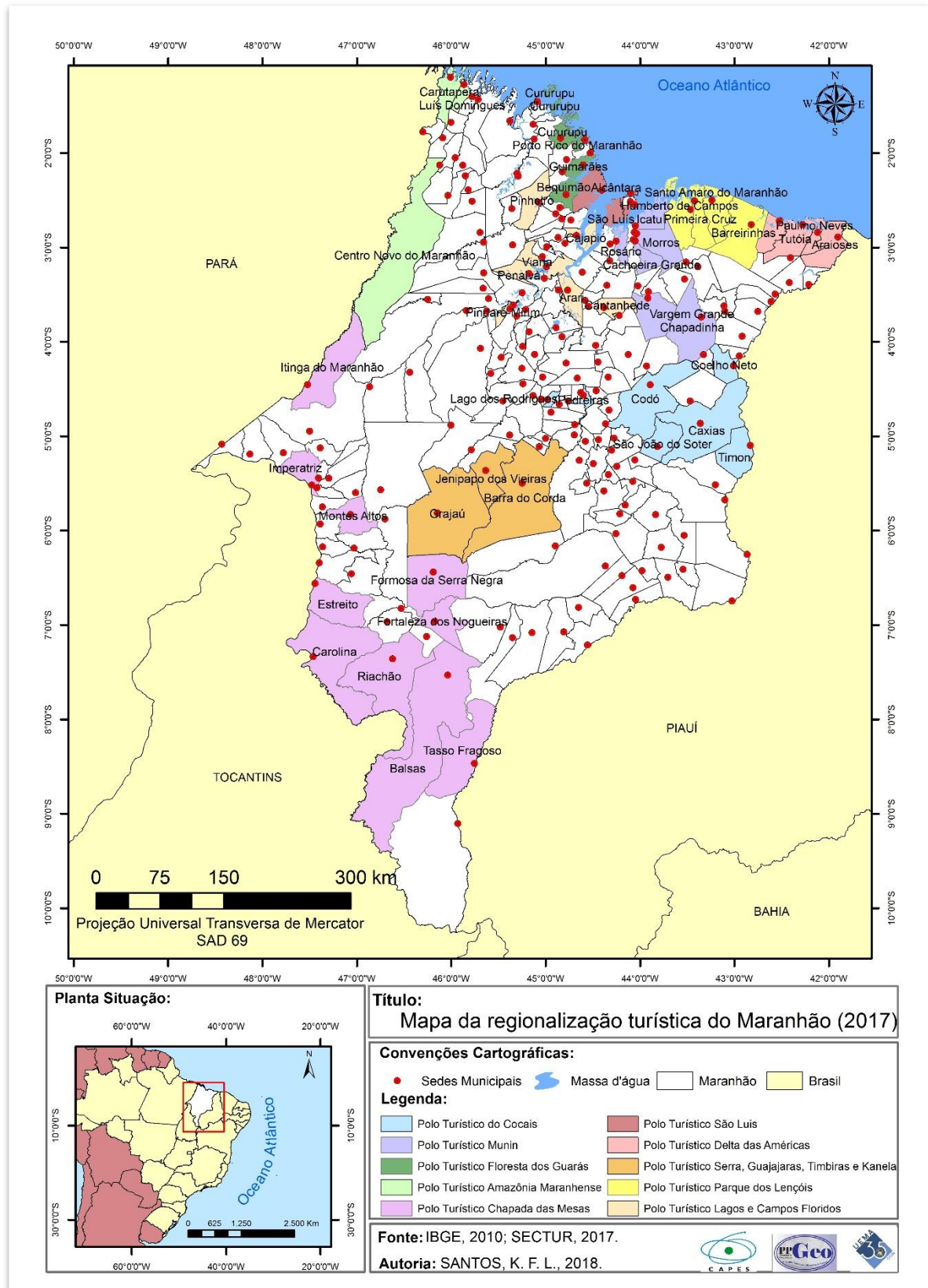
Contudo, observa-se com essa nova divisão, que todo o litoral do estado do Maranhão foi transformado em territórios turísticos e induzindo a apropriação dos espaços pela prática do turismo, que tem caráter de expansão a partir de dois eixos de infraestrutura: no litoral Ocidental via São Luís- Alcântara e no litoral Oriental via BR 402. Portanto, dos dez polos turísticos do Maranhão seis encontram-se localizados no litoral do estado: Polo Amazônia Maranhense, Polo Floresta dos Guarás, Polo São Luís, Polo Parque dos Lençóis e Polo Delta das Américas (Figura 3), preenchendo assim todo o território litorâneo desde o município de Carutapera (Oeste) até Araiões (Leste) e com uma diversidade de ecossistemas: o amazônico, as reentrâncias, dunas, conjunto de corpos hídricos (Rio Munin, Rio Parnaíba, Baía de São José e São Marcos, Rio Maraçumé, Rio Gurupi).

O Plano Maior 2020 também fez uma análise de cenários comparativos sobre o valor de mercado dos 10 Polos Turístico em relação à primeira edição do Plano Maior (2000). Na primeira edição do plano, o valor de mercado do Polo Delta do Parnaíba era de 21%; vale ressaltar que o valor de mercado do Polo São Luís correspondia quase à metade da porcentagem total, com 41%. Na atual edição do citado plano, o valor de mercado do Polo Delta das Américas diminuiu e encontra-se em 5%, a mesma porcentagem do Polo Chapada das Mesas, que figura entre os três polos turísticos mais visitados do estado do Maranhão enquanto o Polo São Luís detém 63% do valor de mercado (MARANHÃO, 2012). Tal situação, entretanto, é consequência da “manutenção da desigualdade socioespacial” (FERREIRA, 2017, p. 149) haja vista que apesar de potencialidades em todos os quadrantes, os 10 polos turísticos abrangem 37,78% do total (217) dos municípios maranhenses. Considerando que esse plano vislumbra o horizonte 2020, tem-se que o mesmo permanecerá sendo ineficiente porque a maior destinação de recursos financeiros, infraestrutura e produtos turísticos continuam se concentrando em três Polos Turísticos: São Luís; Parque dos Lençóis; e Chapada das Mesas.

No ano de 2016, atendendo diretrizes para a atualização do Mapa Turístico do Brasil por meio da portaria nº 268, de 28 de dezembro de 2016. Assim, o território do Maranhão que na primeira regionalização do Plano Maior 2000 contava com 19

municípios distribuídos em 5 polos turísticos, na sua segunda versão, o Plano Maior 2020 apresentou 82 municípios distribuídos em 10 polos turísticos e na mais recente regionalização, conta com 53 municípios dispostos em 10 polos turísticos (vide figura 5).

Figura 5. Mapa da regionalização turística do Maranhão- ano 2017



Fonte: IBGE, 2010; SECTUR, 2017. Elaboração: SANTOS, 2018.

O Programa de Regionalização do Turismo classifica os municípios em 5 categorias (A, B, C, D e E), sendo que os que possuem uma melhor infraestrutura e com fluxos de turista nacionais e internacionais fazem parte das categorias A, B e C e no Maranhão, representados pelos municípios de São Luís, Barreirinhas, Imperatriz, Caxias, Codó, Timon, Estreito e Balsas; entretanto, somente a capital (São Luís) é classificada na categoria A, a qual concentra uma melhor infraestrutura urbana e de equipamentos que possibilitam uma maior rentabilidade, assim como, é também um polo emissor de fluxos¹². Os demais municípios são classificados nas categorias D e E porque não possuem fluxos expressivos de turismo nacional e internacional, no entanto possuem papel importante no fluxo de turismo regional (BRASIL, 2016).

Para fazerem parte do Mapa do turismo do Brasil no ano de 2016, os municípios deviam seguir as exigências mínimas, compromissos e recomendações¹³ definidas em portaria que versa sobre o remapeamento das regiões turísticas segundo o Programa de Regionalização do Turismo. Assim, os municípios que desejavam participar dessa nova regionalização do turismo brasileiro, deveriam submeter junto a Secretária de Cultura e Turismo do Maranhão (SECTUR) documentos obrigatórios para a sua inserção ou continuação no mapa turístico.

Com algumas mudanças de critérios estabelecidos para a formação das regiões turísticas e também critérios para os municípios destacam-se o ingresso de alguns municípios que nunca fizeram parte de nenhum polo, cita-se os casos de Pinheiro, Chapadinha, Vargem Grande e Itinga do Maranhão, Balsas, Tasso Fragoso, Centro Novo do Maranhão, Lago dos Rodrigues, Pedreiras e Cantanhede. Assim como foram excluídos alguns municípios que possuíam pouca gestão participativa no desenvolvimento da

¹² Cruz (2003) classifica como polo emissor, territórios que possuem equipamentos que são necessários para a realização da prática do turismo, como por exemplo, infraestrutura relacionadas ao deslocamento como aeroportos, rodovias e estradas.

¹³ Segundo Portaria nº 268, de 28 de dezembro de 2016, para a formação de regiões turísticas, os municípios devem atender as exigências mínimas para estar no Mapa do Turismo Brasileiro, a saber: possuir características similares; ser limítrofes e ou próximos; a região turística deve possuir Fórum ou Conselho Estadual de Turismo. Os compromissos são ações que os municípios e a Instância Governamental acordam visando ao desenvolvimento regional do turismo, que são: identificar um representante regional pela interlocução do Programa de Regionalização do Turismo, assim como, institucionalizar a Instância de Governança e Elaborar Plano Estratégico de Desenvolvimento Regional. No que tange às recomendações, são as orientações dos MTur, tais como: cada região turística deve apresentar uma quantidade administrável de municípios; a região não deve conter somente um município; o Órgão Oficial de Turismo Estadual deve fornecer informações ao MTur; a região turística deve apresentar um nome que transmite a sua identidade e caso exista um Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável, sugere-se que a região turística contemple o Polo (municípios) já trabalhado pelo Prodetur.

atividade turística e que não cumpriam com as exigências para estarem no mapa do turismo do Maranhão.

Cabe ressaltar que, muitos dos novos municípios que nunca fizeram parte do mapa turístico do Maranhão, adentraram seguindo a perspectiva de terem uma produção associada ao turismo ou a prestação de serviços turísticos. Esses serviços dentro de um município podem ser caracterizados, por exemplo, uma rodoviária que dinamize os fluxos de transporte, um comércio que distribua produtos importantes para um município turístico ou a capacitação de recursos humanos para atender as necessidades da atividade turística. Nesse último caso cita-se como exemplo o município de Chapadinha, que não possui atrativos turísticos identificados, mas que se apresenta como importante para o Polo Munin por conta das instituições de ensino superior, financeiras, saúde, etc que podem vir a atender as demandas do referido polo.

Dessa forma, essa nova regionalização fragmentou os polos que outrora consistiam em uma continuidade de limites territoriais, como é o caso da maioria dos polos e também agregou municípios com melhores dinâmicas socioeconômicas (Chapadinha, Balsas e Pinheiro) objetivando dinamizar os fluxos para o desenvolvimento da atividade. Esses municípios que até então não faziam parte do mapa turístico, são municípios estratégicos pois possuem uma boa variedade de equipamentos turísticos e servem como oferta complementar para subsidiar a realização do turismo.

2.3.Planejamento da produção do espaço turístico em Tutóia

Desde os primeiros sinais de indução do uso dos territórios turísticos no Maranhão, o município de Tutóia já se encontrava como prioritário. Essa referência teve concretude em virtude do Programa de Zoneamento do Estado do Maranhão na década de 1980, quando criou, dentre outras, a Zona Litorânea do Artesanato, que agregava os municípios de Barreirinhas, Tutóia e Araiões. Nesse período, os Lençóis Maranhenses, sobretudo no município de Barreirinhas ainda não consistia grande apelo ao turismo, assim como o Delta das Américas não era a principal marca de Tutóia e Araiões. A referência que era feita sobre essa zona correspondia a uma apropriação do turismo litorâneo e das características culturais, principalmente do artesanato, dos lugares.

Na primeira regionalização do turismo no Maranhão, o Plano Maior 2000 classificou Tutóia como pertencente ao Polo Turístico Delta do Parnaíba junto com os municípios de Paulino Neves, Araiões e Água Doce do Maranhão. Já na segunda edição

do plano, o polo passou a ser chamado de Polo Turístico do Delta das Américas, fazendo referência ao maior delta das América e agregando sentimento de identidade ao território maranhense, em detrimento do piauiense, a partir da cidade de Parnaíba. Vale destacar que desde a sua primeira regionalização os municípios que fazem parte do referido polo são os mesmos até a atual regionalização, no qual a alusão é que são municípios maranhenses que se encontram na Área de Proteção Ambiental do Delta do Parnaíba¹⁴ (MARANHÃO, 2012).

Esse polo foi criado com o intuito de explorar a “região” do Delta das Américas¹⁵, que tem 70% de sua ocorrência no território do Maranhão. Todavia, mesmo que o apelo por parte do Plano Maior (MARANHÃO, 2000) seja para o aproveitamento do segmento do ecoturismo, como potencial para o desenvolvimento dos territórios turísticos do polo, outros fatores (comentados no subitem “O uso dos territórios turísticos em Tutóia”) influenciam o consumo do turismo de sol e praia.

As duas versões do Plano Maior determinam como “portal de entrada” do polo citado a cidade de Araioses, que por sua vez tem os limites ao Leste com o município de Ilha Grande (PI) e por esse fator, além de melhores condições de acesso partindo da capital maranhense (São Luís), tal município foi escolhido para ser a porta de entrada para o Polo Delta das Américas (MARANHÃO, 2012). No entanto, em consulta realizada ao site do Cadastur¹⁶, que é um instrumento que permite o estabelecimento de vínculos entre o poder público, os empreendimentos turísticos e o consumidor (o turista), observou-se uma concentração de equipamentos turísticos no município de Tutóia. Somente no Cadastur estão cadastrados 8 (oito) equipamentos na categoria de meios de hospedagens (incluindo 1 na categoria de hotel), 2 na categoria de agências de turismo e 3 na categoria de restaurantes, cafeterias, bar e similares em Tutóia, enquanto no

¹⁴ A APA do Delta do Parnaíba foi criada no ano de 1996 e abrange municípios do Maranhão (Água Doce do Maranhão, Araioses, Tutóia e Paulino Neves), do Piauí (Cajueiro da Praia, Ilha Grande, Luís Correia e Parnaíba) e do Ceará (Barroquinha e Chaval). Vale ressaltar que dentro do território da APA existe outra unidade de conservação, a Reserva Extrativista Marinha do Delta do Parnaíba (ICMBio, 1996).

¹⁵ Cabe destacar, que existe duas nomenclaturas para esse delta, que consiste em Delta das Américas e Delta do Parnaíba. No entanto, nessa dissertação optou-se por usar a denominação de Delta das Américas, referenciando o maior delta das Américas e o terceiro maior do mundo em mar aberto, com uma extensão territorial de 2.700Km², o que está contido no documento oficial denominado Plano Maior 2020 (MARANHÃO, 2012).

¹⁶ O Cadastur é um cadastro de operadores de serviços turísticos, executado pelo Ministério do Turismo em parceria com os Órgãos Oficiais de Turismo das unidades da Federação. O cadastro gera benefícios como: oportunidades de qualificação, por meio dos programas e projetos oferecidos por diversas áreas do MTur; acesso a linhas de crédito junto a bancos oficiais; classificação dos meios de hospedagem; oportunidades de negócios e acesso a mercados nacionais e internacionais; credibilidade de que a empresa está formalizada e que está operando de acordo com as leis brasileiras; informações e apoio por meio de um Ambiente de Negócios online restrito aos prestadores que estão com o cadastro regular (BRASIL, 2018).

município de Araiões existem somente 2 meios de hospedagens cadastrados, realidade não diferente nos demais municípios que compõem o polo enfatizado. Vale lembrar que essa não é a quantidade real de equipamentos turísticos, pois existem outras ofertas que não constam no site por motivos burocráticos, mas que, quanto maior a quantidade de equipamentos turísticos em um lugar, maior será a quantidade indicada no Cadastur.

“O polo do Delta das Américas é frequentemente identificado pertencente ao Piauí, único estado que até então promove a exploração turística da região” (MARANHÃO, 2012, p. 74). Na época do lançamento do Plano Maior 2020, esse era o cenário do Polo Delta das Américas, contudo, algumas ações impuseram mudanças e com a indicação da construção da rodovia MA 315 (trecho sede de Barreirinhas à cidade de Paulino Neves) a facilidade de acesso aos municípios do polo referido melhoraram, sobretudo para quem parte de São Luís. Como já mencionado, grande parte da ocorrência desse delta encontra-se dentro do território do Maranhão, no entanto, a maior cidade de referência é Parnaíba, sendo a segunda Tutóia. Para além do quantitativo superior de equipamentos turísticos, Parnaíba dispõe de melhores serviços urbanos e de atendimento básico, a exemplo do Aeroporto Internacional Prefeito Dr. João Silva Filho e de campus de instituições de ensino superior (IFPI e UFPI).

Desde o ano de 2017 o Polo Delta das Américas, mesmo pertencendo à categoria de Polo Estratégico, passou a ser divulgado junto com os Polo Indutores de São Luís, Lençóis Maranhense e Chapada das Mesas (Anexo 3). Tal mudança é consequência principalmente de uma nova dinâmica que se instala a partir da chegada de investimentos ligados à produção de Energia Eólica no município de Paulino Neves, mais especificamente com a construção da citada MA 315, que interliga os municípios de Barreirinhas e Paulino Neves e cujo traçado otimizou a Rota das Emoções, a partir do encurtamento do deslocamento e acesso mais fácil aos lugares turísticos.

Tal melhoria de acesso está sendo executada em parceria entre a empresa responsável pela construção do Parque Eólico (Ômega Energia), que tem por interesse possibilitar a chegada de insumos para a instalação e operação desse parque e pelo Governo do Maranhão, o qual tem como referência maior o “[...] prolongamento da BR-402 e interligará, portanto, Barreirinhas ao Polo Turístico Delta das Américas e otimizará a **prioritária Rota das Emoções**” (FERREIRA, 2017, p. 146, grifo nosso).

Sob a insígnia de “Rota das Emoções”, esse roteiro integrado é um produto que foi criado a partir do Programa de Regionalização do Turismo- Roteiros do Brasil, lançado no ano de 2004. Tal programa se constituiu de uma política territorial assentada

nas diretrizes da Política Nacional de Turismo 2003- 2007, cujo objetivo consistia na otimização, estruturação e diversificação da oferta turística. Na prerrogativa da descentralização do turismo, a estratégia foi a formação de uma Rede Nacional de Regionalização que era engendrada por diversos agentes ligados à atividade turística (BRASIL, 2013).

Outro objetivo do Programa de Regionalização do Turismo- Roteiros do Brasil consiste na criação e estruturação da roteirização turística. Com vista para uma mudança no paradigma no que diz respeito à promoção do turismo centrado na escala municipal, o Projeto Rede de Cooperação Técnica para a Roteirização foi criado no ano de 2007 através de parceria entre o Ministério do Turismo e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) com a intenção de criar uma rede de cooperação técnica e de trabalho capaz de estruturar e gerir o processo de roteirização turística (BRASIL, 2007). Dessa forma, o projeto estruturou cinco roteiros integrados de turismo¹⁷, um para cada macrorregião do Brasil, seguindo estruturas metodológicas específicas para cada região, de forma que o Nordeste foi contemplado com o Roteiro Integrado Jericoacoara (CE)- Delta do Parnaíba (MA e PI) e Lençóis Maranhenses (MA).

O território do roteiro integrado envolve os municípios de Barreirinhas, Paulino Neves, Tutóia e Araioses, no Maranhão; Ilha Grande, Parnaíba, Luís Correia e Cajueiro da Praia, no Piauí; Chaval, Barroquinha, Camocim, Jericoacoara e Jijoca de Jericoacoara, no Ceará (Figura 6). A essência do roteiro é alimentada pelo consumo do litoral, considerando que o roteiro perpassa por cidades litorâneas e induz ao consumo das unidades de conservação do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, do Parque Nacional de Jericoacoara e da Área de Proteção Ambiental do Delta do Parnaíba, sob a orientação de um potencial ecoturístico.

A intenção do projeto é tornar operacional uma proposta de aproveitamento dos territórios turísticos de forma integrada, considerando que cada uma dessas regiões de interesse turístico já são foco da reprodução do espaço pelo turismo, no entanto, de maneira isolada, de forma que, “[...] devido ao fato de não haver integração e parcerias entre essas empresas, o turismo se encontrava em um crescimento desordenado, com necessidades de qualificação empresarial” (BRASIL, 2007, p. 143).

¹⁷ Os roteiros estudados nesse projeto piloto foram os seguintes: Região Norte – Roteiro Caminhos da Revolução; Região Nordeste – Roteiro Integrado Jericoacoara- Delta do Parnaíba e Lençóis Maranhenses; Região Centro-Oeste – Roteiro Integrado Brasília – Chapada dos Veadeiros; Região Sudeste – Roteiro Integrado Estrada Real – Caminho Velho; Região Sul – Roteiro Integrado Iguassu Misiones (BRASIL, 2007)

Figura 6. Roteiro Integrado Jericoacoara- Delta do Parnaíba- Lençóis Maranhenses "Rota das Emoções"



Fonte: Brasil, 2007.

Segundo o Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo Regional da Rota das Emoções (BRASIL, 2014), ficou definido por meio de entrevistas com os proprietários de equipamentos de hospedagem que o tempo de permanência média em Tutóia de um turista que percorre a Rotas das Emoções é de 1 (um) dia (Tabela 5). Os circuitos que exigem um tempo de permanência mais longo são Barreirinhas, Parnaíba e Jericoacoara, pois são destinos que possuem melhores equipamentos e serviços turísticos, assim como roteiros turísticos bem estruturados e diversos, exigindo maior permanência do turista (BRASIL, 2014).

Ao analisar o quadro 6, percebe-se que Jericoacoara tem um tempo de permanência de 3 (três) dias, o maior da Rota das Emoções. A autossuficiência do turismo no Ceará merece destaque do ponto de vista de integração de um roteiro turístico, tendo em vista que os destinos desse estado dentro da rota, em especial Jericoacoara, possuem públicos que não dependem exclusivamente da rota das emoções.

Quadro 6. Tempo de permanência do turista da Rota das Emoções

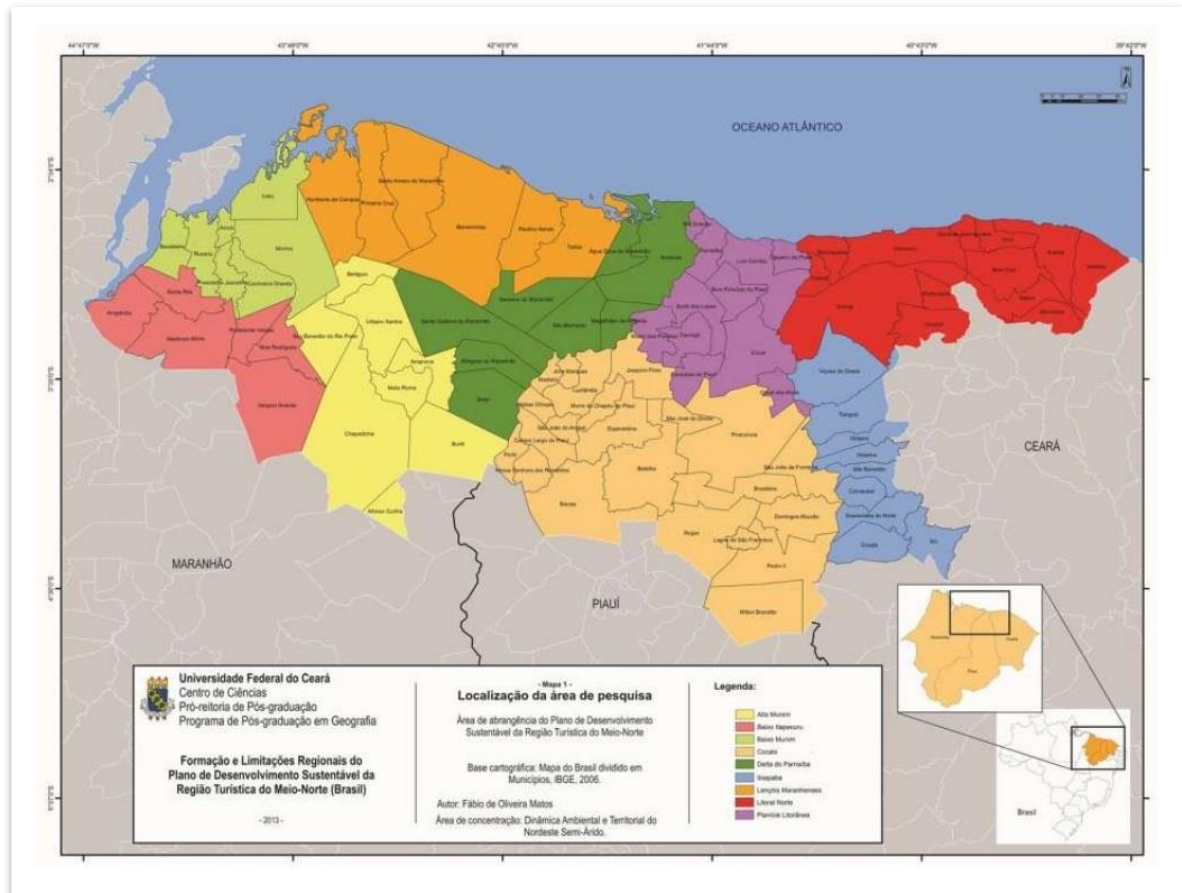
Estado	Municípios	Permanência média (dias)
Maranhão	Araioses	só passagem
	Barreirinhas	2
	Paulino Neves	meio dia
	Santo Amaro	1
	Tutóia	1
Piauí	Cajueiro da Praia	só passagem
	Ilha Grande	só passagem
	Luís Correia	1
	Parnaíba	2
Ceará	Barroquinha	só passagem
	Camocim	1
	Chaval	só passagem
	Cruz	só passagem
	Jericoacoara	3
Duração do passeio		11

Fonte: Brasil, 2014

Após ponto de partida dado pelo projeto referido acima, intensificam-se os esforços para a promoção do consumo do espaço turístico, em virtude do diferencial paisagístico e atrelado a políticas de valorização das praias do Nordeste como mercadoria. Importante frisar, como ressalta Dantas (2009), que essa transformação da imagem do Nordeste é estimulada primariamente pelo Programa de Desenvolvimento do Turismo em Zona Prioritária do Ceará (PRODETURIS) no ano de 1989 e pelo Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo do Nordeste (PRODETUR-NE) no ano de 1992.

A definição do roteiro como ferramenta capaz de gerar rentabilidade monetária por meio da exploração dessas mercadorias turísticas, fez com que o desdobramento convergisse para uma estruturação na escala municipal com o propósito de viabilizar o uso dos territórios turísticos e assim configura-se em uma “fronteira de expansão do turismo litorâneo no Nordeste do Brasil” (COSTA, 2015, p. 170). Nessa lógica, foi lançado no ano de 2009 o Plano de Desenvolvimento Sustentável da Região Turística do Meio-Norte (PDSRT), no qual tal região é formada pela integração de 77 municípios dos estados do Maranhão, Piauí e Ceará (Figura 7).

Figura 7. Municípios que compõem a Região Turística do Meio-Norte



Fonte: Matos, 2013.

O PDSRT apresenta como principal objetivo a promoção de forma integrada o desenvolvimento sustentável dos municípios da região do plano, para alcançar a elevação da qualidade de vida da população (BRASIL, 2009). O plano aparece como mecanismo de políticas desenvolvimentistas regionais com o viés de aumentar a receita e contribuir para o dinamismo social e econômico das populações dos municípios que o compõem, tendo o turismo como principal ferramenta para atingir esse propósito. No entanto, Matos (2013) destaca algumas limitações desse plano, como por exemplo: a grande abrangência do plano, prazos e fontes de financiamento não explicito. Tais limitações culminaram por inviabilizar a execução do plano e muitas medidas que foram traçadas não tiveram sucesso na prática.

As estratégias prioritárias para o desenvolvimento da região dizem respeito às melhorias da infraestrutura de transporte rodoviário, aéreo e marítimo. O plano faz referência à falta de infraestrutura de alguns portos turísticos, incluindo o de Tutóia, pois não oferecem segurança e conforto para os turistas, também destaca a necessidade de melhoria das malhas viárias (atual MA 315) no trecho que compreende o acesso entre

Paulino Neves- Tutóia e MA 312, no trecho de Barro Duro (distrito de Tutóia) - Araiões, que fazem parte da Translitorânea Maranhense (BRASIL, 2009). Tais rodovias auxiliam o acesso maranhense para o roteiro integrado Rota das Emoções, no entanto, a rodovia MA 312 encontra-se em péssimas condições, pavimentação precária, falta de sinalização vertical e horizontal e inexistência de acostamento¹⁸, enquanto a MA 315 encontra-se em processo de construção e melhoria.

Consta no Plano de Ações Estratégicas Polo Delta das Américas (MARANHÃO, 2015) que a Rota das Emoções é um ponto forte e positivo para o turismo. Esse fato pode ser constatado nas agências de receptivo de São Luís que comercializam esse roteiro e que segundo informações concedidas por uma agência de turismo, tal roteiro é o segundo mais comercializado, aparecendo em primeiro lugar o destino turístico dos Lençóis Maranhenses¹⁹.

Observa-se, contudo, uma linha de expansão do turismo litorâneo da região da Costa Norte²⁰, paralelamente a uma exploração turística das Unidades de Conservação do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, Área de Proteção Ambiental do Delta do Parnaíba e Parque Nacional de Jericoacoara. Assim, todo esse planejamento de políticas o uso do território, principalmente do litoral, se baseia na perspectiva da transformação como condição essencial para a indução e materialização da atividade turística.

¹⁸ Informações validadas em trabalho de campo realizado no dia 08.02.2018.

¹⁹ Informação concedida em conversa informal com o sócio proprietário da Gekos Receptivo, no dia 09.10.2018, em São Luís

²⁰ A região Costa Norte é formada por 12 municípios litorâneos dos estados do Maranhão, Piauí e Ceará e que engloba a região dos Lençóis Maranhenses, a do Delta do Parnaíba e a de Jericoacoara: a região de Jericoacoara abrange os municípios de Jijoca de Jericoacoara, Camocim e Barroquinha, todos localizados no litoral oeste do estado do Ceará. Já a região do Delta do Parnaíba, engloba os municípios de Parnaíba, Ilha Grande, Luís Correia e Cajueiro da Praia, situados no litoral do estado do Piauí, e os municípios de Araiões e Água Doce do Maranhão. A região dos Lençóis Maranhenses, por sua vez, abrange os municípios de Barreirinhas, Paulino Neves e Tutóia, todos no litoral Leste do estado do Maranhão (Mtur, 2007, p. 1).

SEÇÃO 3: A PRODUÇÃO DO ESPAÇO TURÍSTICO EM TUTÓIA



Figura: Revoada dos Guarás, 20 de setembro de 2017.

A produção e consumo do turismo no município de Tutóia são suscitados a partir de planos e programas que engendraram tal atividade. O crescimento do turismo nessa municipalidade ganha proporções a partir da elaboração do Plano Maior (2000) que a incluiu no Polo Delta do Parnaíba e na segunda versão do Plano Maior (2012) com o Polo Delta das Américas, assim como através da criação da Rota das Emoções (2004). Esse contexto constitui fator favorável para a geração de emprego e renda, para o desenvolvimento humano e para o mercado competitivo do setor turístico, em razão de um ecossistema frágil que compõe o Delta das Américas.

3.1. Aspectos históricos e socioambientais do município de Tutóia

Tutóia é um município localizado ao Norte do estado do Maranhão (Figura 1), que faz limites: ao Norte com o Oceano Atlântico; ao Sul com o município de Santana do Maranhão; ao Leste com o município de Água Doce do Maranhão; e ao Oeste com o município de Paulino Neves. Esse território corresponde a uma área de 1.651,656 km² e com uma população total de 52.788 habitantes divididos em 64,61% na zona rural enquanto 35,38% estão na cidade, de acordo com o último censo do IBGE, no ano de 2010.

O município referido fica localizado no litoral Oriental, cuja principal característica ambiental é a influência do Delta do Parnaíba e dos Pequenos Lençóis (extensão dos Lençóis Maranhenses). As principais referências dizem respeito ao intenso fluxo portuário na década de 1950 (ARAÚJO, 2015), às ilhas do Delta do Parnaíba, às lagoas interdunares dos Pequenos Lençóis, às comunidades tradicionais de pescadores e ao maior boi do mundo, o Boi Pelado²¹.

Construída margeando o denominado Rio Tutóia (atualmente Rio Bom Gosto), foi instituída vila em 1758 via Resolução Régia (IBGE, 2010). Desde a sua criação o distrito foi nomeado de Tutóia e o histórico de criação se divide em dois processos: Tutóia Velha ou Antiga e Nova Tutóia. Tutóia Velha foi fundada pelo Padre João Tavares em decorrência do desenvolvimento da missão jesuítica para o ensinamento da cultura ocidental aos indígenas que habitavam o lugar, os chamados Tremembés. Já a Nova

²¹ Construído pelo artesão Ananias (*in memoriam*), o boi é o principal elemento da festa cultural do Bumba Meu Boi, que é principal manifestação cultural do Maranhão e Patrimônio Imaterial do Brasil (MARANHÃO, 2011)

Tutóia teve o processo de criação de forma legalizada e foi impulsionado pelo Coronel Paulino Gomes Neves²², quando:

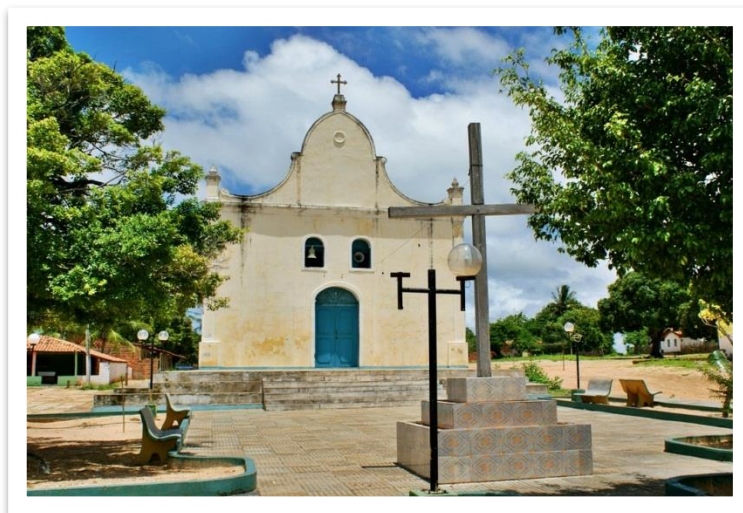
Em 1901, a sede mudou-se para o povoado de Porto de Salinas, localidade surgida em 1822, quando o Coronel Paulino Gomes Neves instalou suas atividades comerciais na margem esquerda do igarapé. Nessa oportunidade, Porto de Salinas foi elevado a vila, com denominação de Tutóia, sede definitiva do município. Tutóia adquiriu foros de cidade em 1938. (IBGE, 1984, p. 2).

No decorrer dos anos Tutóia foi anexada e desmembrada aos municípios vizinhos de São Bernardo, Paulino Neves e Barreirinhas, no entanto em sua última divisão territorial datada do ano de 2014, o município é formado por dois distritos: Tutóia e Barro Duro (IBGE, 2015).

Tutóia Velha é considerada área rural do município em tela e considerada como fator responsável para o desenvolvimento do município em decorrência do valor do patrimônio cultural (Lei Municipal nº 117 /2006). Os primeiros processos de colonização foram estabelecidos em Tutóia Velha, o que lhe conferiu um valoroso acervo sacro, principalmente igrejas que foram construídas para a realização dos trabalhos jesuíticos (figura 8). Em conversa informal com um dos moradores de Tutóia Velha, foi relatado que:

Isso aqui, foi onde começou os índios Tremembés chegaram e subiram de lá dos braços do Rio Parnaíba e chegaram até aqui. Depois que a cidade cresceu e chegou a até a beira do mar (Conversa Informal 01)²³.

Figura 8. Igreja de Nossa Senhora da Conceição (Tutóia Velha)



²² Portador da patente comprada de Coronel da Guarda Nacional, Paulino Neves teve grande influência política em Tutóia, além da sua importante contribuição para o fluxo portuário (ARAÚJO, 2015). Em virtude de sua importância, é homenageado na denominação de ruas, avenidas e escolas de Tutóia, além do Município vizinho intitulado Paulino Neves.

²³ Conversa Informal realizada com S. S., morador de Tutóia Velha, 62 anos, no dia 13 de junho de 2018 em Tutóia Velha, Tutóia.

Fonte: Santos, 15 de jun. 2018.

Devidamente sinalizada com o indicativo de acervo arquitetônico de igrejas coloniais e artesanato (figura 9), Tutóia Velha também é apontada como potencial turístico que tem suas raízes nos remanescentes quilombolas e nos processos de colonização que se estabeleceram nesse lugar. Atrativos culturais e religiosos como a Dança do Carçoço, dança de roda oriunda da Comunidade do Dendê e a Festa do Divino Espírito Santo, de raízes africanas e indígenas, se misturam em manifestações entre o sagrado e o profano.

Figura 9. Placa de sinalização turística em Tutóia Velha



Fonte: Santos, 17 de nov. 2017.

O primeiro processo de colonização do território tutoiense foi iniciado em Tutóia Velha, enfatizado por Araújo (2008, p. 85) “[...] era o grande centro comercial da localidade, em meados do século XIX, apesar de sempre ocupar o *status* de vila. Foi lá que, inicialmente, se instalaram os grandes e ricos coronéis [...], inclusive Paulino Neves”. O coronel também exercia função de fiscal de consumo do Ministério da Fazenda e despachante de navios, o que facilitou a sua influência para dar início às movimentações portuárias no antigo Porto Salinas (ARAÚJO, 2015).

A intensa movimentação portuária fez com que o Porto Salinas se transformasse em sede do município de Tutóia, criado em 1938 enquanto Tutóia Velha passou a ser povoado (Lei Municipal Nº 297, de 16.04.1901). Assim, a ocupação territorial começou a se estender mais próxima do litoral e foi impulsionada após construção da ponte de Tutóia na MA 034 na década de 1990. No entanto, após 80 anos do início do processo de

ocupação, ainda é notável as marcas do processo por toda a cidade, presentes não somente na arquitetura das igrejas, como nas residências da Rua Magalhães de Almeida (figura 10) e Rua Francisco da Cruz. Algumas dessas antigas casas comerciais encontram-se em péssimo estado de conservação, como é o caso daquelas localizadas na Rua Senador Leite (figura 11), que já funcionou como Pousada e Hotel Central, mas atualmente encontra-se abandonada e entregue às ações do tempo.

Figura 10. Casa com fachada antiga na Rua Magalhães de Almeida



Fonte: Santos, 12 de jun. 2018

Figura 11 Antiga casa comercial na Rua Senador Leite



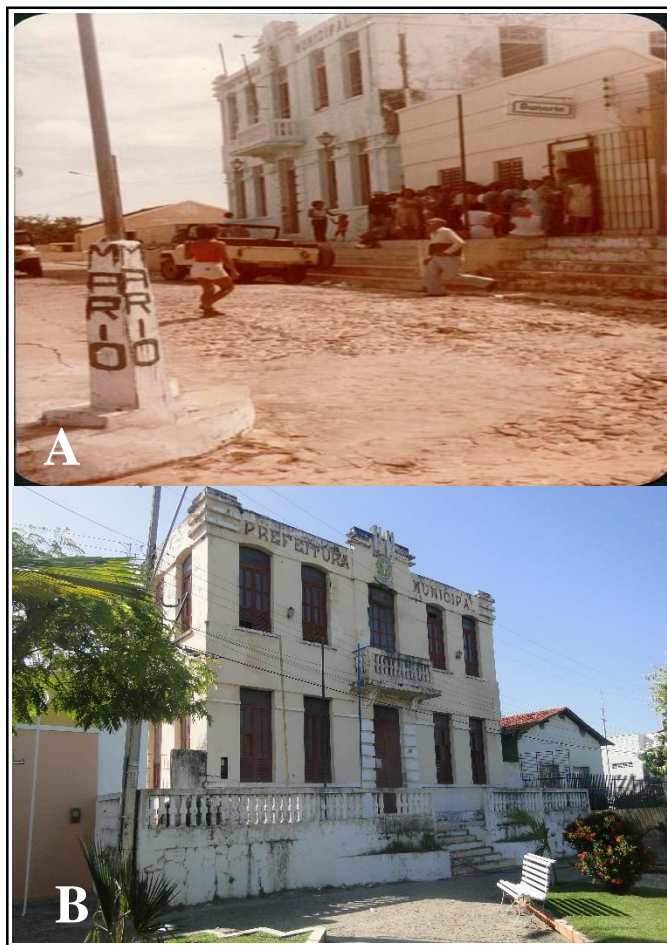
Fonte: Santos, 12 jun. 2018.

A grande movimentação portuária em Tutóia no século XX gerou dinamismo para a cidade, sendo considerada uma das principais da região. Afirma-se isso em virtude do porto se destacar por duas excelentes condições de navegabilidade, decorrentes não somente do Rio Parnaíba, mas também devido à sua posição geográfica de frente para o Atlântico Norte. Por tudo isso, “devido às suas excelentes condições portuárias, Tutóia foi, durante muito tempo, escoadouro das riquezas dos municípios do Baixo Parnaíba e do Litoral do Nordeste” (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2007, p.12).

O fluxo portuário teve como consequência a instalação de vários equipamentos urbanos que eram necessários para subsidiar as operações do porto citado. Destacam-se a fixação de instituições como a Agência do IBGE, Banco BANORTE S. A Figura 12, Correios e Telégrafos e Receita Federal, via Mesa de Renda e Alfandegadas (Anexo 1). Tais equipamentos caracterizavam um arranjo socioespacial com infraestrutura de cidade em via de crescimento. No entanto, os benefícios para tal cidade foram poucos, com ressalta Araújo (2015, p. 75):

Embora Tutóia fosse considerada o primeiro porto do Piauí [...] os privilégios eram poucos. Tratava-se de uma cidade pequena, atrasada, sem energia elétrica e água potável. O que sobrava para alavancar o pequeno e limitado comércio eram os salários de estivadores, conferentes e funcionários públicos federais, estaduais e municipais, além dos escritórios de despachantes de várias empresas.

Figura 12 A) Prefeitura Municipal e Banco BANORTE S. Ano de 19[--]; B) Prédio da Prefeitura Municipal de Tutóia ano de 2018



Fonte: IBGE, 2010; Santos 15 de jun. 2018.

Com o título de Internacional Porto de Tutóia (Figura 13), era o primeiro e mais importante do futuro Estado do Piauí e segundo do Estado do Maranhão, pois “seu núcleo portuário era considerado equivalente ao da capital do Estado” (ARAÚJO, 2015, p. 9). Algumas empresas se destacaram no setor de importação e exportação de mercadorias, transporte de passageiros e extração de sal²⁴, a exemplo a Salineira Igoronhon S/A (ESNISA) e Lloyd Brasileiro (ARAÚJO, 2015).

²⁴ Segundo Araújo (2015) a produção de sal *in natura* para a exportação foi bem intensa, chegando ao transporte de milhares de toneladas por ano. Consistiu no único produto tutoiense exportável, ocupando o *ranking* de terceiro maior produtor do país. A exportação de sal marinho teve o declínio no final da década de 1990.

Figura 13. Internacional Porto de Tutóia, século XIX

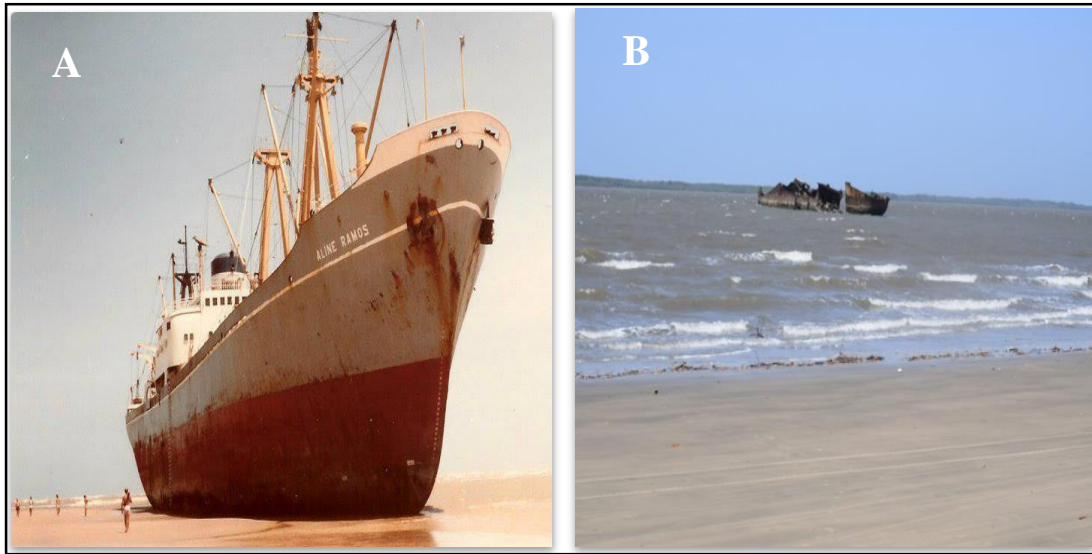


Fonte: IBGE, 2014

A movimentação portuária foi tão intensa nesse período, que Tutóia recebeu navios da Segunda Guerra Mundial, embarcações estrangeiras vindas da Inglaterra, da Alemanha, Estados Unidos e Noruega. No início da década de 1950 os fluxos portuários já entravam em declínio, segundo Araújo (2015) em função do aumento da malha viária, os desvios e extravios de mercadorias foram os principais motivos, além dos naufrágios que acometiam os navios de grande porte por causa de bancos de areias, a exemplo o navio Aline Ramos (Figura 14) que naufragou em 1981 e atualmente sua carcaça encontra-se na Praia da Barra.

É importante frisar que novas configurações e significados foram criados em virtude do período histórico. Carcaças de navios naufragados podem ser vistas ao longo da baía de Tutóia e servem como atrativos turísticos e são exploradas pelo roteiro náutico. Essas novas configurações também remetem ao potencial de navegabilidade do Rio Parnaíba, atualmente utilizado pelo sistema pesqueiro e pelo turismo.

Figura 14. A) Navio Aline Ramos no século XIX; B) Carcaça do Navio Aline Ramos naufragado na Praia da Barra, set. 2016



Fonte: IBGE (2017); Castro (2016)

Novos investimentos no Leste Maranhense, como a instalação do primeiro parque eólico do Maranhão, sob a âncora da Ômega Energia, alteram também as atuais dinâmicas e são responsáveis por uma reconfiguração do espaço. Sendo assim, 26 km²⁵ da MA 315 (figura 13) estão sendo pavimentados em virtude da instalação e operação do Parque Eólico Delta III, além das melhorias de acesso viário de 4km que interliga as cidades de Paulino Neves a Tutóia, incluindo a construção de uma ponte sobre o Rio Novo no município de Paulino Neves, além de, pórticos, placas com informações turísticas, recuos para estacionamento e um mirante à beira da Lagoa do Salgadinho.

²⁵ Conforme trabalho de campo realizado entre os dias 14 a 17/11/2017, esse trecho de 29 km ainda encontrava-se em fase final de pavimentação, sendo priorizadas as áreas que são habitadas.

Figura 15. Ecorodovia de bloquetes, MA 315



Fonte: Santos, 18 de nov de 2017.

Convém ressaltar que, a chegada desse grande projeto de desenvolvimento econômico é resultado da parceria feita entre a empresa Ômega e o Governo do Maranhão acarreta em uma nova reprodução do espaço, partindo da premissa que além do objetivo principal que é a geração de energia eólica, serão incrementados os fluxos turísticos para o roteiro intitulado “rota das emoções”²⁶, perpassando pelas unidades de conservação do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses (MA), Área de Proteção Ambiental do Delta do Parnaíba (MA e PI) e Parque Nacional de Jericoacoara (CE), tendo como cidades âncoras (destinos turísticos com melhores infraestruturas), respectivamente Barreirinhas, Parnaíba e Jijoca de Jericoacoara.

A título de exemplificação, cita-se que o principal acesso ao município referido antes da pavimentação da MA 315 era feito pela malha rodoviária partindo da capital, São Luís, mais precisamente “[...] via BRs 135 e 222 (até Chapadinha), de onde segue pela MA 034 via Santa Quitéria do Maranhão e São Bernardo, o que totaliza 518 km, aos quais se forem acrescidas paradas para alimentação, culmina em 8 horas de viagem”. (FERREIRA, 2017, p. 146). Com a referência da construção da MA 315, que constitui uma extensão da BR 402²⁷, principal via de acesso entre São Luís e Barreirinhas, de forma que o percurso entre os dois extremos São Luís e Jijoca de Jericoacoara foi encurtado em 400 km e “195 km (ou 2 horas e 45 minutos de viagem rodoviária) entre São Luís e

²⁶ Disponível em: oimparcial.com.br/cidades/2019/01/governo-inaugura-oficialmente-ma-315-rodovia-que-liga-paulino-neves-a-barreirinhas/. Acesso em: 21 de dezembro de 2018.

²⁷ Translitorânea Maranhense (BR 402 e MA 315).

Tutóia” (FERREIRA, 2017, p.146). Com a indicação dessa estrada, a distância entre São Luís e Tutóia é de 327 km e com estimativa de 6 horas de duração da viagem. Dessa forma, destaca-se a redução de 2 horas de viagem e de 191 km no acesso a Tutóia via BR 222 passando pelo município de Chapadinha (figura 16).

Figura 16. Mapa de infraestrutura e vias de acesso ao município de Tutóia



Fonte: IBGE, 2015. Elaboração: Santos, 2018

Essa infraestrutura na malha viária implica em uma melhor acessibilidade e deslocamento para os municípios do Polo Delta das Américas, inclui-se aqui, Tutóia. Esse fator foi primordial para a transformação do polo turístico classificado pelo Plano Maior 2020 como Polo Estratégico, para atualmente, Polo Indutor, e portanto sendo um polo prioritário para o desenvolvimento do turismo no estado em tela. Tal fato, é constatado no atual *folder* de divulgação do turismo no Maranhão, que já faz referência à inclusão do Polo Delta das Américas na promoção do turismo, junto com os polos São Luís, Chapada das Mesas e Parque dos Lençóis (anexo 3).

Dentro do território tutoiense, existe sinalização do Polo Delta das Américas (figura 17) com indicação de praias, artesanato, patrimônio natural e arquitetura religiosa, entretanto, os territórios turísticos não possuem sinalização turística e tampouco dos equipamentos turísticos.

Figura 17. Placas de sinalização turística:

- A) Entrada de Tutóia, acesso MA 034;
- B) Entrada de Tutóia, acesso MA 315.



Fonte: Santos, 17 de nov. 2017.

O principal acesso ao município de Tutóia é feito pelas rodovias acima citadas; no entanto, outra possibilidade de acesso consiste na otimização do fluxo via Aeroporto Internacional de Parnaíba Prefeito Dr. João Silva Filho e depois seguindo acesso terrestre pelas rodovias PI 343, MA 345 e MA 034, totalizando em 1 hora e 40 minutos de viagem. De acordo com a INFRAERO (2018) o Aeroporto Internacional de Parnaíba, movimenta anualmente uma média de 10.561 passageiros, 1.306 voos de rotas comerciais operacionalizados pela Azul Linhas Aéreas Brasileiras.

Dentro da sede municipal, as vias são todas pavimentadas, conforme figura 18. Por Tutóia ser uma cidade litorânea, algumas partes da pavimentação são feitas com bloquetes e outra parte é composta por camadas asfálticas. Essa condição, atrelada às questões urbanas, facilitam a realização da atividade turística.

Figura 18. Pavimentação na sede de Tutóia



Fonte: Santos, 13 de jun. 2018.

O transporte intermunicipal é feito principalmente pela empresa Expresso Guanabara, no qual o *ticket* tem um valor de R\$ 69,00 e com saídas diárias de São Luís nos horários de 19h e 21:30min e partindo de Tutóia às 13:30min, 16h e 19h. Destaca-se, entretanto, as precárias condições físicas do Terminal Rodoviário de Tutóia (figura 19), que consistem na falta de estrutura e higienização dos banheiros, falta de um sistema de climatização, desorganização do espaço físico, acrescentando-se que o local de estacionamento dos ônibus, geralmente são ocupados por motos e carros, o que contribui para que o desembarque e embarque de passageiros seja feito na rua. Em diálogo informal realizado com uma passageira e turista, ela relatou:

Essa rodoviária é um lixo. Eu cheguei adiantada para esperar o ônibus e estou aqui de frente para o sol, a mesma coisa que eu estivesse esperando um ônibus na rua. O banheiro então, um nojo [...] Eu já tinha vontade de vim a Tutóia fazia muito tempo, eu via as fotos do Arpoador e do Delta e despertava minha vontade, mas assim que cheguei em Tutóia, meu primeiro impacto foi a rodoviária, com uma entrada de cidade meio feia. Logo pensei, onde vim me meter? Cadê aquele lugar bonito que vi nas fotos? Quase não acreditei (Entrevista 01)²⁸.

²⁸ Entrevista realizada com Rosalinda Dias, turista, 29 anos, no dia 17 de junho de 2018 em Tutóia.

Figura 19. Terminal Rodoviário de Tutóia



Fonte: Santos, 17 de nov. 2017.

Obras de melhoria de transportes rodoviário, aéreo e marítimo são destaque no Plano de Desenvolvimento Sustentável da Região Turística do Meio-Norte (2009), que além da indicação da realização de melhorias na malha viária²⁹ ressalta, a falta de infraestrutura no porto turístico de Tutóia. A construção do Atracadouro Hidroviário Flutuante de Tutóia é do ano de 2008 e custou aos cofres públicos um valor de 150.313,27 mil reais³⁰.

Somente após 10 anos, em janeiro de 2018 o atracadouro de Tutóia (figura 20) passou por uma recuperação, pois já era alvo de constantes reclamações e como constado pela Secretaria de Turismo de Tutóia, oferecia riscos de segurança aos usuários.

Tal problemática persiste, considerando que o atracadouro de Tutóia é responsável tanto pelo suporte do fluxo turístico, quanto do fluxo pesqueiro e dessa forma, o uso e manutenção, são de extrema importância para a dinâmica econômica do município.

²⁹ Brasil (2012) destaca melhoria na malha viária da MA-025, MA-026, MA-034, MA-230 e MA-325, bem como nas rodovias MA-315 (Paulino Neves - Tutóia), MA-312 (Barro Duro - Araiões), MA- 327 (São Bernardo - Santana do Maranhão) e MA-311 (Humberto de Campos - Primeira Cruz - Santo Amaro do Maranhão).

³⁰ Informação disponível no site do Portal da Transparência.

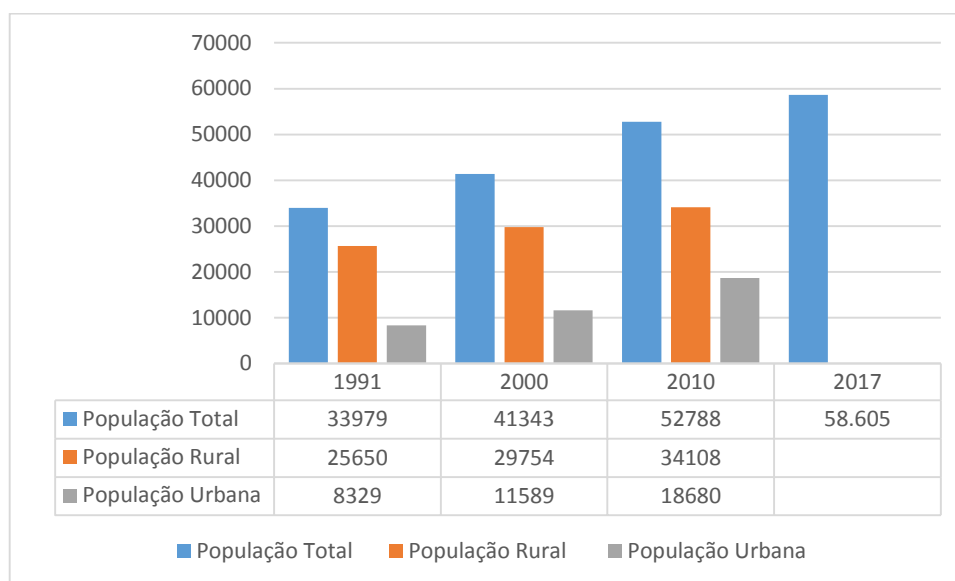
Figura 20. Atracadouro de Tutóia



Fonte: Santos, 14 de jun. 2018.

Segundo o IBGE (2015), a estimativa da população total de Tutóia é de 58.605 habitantes e no último recenseamento feito, no ano de 2010, a população total era de 52.788 moradores, dos quais 64,61% moravam na zona rural enquanto 35,38% estavam na cidade (Gráfico 1). Tal índice populacional é expressivo se levar em consideração o nível dos indicadores populacionais dos municípios do Estado do Maranhão, sendo que tal município, ocupava o 21º lugar entre as 217 cidades dessa unidade da Federação (IBGE, 2010).

Gráfico 1. População Total de Tutóia, 1991, 2000, 2010 e 2017



Fonte: PNUD (2010); IBGE (2017)

Com uma população predominantemente rural, credita-se o fato de a sede municipal ainda apresentar tais características, sobretudo como ponto de apoio para a prestação de serviços requeridos pela vida humana moderna. A título de exemplo, citam-se também a venda de materiais rústicos como: bola de gude, fogareiros caseiros, pilão, alça de chinelo, panelas de alumínio e barro, chapéu de couro, facas, facões e ferramentas artesanais. Além disso, grandes quantidades dos equipamentos urbanos se encontram na sede municipal de Tutóia, é o caso das agências bancárias (Banco do Brasil, Lotérica e Bradesco), Instituto Nacional de Seguro Nacional, cartório, fórum, delegacia de polícia e hospital.

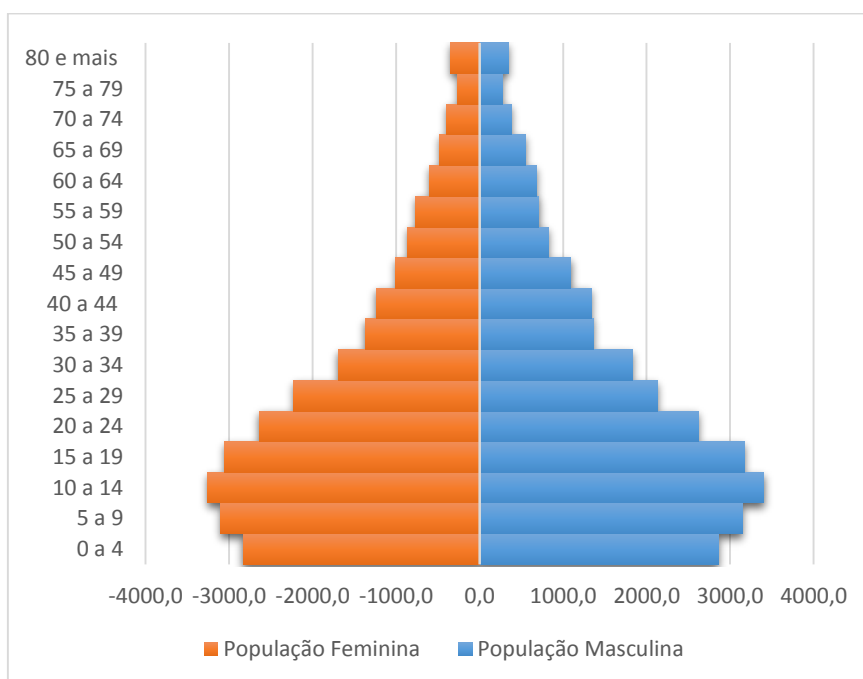
Os dados sobre a educação demonstram a necessidade de maior investimento nesse setor. Segundo o IBGE (2010) a população na faixa etária (gráfico 2) de 0 a 14 anos, que correspondia a 23.860, se for levada em comparação com o número de matrículas do Ensino Fundamental do mesmo ano, que teve um quantitativo de 13.772, significa em uma defasagem de 42, 28% de jovens que estão fora do nível de ensino ou que não estão estudando. Já quando se refere ao Ensino Médio, essa defasagem é ainda maior, se compararmos os jovens que estão na faixa etária de 15 a 19 anos que totaliza 6.225 em detrimento de 2.702 matrículas efetuadas no Ensino Médio, o que implica em defasagem de 76,97% de jovens fora do nível adequado.

Vale considerar que o indicador educação é de extrema importância para a realização do turismo, pois em Tutóia é a população local quem ocupa as vagas que são oferecidas no sistema hoteleiro, de restauração e como condutores/guias das lanchas que

fazem o passeio náutico. Nas entrevistas realizadas com proprietários de equipamentos turísticos, uma das perguntas consistia em identificar quem eram os funcionários que prestavam serviços para esses estabelecimentos. Assim pode-se constatar que todos os funcionários eram naturais do município, assim como todos os proprietários dos equipamentos turísticos e em uma entrevista foi relatado que:

Eles são regulares dos meus empreendimentos. De passeios, eles são contratados em alta temporada, eles trabalham “free lancer” porque todos eles são pescadores ou donos de barcos que a gente pegou e absorveu para o turismo e treinou eles. Só que assim, como o turismo aqui é fraco não tem como ainda eles sobreviverem só dos passeios, então eles tem um barco de pesca e ele é pescador de peixe, camarão e aí quando começa a temporada eles param a pesca e vem para cá. Quando está na baixa temporada, como eles não pescam todos os dias, eu sempre mando os dias que vão ter passeios e eles ganham por fora essas diárias. Nós temos 5 lanchas e 2 carros, não tenho como manter 5 pessoas parada esperando os passeios, porque não tem todos os dias o passeio (Entrevistado 02³¹).

Gráfico 2. População por faixa etária de Tutóia (ano 2010)



Fonte: Pnud, 2010

No entanto, segundo dados do PNUD (2010) a taxa de analfabetismo no município caiu. Em 1991 era de 12,70%, em 2000 passou para 8,20% e em 2010 o índice era de 3,9%. Vale destacar que mesmo com esse índice de analfabetismo, principalmente refletido na população tradicional de pescadores, os mesmos participam diretamente na geração de renda propiciada pelo turismo. Não é pretensão enaltecer o analfabetismo da

³¹Entrevista concedida por Paterson Araújo, sócio- proprietário da Baluarte Pousada e Ecoturismo, entrevista concedida em 15 de junho de 2018, em Tutóia.

população, mas cabe aqui destacar que mesmo sem o ensino básico, os pescadores são inseridos na cadeia produtiva do turismo como condutores e guias das lanchas que fazem o passeio náutico por conta do conhecimento empírico, como evidencia o entrevistado proprietário de equipamentos turísticos:

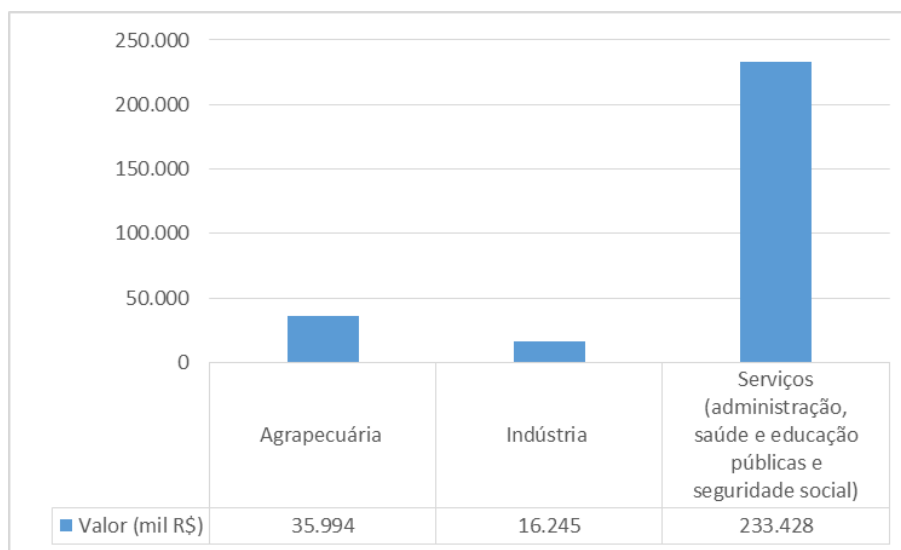
Eu gosto de deixar o cara falar com o palavriado dele. Por exemplo, tem alguns que são analfabetos, que não sabem ler nem escrever, mas são muito espertos os meninos. Então eu pego e levo eles comigo, eu não vou dizer: tu tem que dizer isso, é isso, não. Eu quero que eles escutem o passeio, curtindo o passeio e ai eles vão aprendendo. Dai ele vai três ou quatro vezes no passeio. Ai eu chego para ele e digo, eu quero que tu explique tudo isso, mas do teu jeito (...) dai ele explica tudo no palavriado dele e fica show de bola, as pessoas gostam demais. Porque as minhas explicações são muito aprofundadas, porque eu fiz muitos trabalhos com alunos e pesquisadores aqui, tanto mestrado, doutorado e alunos no geral, eu participei de tudo, então eu conheço bem esse tipo de ecossistema aqui e eu explico muito afundo, ai fica aquele negócio meio sem graça, como uma aula mesmo. E eles não, eles começam a falar, fazem aquele resumo do jeito deles e fica uma história bonita, eles ensinam as pessoas no palavriado dele, as pessoas acham bacana, sorriam e tal (Entrevistado 02³²).

O IMESC (2015) destaca que a atividade econômica em predominância no município de Tutóia é a pesca e agricultura, no entanto, nota-se que mais de 52% do PIB é impulsionado pelo setor de Serviços (Gráfico 3). É importante frisar que a economia do estado do Maranhão ainda é bastante centralizada na capital São Luís, que concentra 34,26% do PIB estadual do ano de 2014, junto com outros 11 municípios que contribuem com mais de 1% no PIB estadual, totalizam 59,99% da economia maranhense. Os demais municípios dessa unidade nacional contribuem com menos de 1% da economia estadual, incluindo Tutóia (IMESC, 2016). O município em questão contribui com apenas 0,39% no PIB do estado.

Vale ressaltar que o indicador do PIB não faz referência à qualidade de vida da população local, partindo do pressuposto que o indicador é fundamentado apenas na transformação dos recursos geográficos materiais e/ou imateriais para o capital. Sendo que, outras atividades econômicas, como por exemplo, o turismo, não são discriminadas e quantificadas em documento oficiais do governo do estado, mesmo que tal atividade econômica sendo bastante expressiva em um determinado lugar.

³² Entrevista concedida por Paterson Araújo, sócio-proprietário da Baluarte Pousada e Ecoturismo, entrevista concedida em 15 de junho de 2018, em Tutóia.

Gráfico 3. PIB do município de Tutóia (2015)



Fonte: IMESC, 2015.

O sistema pesqueiro é uma atividade muito forte, pois a produção ainda é predominantemente artesanal e de característica para o auto-consumo, o que revela uma baixa produtividade em detrimento do grande potencial. A alta produtividade do ecossistema de manguezal e do litoral de Tutóia atrai pescadores do Piauí e do Ceará (figura 20). Os limites territoriais do município acabam sendo explorados por esses pescadores no período noturno que usam petrechos de pescas como redes de arrasto³³ e capturam grande quantidade de pescado e crustáceos. Em entrevista realizada com um pescador tutoiense, relatado:

O pescado aqui tá desaparecendo porque as coisas são feita errado. Antigamente, a gente pegava o peixe na beira de casa. Eu tenho 71 anos e cada dia eu vou mais longe buscar o peixe e é mais gasto pra mim. Os caras chegam de noite, quando não tem não tem ninguém vendo, dois barco de motor e jogam a rede e sai levando tudo (Entrevista 04)³⁴.

³³ Modalidade de pesca proibida pelo IBAMA, de acordo com Art. 34 da Lei nº 9.605/98 de Crimes Ambientais e sujeito a multas que variam de R\$ 700,00 a R\$ 1000,00 reais.

³⁴ Entrevista concedida por José Raimundo, pescador artesanal e morador de Tutóia, 71 anos, em 19 novembro 2017, no atracadouro de Tutóia.

Figura 21. Barco de pesca oriundo de Camocim (CE)



Fonte: Santos, 2016

Desde a década de 1970 que os recursos pesqueiros como o caranguejo, a lagosta, o pescado e principalmente o camarão são vistos como “capital natural”³⁵. Segundo Araújo (2015) no final dessa década, o camarão de Tutóia foi fonte de estudo por pesquisadores de uma universidade federal do Nordeste, sendo assim classificado como o mais saboroso camarão da América do Sul, em detrimento do crustáceo se alimentar de uma determinada alga marinha, sendo essa espécie de interesse comercial até os dias atuais. Ademais, a atividade pesqueira confere à comunidade uma forte identidade cultural, o que desperta interesse turístico do local e também contribui como cargo chefe na gastronomia.

A pesca em Tutóia é a principal atividade do município; com isso, a potencialidade do setor junto com a forte identidade cultural, foram fatores que contribuíram para que a pesca se tornasse um produto turístico. Recentemente criado por um grupo de empresários de equipamentos turísticos, a pesca esportiva divide território com os pescadores artesanais. Tal conjuntura engendra conflitos decorrentes da pesca predatória por conta da utilização de petrechos inadequados e pesca durante o período de defeso, fatores esses que levam à escassez do pescado. Sobre esse fato, o empresário responsável por desenvolver a pesca esportiva, argumentou que essa situação merece

³⁵ Daly (1991, p.18) define capital natural como um "o estoque que permite o fluxo de recursos naturais" e Berkes e Folke (1992) complementam que o capital natural, por meio dos bens e serviços derivados, é pré-condição para o desenvolvimento econômico.

maior atenção e que preza por uma maior fiscalização com a finalidade de sanar tal problemática:

Agora a pesca esportiva a gente tem muito problema com a pesca predatória. Que aqui no Maranhão é o único lugar do mundo que é liberado esse tipo de pesca predatória, que é a rede de lança e rede de zangaria, todos os lugares é proibido e aqui não é [...] porque diz que é cultural do povo, como pode ser cultura do povo acabar com o que é nosso, acabar com o filhote, com o peixe que não reproduziu ainda? E a pesca esportiva é um nicho de mercado muito bom, tem lugares da Argentina, Amazônia que vive só disso. Então esse é um conflito que tem que acabar, para que ambas as partes possam se beneficiar (Entrevistado 02³⁶).

Outro conflito existente em relação à atividade pesqueira acontece em decorrência da exploração do Calcário Marinho (*Lithothamnium*) operacionalizado pela âncora Oceana. Em conversas informais realizadas com diversos pescadores e alguns moradores, foi relatado que houve uma diminuição do pescado desde que a empresa começou a operar na região e também argumentam sobre os fortes odores nos mangues próximos aos depósitos de calcário de onde a empresa faz a extração. Além disso, em conversa informal realizada com um residente de Tutóia, ele concedeu o seguinte depoimento:

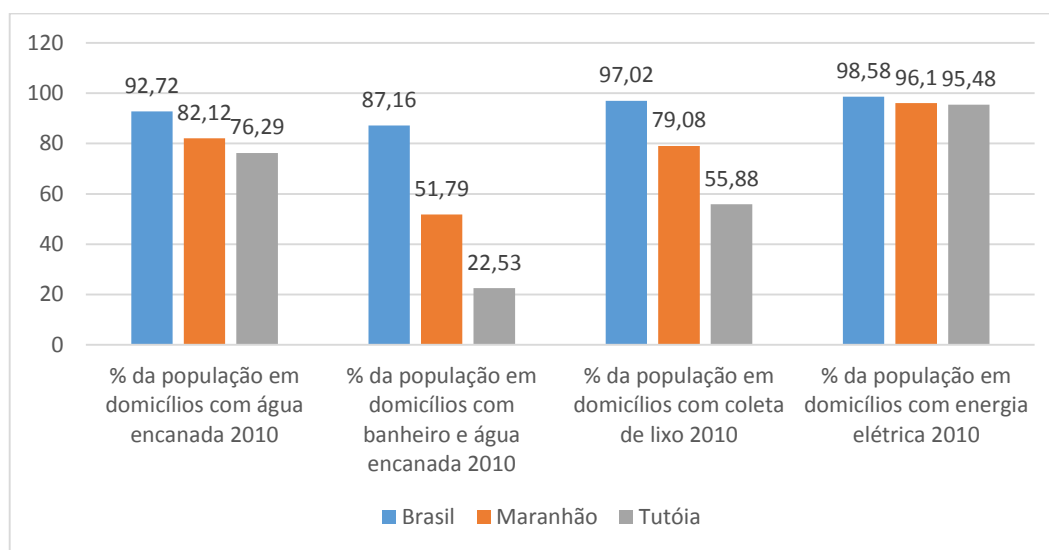
A Oceana não traz nenhum benefício para Tutóia, apenas nos explora e deixa ai a poluição. Quando ela chegou aqui teve lá uma reunião que eles falaram que a empresa traria benefícios para a população, principalmente com emprego. Hoje o que podemos observar é uma reclamação enorme dos pescadores, porque eles dizem que desde que ela chegou aqui o peixe começou a desaparecer. Antes aqui dava muito Robalo e Serra, hoje pra tu encontrar esses peixes, tem que ir a milhas do mar (Entrevista 06)³⁷.

Em se tratando de saneamento básico e abastecimento de água, Tutóia apresenta índices preocupantes (gráfico 4), cujos resultados reforçam uma predominância negativa na porcentagem de domicílios com água encanada (76, 29%), banheiro e água encanada (22,53%) e coleta de lixo (55,88%), sendo que apenas domicílios atendidos com energia elétrica possuem percentual bom (95,48%). Os impactos dos indicadores refletem nas condições de vida população, na morbidade, insalubridade e vulnerabilidade dos corpos hídricos desse município.

³⁶Entrevista concedida por Paterson Araújo, sócio proprietário da Baluarte Pousada e Ecoturismo, entrevista concedida em 15 de junho de 2018, em Tutóia.

³⁷Entrevista concedida por Rogério Sousa, morador de Tutóia, em 17 de novembro de 2017, em Tutóia.

Gráfico 4. Porcentagem da cobertura de Saneamento básico e energia elétrica do município de Tutóia, 2010



Fonte: PNUD, 2010.

O SEBRAE (2015) indica que o município de Tutóia tem uma produção de resíduos sólidos urbanos de 55t/dia, sendo que a Prefeitura disponibiliza de uma estrutura que coleta somente 14t/dia, havendo assim um déficit diário de 41t/dia, implicando que somente 25,45% do lixo é coletado diariamente. O agravante é que, todo o lixo coletado é depositado no lixão aberto e sem nenhum tratamento, localizado no próprio município, a aproximadamente de 7km da sede municipal.

A ineficácia do sistema de saneamento básico, assim como outros indicadores, é um problema que afeta diretamente os turistas e a população residente. As populações que moram em proximidade com a faixa litorânea não são assistidas de coleta de lixo e como resultado, acabam descartando de maneira irregular os resíduos sólidos nas áreas de restinga e dunas das praias (figura 22). Sobre esse fato, em entrevista concedida pelo Assessor da Secretaria de Turismo de Tutóia, foi explicado que:

Naquela região das dunas as ruas são de terra ainda e impossibilita um pouco e eu verifiquei na licitação que foi feita de forma errada, não previu algumas áreas e eu conversei com o dono da empresa e ele informou que infelizmente não pode fazer a limpeza da praia, dunas e nem do Arpoador porque não foi incluído na licitação, a prefeitura por outro lado diz que não tem orçamento previsto fora dessa licitação (Entrevistado 07)³⁸.

³⁸ Entrevista realizada com Nathan Oliveira Cardoso, assessor da secretaria de turismo de Tutóia, no dia 16 de novembro de 2017, na secretaria de turismo de Tutóia.

Figura 22. Acúmulo de lixo na área de restinga na praia da Andreza



Fonte: Santos, 14 de jun. 2018.

Várias são as ações públicas na tentativa de solucionar o problema da disposição de resíduos sólidos nas praias de Tutóia. Em maio de 2018 foi criada a Superintendência de Turismo Lençóis e Delta, que tem como ações decorrentes da “Mutirão do Turismo” a limpeza dos principais atrativos turísticos do Polo Parque dos Lençóis e Polo Delta das Américas; ressaltam-se também ações pontuais de recolhimento dos resíduos sólidos da Prefeitura Municipal de Tutóia. Importante destacar que o saneamento ambiental gera equilíbrio ao meio ambiente, pois proporciona a promoção da saúde, qualidade de vida, proteção ao meio ambiente e desenvolvimento econômico.

Todavia, esse problema é recorrente pela falta de coleta de resíduos sólidos das populações que residem próximo à praia. Além de poluir as dunas e restingas das praias de Tutóia, esse problema deixa o ambiente insalubre e hostil, que causa desconforto à população e aos turistas, como é constatado no depoimento da turista:

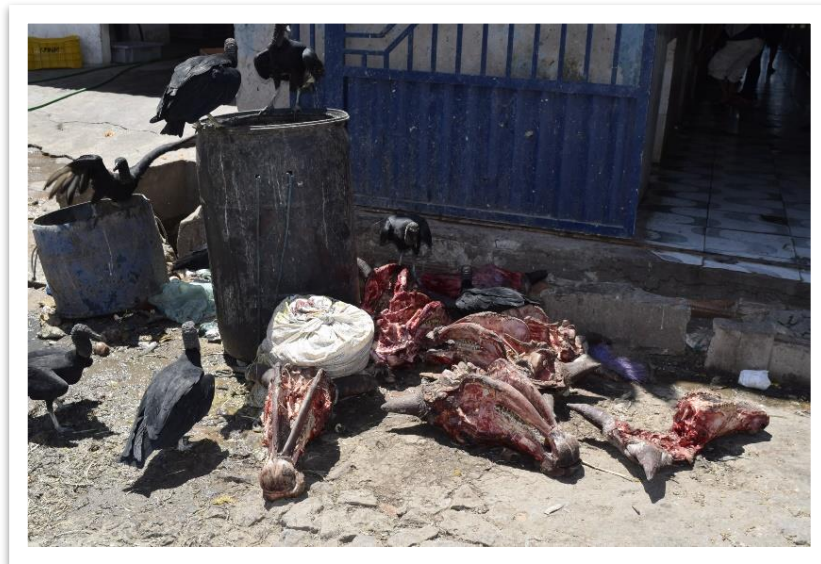
Acho um descaso ter essa quantidade de lixo nas praias. Eu até queria subir na duna para ver o pôr do sol, mas pensei duas vezes quando olhei essa quantidade de lixo, eu tenho é medo de ter um material cortante e eu que estou a passeio, ainda me acidentar (Entrevista 08³⁹).

O Atracadouro Hidroviário Flutuante de Tutóia, de onde saem as lanchas para os passeios náuticos, fica bem próximo do Mercado Público Municipal, em que são

³⁹ Entrevista 04, com Maurício Moraes, turista natural de São Paulo, 38 anos, concedida em 18 de junho de 2018.

comercializados peixes, carnes, aves, alimentos de gênero agrícola e outros. Tal equipamento, contudo, não dispõe de uma boa infraestrutura, de forma que constantemente ocorre o lançamento de sangue *in natura* no Rio Comum, proveniente de abatedores clandestinos e também a presença de resto de animais abatidos ao ar livre (figura 23). A disposição incorreta da matéria orgânica morta proveniente da feira, atrai uma grande quantidade de Urubus (*Cathartidae*) ao decorrer das margens do Rio Comum durante a baixa mar (figura 24), fato esse que é visualmente percebido por turistas, no qual além de ser um fator de poluição é também estético, que pode causar pouca permanência e até repulsa de visitantes.

Figura 23. Restos de animais abatidos no Mercado Municipal de Tutóia



Fonte: Santos, 26 de out. 2016

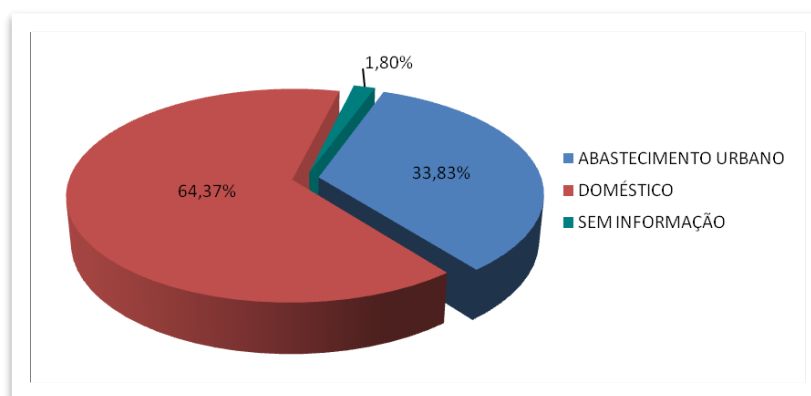
Figura 24. Urubus (*Cathartidae*) às margens do Rio Comum, na sede de Tutóia



Fonte: Santos, 14 de jun. 2018.

O abastecimento de água é também um grande problema enfrentado pela população de Tutóia. Segundo a CPRM (2011) o município possui 119 poços públicos localizados em terrenos de servidão pública e 215 poços particulares, dos quais 64,37% são utilizados para fins domésticos (Gráfico 5). A dificuldade no abastecimento de água, fez com que grande parte das residências fosse abastecida por meio dos poços particulares.

Gráfico 5. Destinação do uso de água de poços públicos e privados



Fonte: CPRM, 2011.

Devido ao sistema de abastecimento de água ser ineficiente, Tutóia também apresenta uma grande comercialização de água potável que é vendida aos residentes por meio de carros com suporte inapropriado para tal transporte ; além disso, a precariedade do sistema de abastecimento obriga que a população execute ações por conta própria, o

que por sua vez coloca em situação de vulnerabilidade os recursos hídricos, uma vez que há um aumento do número de poços irregulares que causam intrusão da cunha salina, além dos riscos de contaminação por serem construídos nas proximidades de fossas e resíduos sólidos. Não obstante, a CAEMA (Companhia de Água e Esgoto do Maranhão) é a atual responsável pela distribuição da água para a população, que é captada do Rio Bom Gosto (figura 25).

Figura 25. Rio Bom Gosto



Fonte: Santos, 30 de julho de 2017.

O turismo é uma prática social que depende dos equipamentos de infraestrutura urbana, mesmo em áreas naturais que requerem um menor número de equipamentos é preciso que as cidades receptoras estejam preparadas em termos de infraestrutura e serviços básicos, pois Cruz (2003) ressalta que cidades turísticas em alta temporada chegam a multiplicar sua população (demanda flutuante), o que ainda não é observado em Tutóia, mas por linhas gerais, a inexistência ou ineficiência de infraestrutura acaba por causar impactos negativos, uma vez que “podem comprometer a qualidade dos recursos urbanos [...] na qualidade de recursos naturais [...] ou na qualidade estética da paisagem, tão importante para as práticas do turismo” (CRUZ, 2003, p. 32).

3.2.O uso do território turístico em Tutóia

No município de Tutóia, os territórios turísticos são consumidos por meio de dois segmentos, o ecoturismo e o de sol e praia. O “turismo de Sol e Praia constitui-se das atividades turísticas relacionadas à recreação, entretenimento ou descanso em praias, em função da presença conjunta de água, sol e calor” enquanto o ecoturismo é o “segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista por meio da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações” (MTUR, 2006, p. 12). Entretanto, o turismo de sol e praia não é identificado no Plano Maior 2020, mas constitui produto turístico bastante comercializado, atrelado as dunas dos Pequenos Lençóis e as praias da faixa litorânea.

Oficialmente descrito no Plano Maior 2020, o município de Tutóia pertence ao Polo Turístico Delta das Américas, junto com os municípios de Paulino Neves, Araiões e Água Doce do Maranhão, cuja exploração é enaltecida por ser:

Diferente das paisagens nordestinas litorâneas tradicionais, neste Polo as paisagens são compostas por superlativos e exuberâncias ecoturísticas, com imensas florestas de manguezais de diferentes espécies de mangues – vermelho, branco, siriba, preto, matas ciliares, água doce e água salgada, praias, dunas, mais de 70 ilhas e ilhotas, restingas, caatingas litorâneas, povoados ribeirinhos e carnaubais (MARANHÃO, 2012, p. 73).

Verifica-se em Rodrigues (1999) que, de início os ecossistemas litorâneos formados por dunas, lagoas, manguezais, coqueiros, cartões postais de praias paradisíacas são recursos básicos para a captação dos projetos turísticos, entretanto, são ambientes mais suscetíveis à degradação pelas ações externas. Nessa linha, torna-se importante delimitar limites de proteção para esses ecossistemas, o que por sua vez, agregar valor ao território tutoiense por suas características ambientais e presença da Área de Proteção Ambiental do Delta do Parnaíba, que foi criada em 1996, abrange também e se sobrepõe à Reserva Extrativista Marinha do Delta do Parnaíba. A unidade de uso sustentável possui uma área total de 313.800 hectares, sendo que a maior porção do território está localizada no estado do Maranhão, todavia abrange alguns municípios do Maranhão, Piauí e Ceará.

Criada pelo Decreto nº de 16 de novembro de 2000, a RESEX do Delta do Parnaíba abrange os municípios de Araiões (MA) e Ilha Grande (PI), no entanto, essa unidade de conservação ainda não conta com plano de manejo, mas já está em vias de criação, como anuncia a notícia do jornal O Estado do Maranhão (Figura 26). Além disso, existe a proposta de estender os limites dessa unidade de conservação, pois a área de

influência da região deltaica é maior do que a definida no decreto, possibilitando com que as ilhas pertencentes ao território de Tutóia sejam inclusas no novo limite territorial proposto para a RESEX.

Figura 26. Notícia sobre a criação do Plano de Manejo da RESEX do Delta do Parnaíba



Fonte: O Estado do Maranhão, 18 de maio, 2017.

Pertencendo a uma planície litorânea de natureza flúvio- marinha, a vegetação predominante composta é por mangues, restinga e floresta de carnaúba. O ecossistema manguezal é bastante diversificado e composto por quatro tipos de espécies de mangue, sendo os de maior predominância o Mangue Vermelho (*Rhizophora Mangle*), também conhecido como Sapateiro e o Mangue Branco (*Laguncularia Racemosa*), localizado mais no interior do manguezal e com árvores de grande porte que podem chegar a 18 metros; também encontra- se o Mangue Preto (*Avicennia Schaveriana*) ou conhecido como Mangue de Siriúba e o Mangue de Botão (*Conocarpus Erectus*).

Além da vegetação de manguezal, o Delta das Américas possui um arquipélago com mais de 80 ilhas e que é composta por cinco baías: Baía de Tutóia e Baía da Melancieira, no território tutoiense, que juntamente com as baías do Caju e das Canárias, encontram- se dentro do território maranhense enquanto a baía de Igarassu faz parte do território piauiense. Do conjunto de ilhas, encontram- se dentro dos limites territoriais do município em destaque, a Ilha da Melancieira, Ilha do Cajueiro, Ilha de Igoronhon, Ilha da Caieira, Ilha de Coroatá, Ilha das Pombas, Ilha Grande de Paulino é muito visitada,

porém fora dos limites municipais localiza-se a Ilha do Caju, que é de propriedade privada.

Esse delta é formado pela foz do Rio Parnaíba que desemboca no Oceano Atlântico, ocupando uma área de 2.700km² na divisa entre os estados do Maranhão e Piauí, mas que por ter ocorrência de 70% no primeiro (fato explicado pela presença de quatro das suas cinco foz, se encontrarem dentro do território maranhense), além de ser o único no continente americano em mar aberto, o que explica a atual denominação adotada desde o Plano Maior 2020 (Delta das Américas), em detrimento da mais usual que é Delta do Parnaíba (MARANHÃO, 2011).

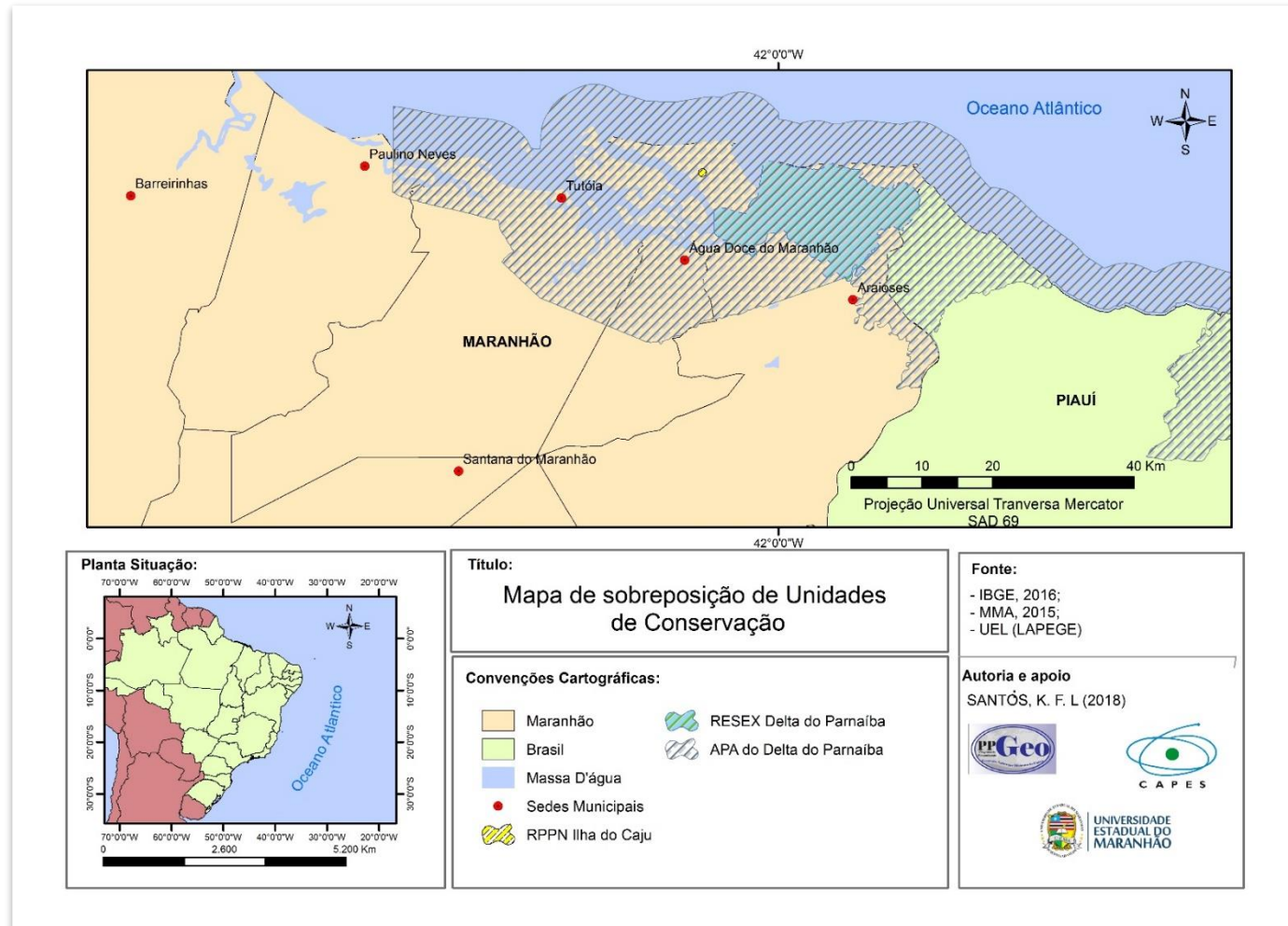
Convém ponderar que, ambas as denominações que fazem referência a esse delta, estão corretas, pois a marca Delta do Parnaíba está ligada a unidade de conservação ambiental (BRASIL, 1996) e a marca Delta das Américas está atribuída a questões turísticas (MARANHÃO, 2011). Em linhas gerais, em detrimento do delta ser formado pelo Rio Parnaíba, os documentos oficiais sobre planejamento e gestão da região no âmbito ambiental agregam valor a denominação de Delta do Parnaíba, enquanto que, para estimular o caráter identitário do delta dentro do território maranhense, o Plano Maior 2020 reformulou a nomenclatura do Polo Turístico Delta do Parnaíba para Polo Turístico Delta das Américas.

A APA do Delta do Parnaíba (Figura 27) foi criada no ano de 1996 pelo decreto - s/n – 28.08.1996, com os limites definido pelo Art. 1º “[...] nos Municípios de Luís Corrêa, Morro da Mariana e Parnaíba, no Piauí; Araiões e Tutóia, no Maranhão; Chaval e Barroquinha, no Ceará, e nas águas jurisdicionais” (BRASIL, 1996). Sendo que, Tutóia tem 19,2% do território incluído dentro da APA do Delta do Parnaíba, compreendendo todo o litoral e as ilhas pertencentes ao município, assim sendo, a segunda maior porção territorial dentro da APA, ficando atrás somente do município de Araiões como 20,83% do território dentro da unidade de conservação (ISA, 2010)⁴⁰. O decreto de criação da APA define no Art. 1º os principais objetivos:

I - proteger os deltas dos rios Parnaíba, Timonha e Ubatuba, com sua fauna, flora e complexo dunar; II - proteger remanescentes de mata aluvial; III - proteger os recursos hídricos; IV- melhorar a qualidade de vida das populações residentes, mediante orientação e disciplina das atividades econômicas locais; **V - fomentar o turismo ecológico e a educação ambiental**; VI - preservar as culturas e as tradições locais (BRASIL, 1996, grifo nosso)

⁴⁰ Dado disponíveis no site <https://uc.socioambiental.org/uc/585933>, acesso em: 11.07.2018

Figura 27. Mapa de sobreposição de Unidades de Conservação em Tutóia



Fonte: IBGE, 2016; MMA, 2015; UEL (2018). Organização: SANTOS, 2018.

O Plano Maior 2020 define como segmento propício para a realização da atividade turística como “um modelo de ecoturismo e turismo sustentável que valorize a disseminação do conhecimento, a educação ambiental e a preservação do meio ambiente natural” (MARANHÃO, 2012, p.25).

Muito é falado que ecoturismo, turismo ecológico, turismo verde, turismo sustentável e turismo de natureza é um segmento turístico que foi criado para ser praticado dentro das unidades de conservação. Em entrevista com o proprietário de equipamento turístico foi relatado que:

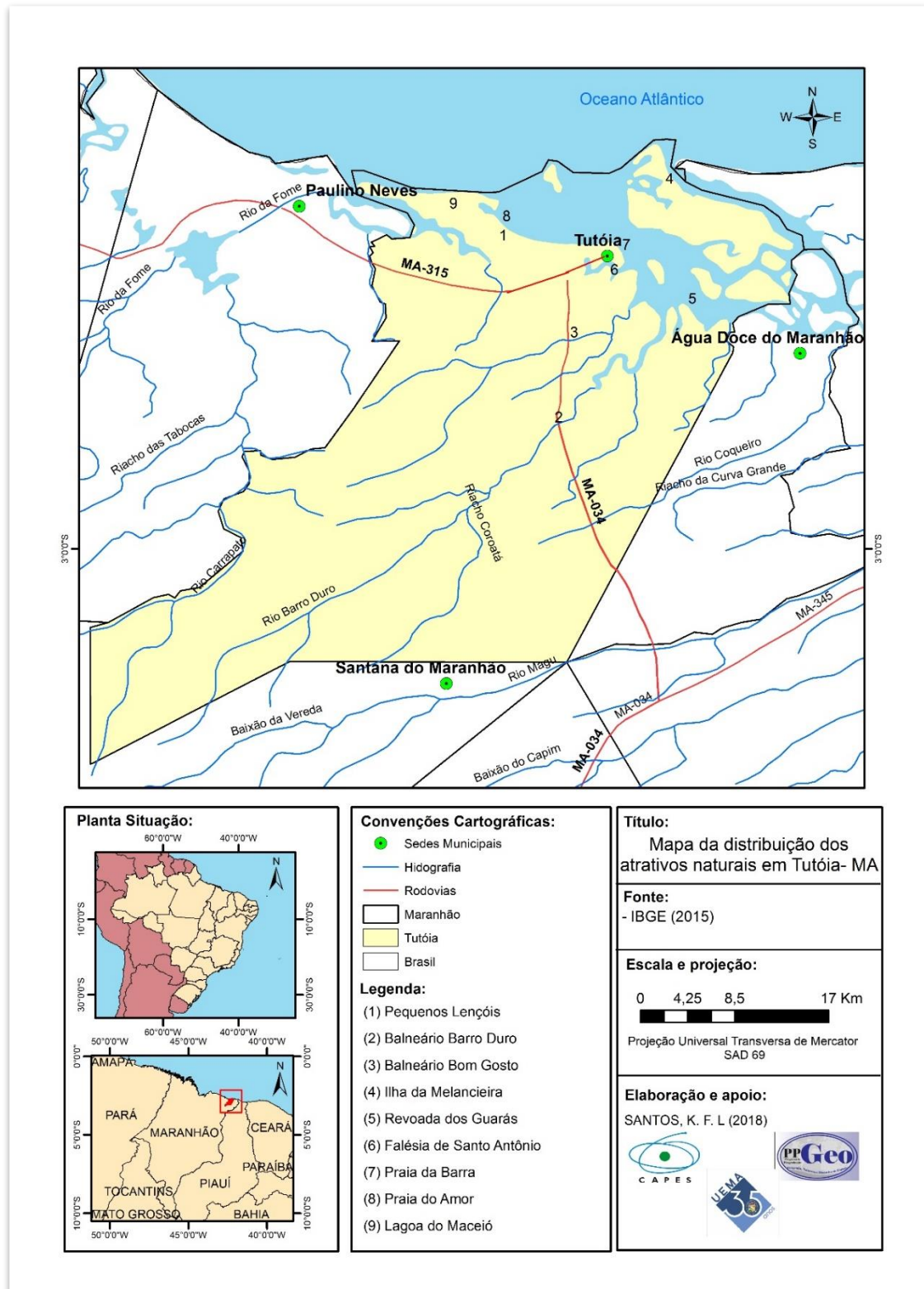
Nossa região ela é por natureza uma região de ecoturismo. Todos os passeios nosso, a gente procura usar lanchas de fibra e motores 4 tempo, que não polui ou polui menos. Nos carros a gente procura sempre roteiros onde não subam muito as dunas e tal, os carros sempre com bastante manutenção para não tá pingando óleo, essas besteiras assim, que também é uma coisa impossível que não seja mas a gente tenta pelo menos diminuir tudo. Por exemplo também, a gente procura ajudar o pessoal da comunidade, Arpoador por exemplo, a gente para na casa de uma pessoa daquela qualquer, eles vendem água de coco pra gente, a gente procura envolver eles para ver se eles também se interessam para trabalhar com isso. Até que nas lagoas já tem algumas pessoas que fizeram a barraquinha de palha pra ir vender coco d'água, que é o produto que eles tem lá [...]Por exemplo, a gente participou daquele prêmio Braztoa de Sustentabilidade, agente foi vice campeão e campeão ano passado, então todas as ações nossas são baseadas nisso ai (Entrevistado 03⁴¹)

Quanto aos territórios turísticos, na sua essência, são localizados na faixa litorânea de Tutóia o que é consequência de políticas que giram entorno da expansão da fronteira do litoral turístico de forma que as “[...] políticas de turismo de âmbito federal, estadual e municipal, induzem o uso turístico do território, transformando o litoral do Maranhão numa fronteira de expansão do turismo litorâneo, nova possibilidade para a acumulação de capital na periferia do Brasil” (COSTA, 2015, p. 1).

Ao total foram identificados 9 atrativos naturais turísticos (vide figura 28). Frisamos que quanto aos atrativos histórico- culturais destacam- se as manifestações religiosas, a dança do caroço e o acervo arquitetônico das igrejas do período colonial, no entanto esses atrativos não foram mencionados no seguinte mapa, em virtude de todos eles se encontrarem em Tutóia Velha, na MA 315.

⁴¹ Entrevista concedida por Paterson Araújo, sócio proprietário da Baluarte Pousada e Ecoturismo, entrevista concedida em 15 de junho de 2018, em Tutóia.

Figura 28. Mapa de atrativos naturais em Tutóia (Maranhão)

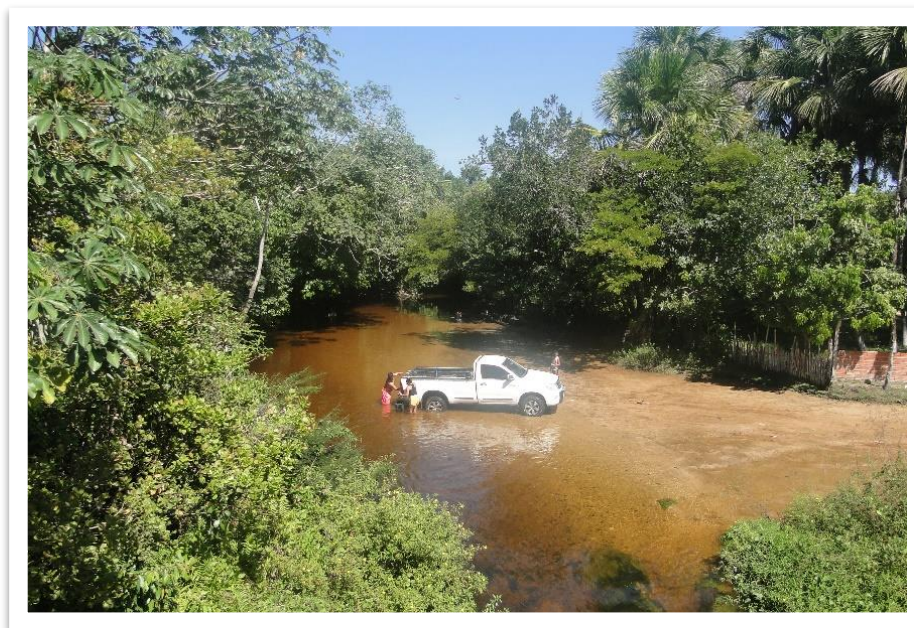


Fonte: IBGE, 2010. Autoria: Santos, 2018.

Os atrativos 2 e 3 são balneários dos dois principais rios de Tutóia, ou seja, Rio Barro Duro e o Rio Bom Gosto (respectivamente figura 29 e figura 30⁴²). Os balneários oferecem pouca estrutura de suporte aos visitantes e possuem públicos específicos, que segundo entrevistas realizados com os proprietários dos restaurantes e bares localizados nesses balneários, foi identificado que o público alvo dos atrativos consiste na população dos municípios vizinhos de São Bernardo (MA), Araióses (MA) e também de Parnaíba (PI), além da população local. Em depoimento, a proprietária do bar do Balneário do Rio Bom Gosto, afirma que sobre o público- alvo dos balneários:

O pessoal daqui não gostam de praia, porque a gente já passa a semana inteira pegando sol então quando chega o final de semana, o pessoal desce para os rios. E tá vindo muita gente de Parnaíba, porque é rapidinho [...] o movimento maior aqui é final de semana e os feriados prolongados que o pessoal desce para cá. (Entrevistado 09⁴³).

Figura 29. Balneário do Rio Barro Duro



Fonte: Santos, 14 de jun. 2018

⁴² Fotos feitas durante trabalho de campo realizado no dia 12.06.2018, terça- feira às 9:00h.

⁴³ Entrevista concedida por R. S, proprietário de bar e restaurante no balneário de Bom Gosto, no dia 15 de junho de 2018, em Tutóia- Bom Gosto.

Figura 30. Balneário do Rio Bom Gosto



Fonte: Santos, 14 de jun. 2018.

O atrativo 1 corresponde aos Pequenos Lençóis, que constitui uma extensão de pequenas dunas móveis dos Lençóis Maranhenses. Todavia, destaca-se esse ponto em específico em virtude da localização da Comunidade do Arpoador, que é composta por uma vila tradicional de pescadores e fica localizada ao Oeste da sede municipal de Tutóia.

A comunidade do Arpoador faz parte dos dois roteiros turísticos promovidos em Tutóia, partindo do roteiro terrestre via carro traçado, passando pelas dunas dos Pequenos Lençóis ou como ponto de apoio para almoço no roteiro náutico. Além da tranquilidade dessa comunidade, destaca-se a paisagem das dunas móveis dos Pequenos Lençóis, que durante o período chuvoso⁴⁴ formam lagoas propícias para banhos e práticas de esportes aquáticos, a Praia do Amor, a Lagoa do Maceió⁴⁵ e também muito apreciado, o nascer e o pôr do sol (figura 31). Ressalta-se que não existe limites territoriais definidos, dessa forma, é considerado pela proximidade, que todo o entorno que envolve a Praia do Amor, a Lagoa do Maceió, as dunas e a própria comunidade abrangem o lugar conhecido como Arpoador.

⁴⁴ Segundo a CPRM (2011), define o aspecto climático do município com predominância de suas estações definidas, o período chuvoso, que se concentra durante os meses de dezembro a maio, apresenta registros estaduais da ordem de 290,4 mm e alcança os maiores picos de chuva no mês de março. O período seco, que ocorre entre junho a novembro, com menor incidência de chuva por volta do mês de agosto, registra médias estaduais da ordem de 17,1mm.

⁴⁵ Não apropriada para o banho em decorrência da grande concentração de sal, ideal somente para o registro fotográfico.

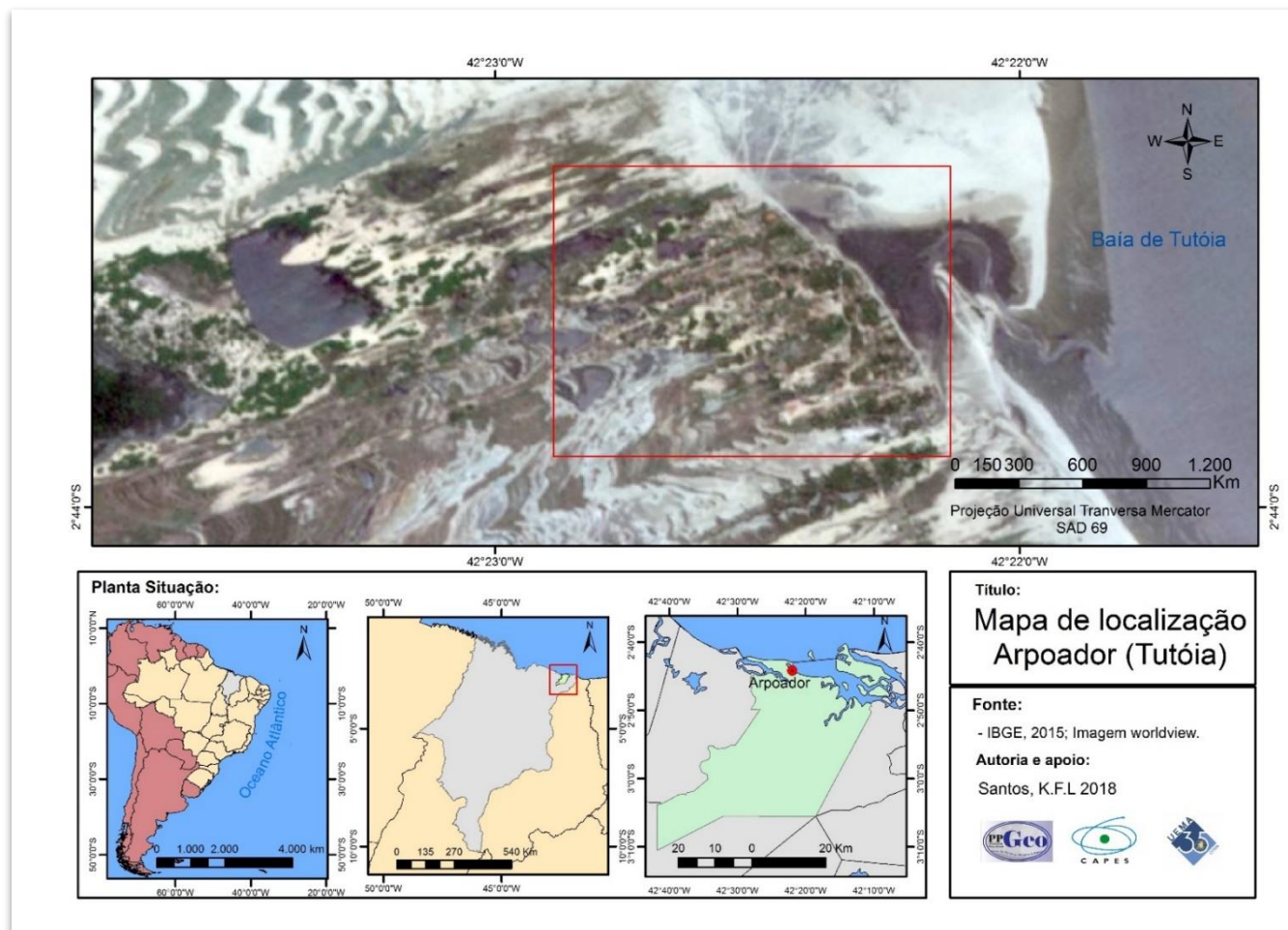
Figura 31. A) Lagoas dos Pequenos Lençóis; B) Lagoa do Maceió; C) Praia do Amor; D) Nascer do sol



Fonte: Santos, 19 de nov. 2016; 16 de jun. 2018

Apresentando um aspecto bucólico característico de uma vila de pescadores, Arpoador (figura 32) fica localizada a 13km, ao Oeste da sede municipal de Tutóia, cujo acesso é feito com veículos traçados ou por transporte aquático. Destaca-se o Arpoador pelas novas dinâmicas territoriais que se aplicam, principalmente com a prática de esportes aquáticos na Praia do Amor e nas lagoas dos Pequenos Lençóis maranhenses.

Figura 32. Mapa de localização da Comunidade do Arpoador (Tutóia)



Fonte: IBGE, 2015. Organização: Santos, 2018.

O turismo em Arpoador teve início a partir do incentivo de um grupo de proprietários de equipamentos turísticos. Em depoimento, o sócio/ proprietário, explicou que incentiva a comunidade a trabalhar oferecendo serviços turísticos, cita-se como exemplo o Bar e Restaurante do Padinha (figura 32), que oferece comida caseira e gastronômica típica da região e que teve apoio e incentivo dos empresários:

A gente sempre incentiva eles a venderem uma besteirinha, uma água de coco, a fazer um artesanato, na verdade, trabalhar com o que eles tem. Tudo isso para gerar renda para eles. Nos passeios a gente sempre para na casa deles para que eles possam vender os produtos, fora isso, estamos sempre apoiando e dando ideias para montar os negócios. (Entrevistado 03⁴⁶)

Figura 33. Bar e Restaurante do Padinha (Arpoador- Tutóia)



Fonte: Santos, 2018

O vento, o mar calmo, as lagoas e as paisagens são condições que favorecem a prática de esportes aquáticos, como por exemplo, o *kitesurf* nas lagoas dos Pequenos Lençóis Maranhenses e na Praia do Amor. A grande demanda e procura pelo território do Arpoador para a prática dessa atividade tem atraído investidores de equipamentos turísticos de todo o Brasil.

No último trabalho de campo realizado no período de 12 a 18 de junho de 2018, foi constatado que todos os terrenos da frente do Arpoador foram vendidos para um grupo de empresários de Porto Seguro (Bahia) que objetivam à especulação imobiliária. A

⁴⁶ Entrevista concedida por Paterson Araújo, sócio- proprietário da Baluarte Pousada e Ecoturismo, entrevista concedida em 15 de junho de 2018, em Tutóia.

questão que se acentua no território do Arpoador é a substituição de uso do solo, até então residencial para um comercial, mas especificamente sobre para o setor de serviços turísticos. Apesar do potencial turístico do lugar, a realização da prática do turismo não acontece sozinha, sendo uma construção a partir da instalação de uma troca comercial. Toda a parte da frente, próximo à Praia do Amor, teve seu espaço revalorizado em virtude da instalação de equipamentos turísticos, principalmente hospedagens.

Em diálogos informais realizado com moradores e kitesurfistas residentes do lugar foi explicado que os investidores estão construindo chalés e outras estruturas de hospedagem com a finalidade de futuramente vender esses imóveis, não diretamente de oferecer serviços turísticos.

Além das excelentes condições para a prática do esporte, o lugar tem atraído kitesurfistas que buscam investir em Arpoador, esse fato é explicado pela grande compra de terrenos pelos praticantes do esporte. No mais, o potencial do esporte como atrativo turístico é constatado pela presença de casas de apoio construídas exclusivamente para atender as demandas de *kitetrips* e presença também de escolas de *kitesurf*.

As condições favoráveis para a prática do esporte despertaram o interesse de alguns prestadores de serviços turísticos de São Luís (capital) que organizam e dão suporte para a realização das *kitetrips* (viagens em grupo de kitesurfista com o objetivo de praticar o esporte), que são realizadas principalmente na região do Delta das Américas e nos Lençóis Maranhenses (figura 34). Dessa forma, em conversa informal foi perguntado a um kitesurfista, por quê Tutóia/Arpoador despertou o interesse para a prática do esporte, que deu o seguinte depoimento:

Aqui é um paraíso, tem tudo em um só lugar e bem melhor do que Barra Grande. Aqui tem a praia do amor com um mar flat (mar calmo e sem muitas ondas), é quase uma piscina, ideal para quem está começando no kite, tem as lagoas dos lençóis, aquilo ali é fantástico, com o pôr do sol então. E fora que, tens bons ventos. Junta tudo isso que dá um local ideal para a gente” (Conversa informal 02⁴⁷)

⁴⁷ Conversa informal com Matheus Vieira, kitesurfista e turista, no dia 17 de junho de 2018, em Arpoador-Tutóia.

Figura 34. Folders de divulgação de *Kitetrip* em Arpoador (Tutóia)



Fonte: Borakite, 2018

A prática do *kitesurf* em Tutóia/Arpoador (Figura 35) é um movimento forte que tem início principalmente nos meses entre agosto e novembro, pois consiste na “temporada dos ventos”. Ressalta-se também que a prática do esporte já é considerada um produto turístico e que as configurações da produção do espaço turístico decorrentes do esporte, se assemelham com o que ocorreu em Barra Grande (PI). Nas várias conversas informais realizadas durante a pesquisa direta, muitos kitesurfistas consideraram Arpoador “a nova Barra Grande do Brasil”.

O turista kitesurfista tem um perfil, além de que alguns já começam a fixar suas residências no lugar, a exemplo do que aconteceu com muitos destinos turísticos nordestinos, como Jericoacoara (CE).

Figura 35. Prática de kitesurf nas lagoas dos Pequenos Lençóis em Arpoador



Fonte: Santos, 2018.

Alguns dos atrativos turísticos ainda não possuem demanda, em virtude de não possuírem uma infraestrutura adequada para a recepção de turistas, mas possuem potencial para a realização da atividade turística. Nessa perspectiva, é o caso da atrativo 6, a Falésia de Santo Antônio (figura 36), localizada no bairro Porto da Areia. Em conversas informais realizadas com moradores, foi relato sobre o desejo de se desenvolver a atividade turística nas Falésias de Santo Antônio, considerando a possibilidade de geração de renda para os residentes, além de ser um lugar para lazer.

Figura 36. Falésias de Santo Antônio (Porto de Areia- Tutóia)



Fonte: Santos, 14 de jun. 2018.

Além de todos esses atrativos, Tutóia possui uma grande extensão do litoral com as Praia da Andreza (Figura 37) e a Praia da Barra (Figura 38). Segundo a Matriz de Atratividade de Tutóia, todas as praias são propícias para esportes aquáticos, principalmente o *Kitesurf*, assim, a Praia da Andreza é mais calma, propícia para caminhada e de onde começa o marco zero das praias maranhenses; Praia da Barra é a mais visitada, que existe uma pequena estrutura e muitos banhistas a escolhem pelo acesso; Praia dos Felix, praia de pescadores artesanais, bem pacata e ótima para caminhada ao entardecer; Praia da Moita Verde, bem deserta e que fica localizada na área de dunas (SECRETARIA DE TURISMO DE TUTÓIA, 2016).

No entanto, a Praia da Barra é a que possui melhor infraestrutura de pousadas e restaurantes, em virtude da facilidade de acesso pela Rua Magalhães de Almeida, uma das mais antigas da sede municipal (*vide* Anexo 1). Em entrevista realizada com um turista ele relatou que:

Essa praia aqui é ótima. É calma e tranquila, se come bem e por um preço justo, mas o fato que mais me chamou atenção foi ver até onde a maré recua, achei isso incrível (Entrevista 08⁴⁸)

Figura 37 Praia da Andreza



Fonte: Santos, 17 nov. 2017.

⁴⁸ Entrevista a Hanna Albuquerque, turista natural de Santa Catarina, entrevista realizada em 30. 07. 2017.

Figura 38. Praia da Barra



Fonte: Santos, 14 de jun. 2018.

Explica-se que a oferta turística é formada apenas por atrativos naturais e culturais. Os atrativos culturais não foram especializados no mapa de atrativos de Tutóia pois, trata-se de um conteúdo imaterial, de forma que, a sua abrangência ocorre em todo o território tutoiense. As principais manifestações culturais de Tutóia são a Dança do Caroço e os Festejos do Divino Espírito Santo (figura 39). Segundo a Matriz de Atratividade Turística do município, a Dança do Caroço “É a manifestação mais autêntica de Tutóia [...] que foi criada pelos índios e escravos e repassada de geração a geração, a precursora desta, foi Dona Elza, a ‘rainha do caroço’ que fez com que esta manifestação fosse conhecida em muitos outros lugares” (Secretaria de Turismo de Tutóia, 2017).

Figura 39. A) e B) Festejo do Divino Espírito Santo; C) e D) Dança do Caroço



Fonte: Secretaria de Cultura de Tutóia, 2016.

A Dança do Caroço constitui uma manifestação cultural típica do município, formada por mistura que se assemelha com duas danças típicas, o Tambor de Criola⁴⁹ e o Carimbó⁵⁰ e se apresenta principalmente durante os eventos tradicionais do município, como exemplo, durante o período junino. No entanto, as exibições dos diversos grupos da Dança do Caroço, se restringem a apresentações no próprio município e nas adjacências, daí ressaltando-se a importância do incentivo cultural por parte do governo estadual, a fim de que grupos possam se apresentar e terem maior visibilidade durante os principais eventos do estado do Maranhão.

Em entrevista realizada com um produtor de um grupo da Dança do Caroço, ficou esclarecido a não participação do grupo (e de outros) em eventos organizados pelo governo do estado, cita-se o São João do Maranhão realizado na capital maranhense, se

⁴⁹ “O Tambor de Criola do Maranhão é uma forma de expressão de matriz afro-brasileira que envolve dança circular, canto e percussão de tambores” (IPHAN, disponível em <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/63/>).

⁵⁰ A música tocada enseja uma dança de roda ou feita em pares. Esta dança, quando é apresentada por grupos [...] possui coreografias exatas e vestimentas específicas. Já nas rodas de carimbó “de raiz”, normalmente quem dança é o público presente, não havendo, neste caso, vestimenta ou coreografias específicas, embora o uso da saia seja algo usual, assim como o passo básico, que evidencia o cortejo dos homens e um jogo de sensualidade das mulheres (FUSCALDO, 2014).

faz em decorrência da falta de apoio financeiro para o deslocamento dos grupos e consequentemente ser possível fazer as apresentações; ele ainda argumentou que outro problema é em relação às burocracias para a participação em editais de apoio à cultura promovido pela Secretaria de Cultura e Turismo do Maranhão, explicando que:

A gente sabemos que a nossa dança é muito importante para a cultura do nosso povo, mas vai morrer porque a gente não tem incentivo, a gente se apresenta muitas vezes de graça, dando só um lanche para o pessoal. Ai os jovens vão perdendo a vontade de participar da brincadeira [...] Eu sei que tem esses editais que podem partocinar a nossa participação no São João, mas senhora, eles pedem tanta coisa, tanta coisa, que eu fico até tonto. Fora que, tem documentos que eu nem sei o que significa, ai eu teria que ir lá em São Luís pra me inscrever e isso tudo é dinheiro, infelizmente nosso redimento é pouco e agente faz porque gosta e tem sentimento por uma coisa que a gente viu desde pequenininho (Entrevista 10⁵¹).

A festa do Divino Espírito Santo possui suas raízes na matriz africana e ligada à religiosidade popular, seguindo o calendário católico e realizada 50 dias após o domingo de Páscoa. No Maranhão, todavia, a maior referência de realização desse festejo acontece no município de Alcântara.

Os festejos religiosos são responsáveis pela atração de um público local que perpassam entre os rituais do sagrado e do profano, gerando dinamismo para a economia local e sempre são importantes para a exposição do artesanato. Além do Festejo do Divino Espírito Santo, em infomração disponibilizada pelo Assessor de Turismo de Tutóia, foram listados outros festejos importante: Festejo de Nossa Senhora de Nazaré, Festejo de São Bernardo e Festejo de São Francisco de Assis, além de outras datas dos principais eventos da cidade (Quadro 8).

Quadro 7. Calendário de eventos tradicionais com apelo turístico de Tutóia

DATA	EVENTO
29 de março	Aniversário de Tutóia
Fevereiro ou Março	Carnaval Tutóia Folia
24 a 29 de Junho	Festival Junino
29 de Junho	Procissão Marítima de São Pedro
13 a 16 de Julho	Arraial do Bom (Povoado Bom Gosto)
15 de Julho	Festival do Peixe

⁵¹ Entrevista concedida por M.R, organizador do grupo cultural de Dança do Carçoço, realizada em 14.06.2018, as 10h em Tutóia Velha.

25 e 26 de Novembro	Etapa do Campeonato Maranhense de Kitesurf
25 de Novembro	Regata da Colônia Z- 17
31 de Dezembro	Réveillon

Fonte: Secretaria Municipal de Turismo de Tutóia, 2016; Organização: Santos, 2018

Atrativos culturais são realizados periodicamente em eventos específicos; no entanto, existe um Centro de Apoio à Cultura (figura 40) que consiste em um espaço reservado para a apresentação de grupos tradicionais. Além disso, em períodos de grande fluxo de turistas algumas pousadas organizam apresentações de grupos tradicionais, principalmente do bumba meu boi e da dança do carçoço.

Figura 40. Centro de Apoio à Cultura Tutoiense



Fonte: Santos, jun. 2018

A Secretaria de Turismo de Tutóia (figura 41) fica localizada na Praça Getúlio Vargas, que também funciona como Posto de Atendimento ao Turista. A equipe técnica é bem pequena, sendo composta por um secretário, um assessor e três assistentes técnicos. Em entrevista com o assessor do secretário de turismo, foi relatado que a secretaria fornece informações aos turistas, mas que não possuem um recolhimento de informações

dos turistas, além do fato de que a mesma não encontra-se em local estratégico de fluxo turístico.

Ressalta-se que, o acesso às informações sobre as características turísticas é uma diretriz sempre presente nas várias versões do PNT. A última versão do Plano Nacional de Turismo (2018- 2022): Mais Emprego e Renda para o Brasil, compõe em sua linha de atuação sobre ordenamento, ampliar e aprimorar estudos em pesquisas. Assim, essas ações objetivam à coleta e publicação de dados referentes ao turismo, entre eles as características dos turistas que visitam os lugares turísticos. Conhecer qual é o perfil desse turista ajuda no planejamento do território, utilizando das informações para melhor organização do espaço, promoção do destino turístico e dentro outros quesitos, visando atender o público alvo.

Figura 41. Secretaria de Turismo de Tutóia



Fonte: Santos, out. 2017

O SEBRAE (2014) via Relatório do Perfil do Turista do Rota das Emoções fez levantamento do perfil do turista que visita esse roteiro turístico que inclui o litoral dos estados do Maranhão, Piauí e do Ceará. Os dados disponibilizados no relatório mostram que 91% do fluxo de turistas que visitam a região são de caráter Nacional e apenas 9% são Internacionais, sendo que do percentual de turistas nacionais, 50% são oriundos da região Nordeste, 30% do Sudeste, 10% do Centro Oeste, 7% do Norte e 3% do Sul. Ainda

nesse relatório consta que São Paulo é o estado que mais demanda turistas para esse litoral, fator esse decorrente da grande exposição do roteiro em salões de turismo no estado, de forma que a publicidade e a propaganda estimulam nas decisões sobre a escolha de um determinado destino (BRASIL, 2014).

Todavia, antes que seja feita uma divulgação de cunho nacional e internacional torna-se relevante despertar, informar e aguçar sobre as perspectivas que o turismo pode proporcionar a uma determinada localidade, desenvolvendo assim os interesses de vários agentes sociais e de forma mútua desenvolver ações para o desenvolvimento da prática social do turismo; além do mais, ressalta-se a importância que esses salões de turismo (realizados a princípio em nível local) proporcionam, além de visibilidade do destino turístico, uma integração dos operadores turísticos.

O marketing é um grande aliado na consolidação de qualquer destino turístico, sendo que a promoção feita pelo estado é realizada em virtude das áreas naturais provenientes do Delta das Américas, como os mangues e as ilhas, assim como, dos Pequenos Lençóis Maranhenses, como podem ser visualizados na logomarca de promoção utilizada pelo estado do Maranhão para a divulgação do polo (figura 42). Esse fato também consta no Plano Maior (2020) como conceito de desenvolvimento do polo que sugere: “A biodiversidade do único delta em mar aberto” (MARANHÃO, 2012).

Figura 42. Logomarca do Delta das Américas



Fonte: SEATUR, 2017

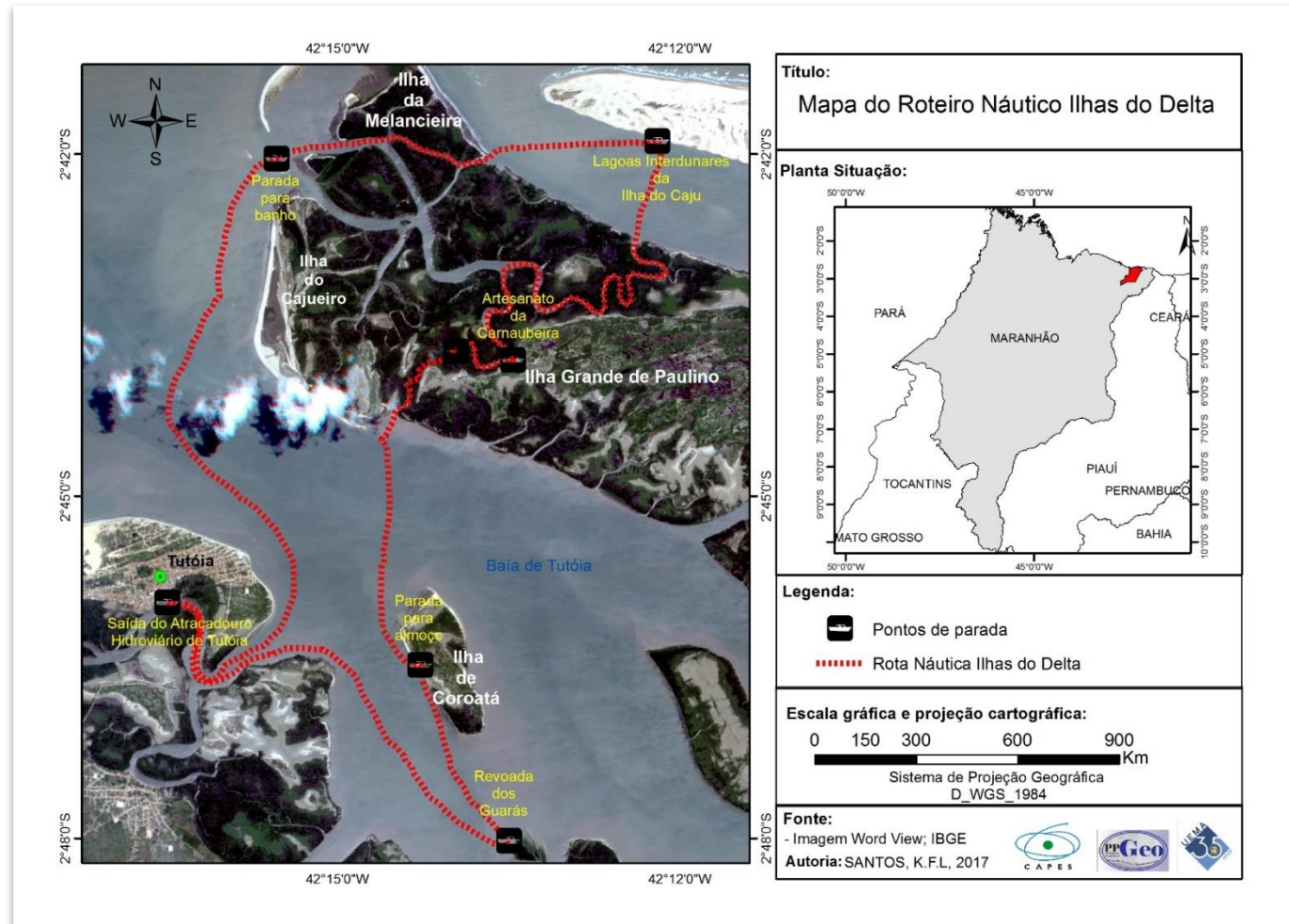
A divulgação de um produto turístico é um fator que influencia a imagem de um lugar como destino turístico. Isso porque, após as mudanças ocorridas com o advento do meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 1997), o marketing tornou-se uma importante ferramenta na consagração de destinos turísticos, principalmente com o

desenvolvimento de tecnologias de telecomunicações (a internet como a principal), em que o atual consumidor do turismo tem acesso a uma gama de opções sobre a oferta dos produtos, dispondo de avaliações e narrativas de viagens por meio de *blogs*, *sites* e aplicativos para celulares, que também classificam e oferecem serviços de reservas, a exemplo o *tripadvisor*, *booking*, decolar, hotel urbano, e outros.

Fazer a informação chegar até o turista é um dos princípios que faz aumentar a demanda de turista para um lugar turístico. Entretanto, pouca informação é disponibilizada sobre o turismo em Tutóia; isso inclui desde o conteúdo presente no folder de divulgação (anexo 4), que não traz informação de como chegar no local de destino, distância das cidades emissoras, informações sobre os produtos turísticos e segmento que são trabalhados até mesmo em *sites* oficiais de turismo que não apresentam essas informações.

Um produto turístico necessita de uma boa estruturação para que ele possa ser consumido pelo turista e isso envolve desde as práticas de marketing até políticas públicas de turismo. Tutóia apresenta dois roteiros bem definidos: Ilhas do Delta e o Costa do Delta que fazem parte do mercado turístico (figura 43), sendo que ambos são desenvolvidos por operadores locais e possuem como principais atrativos a revoada dos Guarás (*Eudocimus ruber*), as lagoas interdunares, a vegetação de mangues, as dunas, o pôr do sol, as praias e as comunidades tradicionais. Tais produtos turísticos começaram a ser implantados há 15 anos, logo depois da primeira regionalização do turismo no Maranhão via Plano Maior. Todavia, Tutóia fazendo parte do Polo Delta das Américas no qual segundo o Plano Maior são indicados os segmentos do ecoturismo e de sol e praia, ressalta-se a importância da experiência do turista ser para além do entretenimento e do estético, é necessário que a educação e a consciência ambiental se façam presentes durante a realização dos passeios.

Figura 43. Roteiro náutico das ilhas de Tutóia



Elaboração: Santos, 2017.

A experiência do turista se faz importante na formatação de um produto turístico, partindo do pressuposto que o consumidor do ecoturismo não está interessado somente na apreciação do estético, haja vista que a maioria possui um grau de ensino mais elevado e que lhe permite despertar interesses pelos “recursos endêmicos”⁵² e que segundo Copper (2011, p. 23) “produzem experiências que sejam percebidas como sendo reais, puras e enraizadas no destino”. Assim sendo, não obstante interessa ao turista o consumo dos espaços de forma mecânica e roteirizada, o atual consumidor do turismo busca a interação com os objetivos locais (principalmente culturais e ambientais), como exemplo cita-se a interação entre o turista e os pescadores e os catadores de caranguejos, a participação da comunidade na apresentação de danças típicas de região, a culinária local. Tais elos desenvolvidos entre o turista e o espaço agregam valor à consciência ambiental e social a ser preservada e causam experiências memoráveis.

O roteiro náutico chamado “Ilhas do Delta” é o mais procurado no município de Tutóia. Ele é composto por um passeio náutico que faz uma visitação por ilhas pertencentes (figura 31) ao município e tem duração de aproximadamente 8 horas. Cada agência de passeio conduz um roteiro diferente, mas que no geral é centrado nas ilhas que estão dentro dessa subunidade nacional. Os principais pontos de visitação são os campos de dunas da Ilha do Caju, parada para banho na Ilha da Melancieira, almoço na Ilha de Coroatá e passeio pelos canais dos manguezais da Ilha do Cajueiro e Ilha Grande de Paulino.

Apresentado como ponto fraco pelo Plano de Ações Estratégicas para o Polo Delta das Américas (MARANHÃO, 2014) é o não conhecimento dos atrativos desse delta. Ressalva-se que não se trata especificamente da falta de conhecimento sobre os atrativos do delta, mas sim de como esse produto turístico é operacionalizado, sendo que não possui uma diversificação na oferta, a falta de preparo dos “guias” que são os mesmos condutores das lanchas e a falta de divulgação do roteiro, inclusive entre a população local.

Em relação aos serviços e equipamentos turísticos, pode-se afirmar que existe uma falta de articulação entre os prestadores de serviço, sendo até mesmo inexistente uma associação dos mesmos que vise à defesa de objetivos e interesses comuns.

⁵² Copper (2011) define como experiências que desenvolvem estratégias a sustentabilidade, a partir de apreciações autênticas do local das raízes culturais das comunidades envolvidas na prática do turismo.

Constatou-se também, que alguns empreendimentos já dispõem de “serviços empacotados” como define Cooper (2011), disponibilizando dentro de um mesmo pacote serviços múltiplos como hospedagem, alimentação e passeios náuticos. Tal fato constitui uma das principais formas de consumo do produto no turismo contemporâneo, pois gera a diferenciação de uma empresa, fideliza o cliente ao estabelecimento, além de oferecer infraestrutura necessária à sua estadia.

O apelo para a exploração de paisagens naturais pela atividade turística foi induzida pelo marketing e transformada em objeto de consumo e de desejo de turistas. A “vocação natural” dos lugares para o consumo engendra a reprodução ampliada do capital e as questões sobre a fragilidade e vulnerabilidade do ambiente são deixadas para segundo plano. Todavia, recentemente, também pela influência do marketing, o consumo dos ambientes é “vendido” de uma forma “sustentável” por meio do segmento do ecoturismo, que na teoria deveria compreender medidas de educação ambiental, capacitação profissional, estudo de impacto ambiental, capacidade de carga, plano de manejo e controle ambiental.

No entanto, a prática do ecoturismo em Tutóia apenas   descrita em planos públicos, pois um dos principais atrativos turísticos que   a revoada dos guarás (figura 44) e os mangues que entrecortam as ilhas são carentes de práticas mais elaboradas que visem à integração do ambiente e da identidade social de Tutóia. Além do mais, na Ilha da Melancieira um dos atrativos turísticos é o berçário dos cavalos marinhos em que durante a maré baixa existe a prática da captura de animais para a exposição aos turistas, o que ameaça a sobrevivência da espécie e não agrega nenhum valor cultural.

Figura 44. Revoada dos Guarás



Fonte: Santos, 26 de out. 2016

É importante ressaltar que o conceito de turismo sustentável está vinculado ao consumo “produtivo do espaço” que ocorre segundo Rodrigues (1999, p. 18) “por meio da interação, do respeito à natureza, do aprendizado e da preservação”. O espaço geográfico de Tutóia lhe conferiu ser destino para aqueles que procuravam desfrutar de momentos solitários e em harmonia com o ambiente natural, na presença de praias desertas, como por exemplo, a Praia da Barra em que os visitantes vivenciavam a identidade cultural da população residente. Esse tipo de turismo foi o que deu origem ao desenvolvimento da atividade, sendo que Cruz (2001, p. 21) ressalta que:

A apropriação primitiva de lugares por turistas pode ou não desdobrar-se em uma apropriação organizada, ou seja, na inserção dessas localidades entre os destinos turísticos oficiais. O modo como se dá a passagem de uma para outra condição é que vai determinar a qualidade e a intensidade das transformações passíveis de ocorrer nesses territórios devido a seu uso pelo turismo.

A identificação cultural de um grupo é um dos fatores determinantes para a valorização de um espaço para o uso turístico, assim sendo é preciso resgatar, fomentar, aguçar, valorizar as práticas culturais dos locais turísticos. Tutóia possui forte identificação cultural com o sistema pesqueiro, as mesmas praias do território turístico (figura 34) são divididas com os pescadores artesanais e passam a serem atrativos turísticos para os visitantes que compram o pescado fresco, que apreciam o visual das pequenas embarcações no balançar das ondas ou que experimentam a vivência do modo tradicional de vida dos pescadores.

Além disso, é preciso que haja renovação dos produtos turísticos, principalmente os passeios náuticos, como argumenta Copper (2011: 62) que “à medida que os produtos e os destinos progridem por meio do ciclo de vida, eles precisam ser continuamente renovados”. Fatores como o aumento da competitividade, ampliação da demanda e inserção da tecnologia contribuem para que se crie um Desenvolvimento de Novo Produto (DNP), de forma que, oferecer serviços diferenciados é suscitar atender variados perfis de públicos. Em Tutóia uma das principais agências de passeios náuticos, a Salinas Turismo, não oferece serviços de contemplação do pôr do sol ou observação dos guarás, visitação em ilhas mais distantes como a Ilha das Canárias que é foco do produto turístico do Polo Costa do Delta (PI) ou mesmo passeios pelo litoral maranhense que possibilitem chegar a comunidades como Atins e Caburé (Barreirinhas), por exemplo, pois é preciso contratação de um serviço individualizado de alguns residentes do lugar.

A imagem turística de Tutóia muda rapidamente, mais precisamente nos últimos 10 anos; credita-se isso ao fato de que no último plano diretor municipal, datado do ano de 2006, o turismo era incipiente e desalinhado com o Plano Maior. A secretaria de turismo da época de elaboração do plano diretor estava vinculada à de meio ambiente, de maneira que grande parte das ações que esse plano previa, era de cunho ambiental e somente o turismo rural foi citado como potencialidade. É válido salientar que esse plano diretor precisa ser revisado e já encontra-se em desuso, o que é agravado porque a atividade turística no município já possui caráter real e está sendo produzida pela iniciativa particular.

No entanto, evidencia-se como ponto negativo a falta de engajamento social ou como colocado pelo assessor do secretário de turismo “o desacreditar da população para o turismo”, que causa prejuízos à produção e comercialização do artesanato em comparação a um lugar com variedade de matéria-prima, assim como a falta de união do segmento empresarial em busca de um objetivo em comum e uma sistematização do turismo. Segmento esse, que é o maior produtor do espaço turístico no município, entretanto não alinhados, realizam atividades pontuais e cada um obedecendo aos interesses particulares e não ao coletivo e do próprio setor.

3.3.Os agentes sociais de produção do turismo em Tutóia: conflitos e contradições

A produção do espaço turístico não acontece de maneira aleatória, pois os agentes condizionarão o uso. Nesse sentido, para a realidade empírica de Tutóia destacasse os principais agentes de produção e consumo do espaço turístico: o governo local, representado pelos promotores públicos na esfera municipal e estadual; o setor privado, representado pelos proprietários dos equipamentos e serviços ligados ao setor do turismo; a comunidade, destacando a população; o turista, sendo representado por aquele que visita os lugares turísticos (quadro 8).

Quadro 8. Necessidade e visão dos agentes na produção do espaço turístico

ATORES	NECESSIDADES E INTERESSES
GOVERNO LOCAL	<ul style="list-style-type: none">• Gerar desenvolvimento econômico e social• Projetar o município como destino turístico• Aumentar a receita
SETOR PRIVADO	<ul style="list-style-type: none">• Oportunidade econômica• Recursos humanos capacitados• Infraestrutura Urbana• Atrativos em quantidade e qualidade
COMUNIDADE	<ul style="list-style-type: none">• Qualidade de vida para a população local• Respeito e preservação do patrimônio cultural e ambiental• Participação nas tomadas de decisões
TURISTA	<ul style="list-style-type: none">• Preço, conforto e segurança• Qualidade nos serviços e na experiência da visita

Fonte: Firmino (2006); Adaptação: Santos (2018)

Dentre as atribuições do Estado para a produção do espaço turístico, a legitimação de políticas públicas como instrumento capaz de ordenar o uso do território, merece destaque, e dessa forma evidenciam-se ações na esfera Federal, Estadual e Municipal.

A lei nº117 /2006 que dispõe sobre o Plano Diretor do município de Tutóia, agregava a pasta do turismo dentro da pasta do meio ambiente e que constituía a Secretaria de Meio Ambiente e Turismo de Tutóia, com ações para o turismo em um nível bem restrito que consistia em apoiar eventos e investir em infraestruturas de apoio, como aeroporto, rodoviária e terminal hidroviário. Outro aspecto era que é que os lugares valorizados para a prática do turismo localizavam-se no interior do município, sendo que as praias e dunas, o litoral, não era objetivo de promoção da atividade turística.

As ações do município para a produção do espaço acontecem a partir de conflitos e contradições pela defesa de interesses diversos e algumas vezes divergentes de grupos

sociais. Assim, o município institucionalizou no dia 28 de março de 2018 uma Associação da Trade Turística Tutóia (ATTT), formada por representantes de empreendimentos do setor turístico, representantes públicos e pela sociedade (figura 45). Essa associação foi criada na intencionalidade de defender os objetivos em comum e fortalecer a atividade, todavia a título de oficialização, ainda está em fase de tramitação junto à Prefeitura de Tutóia. Em entrevista realizada com o Assessor de Turismo de Tutóia, ele esclareceu sobre a importância do associativismo da trade Turística de Tutóia:

Eu meio que estou dando uma consultoria, um apoio para eles e deixando que eles andem até um pouco com os próprios pés para eles entenderem também a participação deles, que é fundamental o associativismo e tá indo, tá indo muito bem. Houve uma aproximação muito grande do empresariado com a prefeitura, depois disso. (Entrevista 06⁵³)

Figura 45. Membros da Trade Turística de Tutóia



Fonte: Secretaria de Turismo de Tutóia, 2018.

A formação de uma associação é o primeiro passo para a criação de um Conselho Municipal de Turismo (de caráter deliberativo ou consultivo), formado por representantes eleitos dos setores públicos e privado e da sociedade civil, e que objetivam sugerir ações e assessoram a implementação de políticas voltadas ao desenvolvimento do setor

⁵³ Entrevista realizada com Nathan Oliveira Cardoso, assessor da secretaria de turismo de Tutóia, no dia 16 de novembro de 2017, na secretaria de turismo de Tutóia.

turístico. No município de Tutóia, os membros da associação serão os mesmo que comporão o conselho. Vale destacar que, de acordo com o Programa de Regionalização do Turismo, o mapa turístico brasileiro é atualizado bienalmente e que a cada atualização os critérios para composição do mapa são variáveis, sendo que um dos critérios para estar dentro do mapa de 2019 será o município possuir um conselho.

A partir da criação do Conselho Municipal de Turismo, o Município pode constituir também um Fundo Municipal de Turismo, que constitui um instrumento de apoio às suas ações, a ele vinculado, para maior agilidade e autonomia na sua gestão, podendo receber investimento tanto privado quanto público, entre os quais : tarifação de atrativos turísticos, taxa de uso dos equipamentos do turismo, vouchers de agências de turismo receptivo, Dotações orçamentárias consignadas no orçamento do município, doações, créditos especiais, convênios (BRASIL, 2018).

No começo da gestão do secretário de turismo em exercício [2017-], houve diversos conflitos em decorrência da sua gestão. Relatos da Superintendente de Regionalização Turística do Estado do Maranhão, foram alegados durante entrevista concedida:

Ele se afastou muito dos empresários local, quis caminhar sozinho e sem o apoio da força dos empresários. Ai eles perdeu a confiança e também a credibilidade. Sempre quando a secretária vai fazer alguma ação para Tutóia, quem toma a frente a mobilização é o Nathan, o assessor dele. (Entrevista 11⁵⁴)

Durante todo o período desta dissertação, não se fez possível nenhuma entrevista com o secretário de turismo em exercício, uma vez que todas as vezes que foi procurado ele direcionou a entrevista para o assessor de turismo, alegando que a sua assessoria transmitiria informações mais detalhadas. No entanto, relatos negativos sobre a atual gestão de turismo do município de Tutóia também foram ouvidos durante a última entrevista com o Assessor de Turismo de Tutóia:

Ele meio que abandonou a pasta, estou aqui sozinho, mas tem os meninos que me ajudam e me dão uma força, mas esses últimos meses está sendo difícil (Entrevistado 06⁵⁵)

Em agosto de 2018, o secretário de turismo de Tutóia foi exonerado, cargo que exercia desde janeiro de 2017. Em nota, a prefeitura municipal declarou que “O secretário Municipal de Turismo Geovani Junior foi exonerado do cargo na tarde desta segunda-

⁵⁴ Entrevista a M. G., Superintendente de Regionalização Turística do Estado do Maranhão, concedida em 15.08.2018 às 15h em São Luís na Secretaria de Turismo do Maranhão.

⁵⁵ Entrevista realizada com Nathan Oliveira Cardoso, assessor da secretaria de turismo de Tutóia, no dia 16 de novembro de 2017, na Secretaria de Turismo de Tutóia.

feira (27), cargo que exercia desde janeiro de 2017. Segundo ele, motivos políticos o fizeram deixar o governo e ele quer seguir novos desafios políticos”. Em esclarecimento na sua página em uma rede social, o secretário declarou que intensificará atividades de conselheiro junto ao Conselho Municipal de Turismo de Tutóia.

Fatores como esses, são constantes na administração pública do turismo no Brasil e que a rotatividade de pessoas à frente dessa pasta são mais frequentes nas esferas estaduais e municipais. Assim, concorda-se com Beni (2006) quando argumenta que as principais dificuldades dos organismos é no que diz respeito à ausência de recursos humanos qualificados para o desenvolvimento do turismo no setor, ao mesmo tempo em que existe uma estrutura institucional nos estados e municípios que é incapaz de gerir a atividade turística.

A ineficiência dessa gestão causa prejuízos ao desenvolvimento do turismo, tendo em vista que dentro do Polo Delta das Américas, Tutóia é o município que possui a melhor infraestrutura para a recepção de turista. Entretanto, a esfera municipal de produção do turismo, não tem feito contribuições muito significativas, considerando que o município não possui Plano Municipal de Turismo e tampouco um Inventário Turístico. Tais planos se fazem importante, pois são eles quem organizarão o território para o setor turístico, assim como serão responsáveis por estabelecer diretrizes que obriguem o governo a cumprir.

A LOA nº 212/2016 (Anexo 2), que define o orçamento anual das pastas do município, “estima a receita e fixa a despesa do município de Tutóia para o exercício financeiro de 2017, e dá outras providências”, de forma que, a receita orçamentária do município foi de R\$ 97.449.200,00 (noventa e sete milhões, quatrocentos quarenta e nove mil e duzentos reais), do total a serem repassados R\$ 620.000,00 (seiscentos e vinte mil) para a Secretaria de Turismo, contingente financeiro bem maior do que o repassado para custear as ações da principal atividade econômica do município de Tutóia, mais especificamente R\$ 90.000,00 (noventa mil) entregues à Secretaria de Pesca e Agricultura.

Segundo informações decorrentes da primeira entrevista com o Assessor de Turismo de Tutóia, no ano de 2017, foi explicado que, no entanto tal recurso não foi repassado a Secretária de Turismo de Tutóia pois a mesma encontrava-se inadimplente com o Estado, de forma que, todas as ações dos anos de 2017 e 2018 foram realizadas sem esse recurso, dificultando a realização de ações mais eficientes.

Sobre a importância da gestão pública de turismo, Beni (2001, p. 100) argumenta que “o Turismo, representa uma atividade plurissetorial que necessita de coordenação e de planejamento de seu desenvolvimento, que só podem ser promovidos pelo setor público”; dessa forma, compreende-se que é a gestão pública, seja ela na esfera Federal, Estadual e Municipal, quem ordenará a produção de um espaço turístico. E sobre o não comprometimento do governo com o setor turístico Beni (2001) toma nota que, para tonar os governos mais atuantes é necessário a realização de projetos passíveis de serem financiados, sempre com a aprovação de conselhos de turismo, assim como tonar público por meio da mídia as tomadas de decisão.

No entanto, mais do que a formação da associação da *trade* torna-se necessário a formação de um Conselho Municipal de Turismo⁵⁶ com membros da sociedade civil, o poder público a ser representado pela Secretaria de Turismo de Tutóia e membros da *trade*. Esse novo critério a ser adotado, no remapeamento passado era apenas um compromisso a ser assumido pela gestão de turismo municipal, todavia para compor o mapa turístico de 2019 esse critério passar a ser uma exigência. Em diálogo e entrevista estruturada aberta realizada com a Superintendente de Regionalização Turística do Maranhão, foi informado que em 2019 o remapeamento para a produção de um novo Mapa Turístico do Maranhão contará com as seguintes exigências: Conselho Municipal de Turismo, Instância de Governança Regional⁵⁷ e o município ter 1 (um) estabelecimento junto ao CADASTUR.

Ainda em diálogo com a superintendência mencionada, foi ressaltada a importância de os municípios que compõem o Polo Delta das Américas continuarem no mapa turístico, tendo em vista que serão aptos a captar recursos do Ministério do Turismo, Ministério da Cultura, Ministério das Cidades e Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR); além disso, a Secretaria de Cultura e Turismo do Maranhão fica impossibilitado de fazer divulgação e outras ações pertinentes ao turismo. Para isso, é preciso que os municípios se organizem de forma integrada e sendo Tutóia o município mais atuante dentro do polo, suas ações são fundamentais para sensibilizar os demais municípios do polo. Em entrevista realizada com a Superintendente de Regionalização

⁵⁶ Órgão da Administração Municipal de caráter consultivo e deliberativo que conjuga esforços entre o poder público e a sociedade civil, para assessorar o município em questões referentes ao desenvolvimento do turismo (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2007)

⁵⁷ Instância de Governança Regional – organização representativa dos poderes público e privado, da sociedade e dos municípios componentes das regiões turísticas, com o papel de coordenar, acompanhar e gerir o processo de regionalização do turismo na região turística (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2007).

Turística do Maranhão, ela destacou a preocupação com a permanência do Polo Delta das Américas:

O Delta é um polo muito diferente, porque ele não pode mudar, pois não existe nada por perto não sendo possível inserir nenhum outro município, sendo que a sua formação foi essa. Mas eu vejo que Água Doce do Maranhão não tem condições de ficar e ele acaba atrapalhando o crescimento, então a gente tem que ver se ajuda o desenvolvimento ou ele sair. Já Araiões não tem infraestrutura, embora a cidade seja arrumada e ela tem o maior caranguejo da região, além de outros atrativos turísticos, mas não entendo porque Araiões não “deslança”. E Paulino Neves é preocupante, com a construção dessa estrada, a facilidade de acesso as lagoas de Paulino Neves ficou muito fácil e lá está acontecendo que qualquer um pode ir e de qualquer jeito, outro dia recebi relatos que estavam com um paredão de reggae dentro das lagoas. (Entrevista 11⁵⁸).

Dessa maneira, evidencia-se que o município de Tutóia é o único do Polo Delta das Américas com estrutura para a sua permanência no mapa turístico diante de um novo remapeamento, no entanto, segundo Portaria nº 628, de 28 dezembro de 2016, ficou definido que uma região turística não pode ser formada com apenas um município, com exceção do Distrito Federal (DF).

O município de Tutóia está dentro do Mapa do Turismo desde o ano 2000, logo com a primeira versão do Plano Maior, assim sendo o que torna-se habilitado a receber investimentos financeiros pelo Ministério do Turismo. A tabela 8 mostra detalhadamente todo o investimento federal para o município, de forma que o filtro da pesquisa para a organização da tabela se estende desde o ano 2000 até 2018. Todavia, apenas o ano de 2006 teve recursos destinados ao financiamento de infraestrutura turística e somente doze anos depois, em agosto de 2018, o município solicitou ajuda orçamentária para a realização de projetos de infraestrutura turística.

Quadro 9. Investimentos do Ministério do Turismo para Tutóia

VALOR TOTAL CONVENIADO (R\$)	DESTINAÇÃO	ANO DE VIGÊNCIA	STATUS
2.061.302,68	Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística	2018	Empenho
200.000,00	Apoio a projetos de Infraestrutura Turística	2006	Concluído
86.980,00	Calçadão na Orla Marítima	2006	Concluído

⁵⁸ Entrevista a M. G., Superintendente de Regionalização Turística do Estado do Maranhão, concedida em 15.08.2018 às 15h em São Luís na Secretaria de Cultura e Turismo do Maranhão.

100.000,00	Construção de Calçadão na Orla Marítima	2006	Excluído*
-------------------	---	------	-----------

*100% do valor liberado

Fonte: Ministério do Turismo, Portal da Transparência. Organização: Santos, 2018.

Esse grande período sem a solicitação de apoio financeiro para o MTur, mais precisamente 12 anos, é em decorrência da inadimplência que o município se encontrava. Ainda na tabela acima, no ano de 2006 o município solicitou duas vezes recursos para a construção do Calçadão da Orla Marítima de Tutóia, sendo que 100% foram liberados. No entanto, a construção do calçadão resumiu-se à pavimentação em paralelepípedo de aproximadamente 500m da faixa litorânea (figura 46), sem nenhuma estrutura de suporte a bares e restaurantes, sendo esses equipamentos que se encontram presentes, construídos de maneira irregular e sem infraestrutura adequada.

Figura 46. Orla Marítima na sede de Tutóia



Fonte: Santos, jun. 2018.

Em 2018, o município solicitou junto ao Ministério do Turismo mais um apoio, dessa vez com o viés voltado à construção e melhoria do atracadouro e mercado municipal de Tutóia (Figura 47). O valor solicitado foi de R\$ 2.061.302,68 (dois milhões, sessenta e um mil, trezentos e dois reais e sessenta e oito centavos).

Figura 47. Projeto para melhoria do Atracadouro mais o Mercado Municipal de Tutóia



Fonte: Secretária Municipal de Tutóia, 2018.

A problemática do Mercado Municipal de Tutóia (figura 48) está próximo do atracadouro de onde saem as lanchas com os turistas que fazem o passeio pelas Ilhas do Delta. Ao passo que, o mau cheiro, o resto de resíduos sólidos, a falta de estrutura adequada, falta de saneamento básico, são problemas que acabam por causar uma péssima experiência turística.

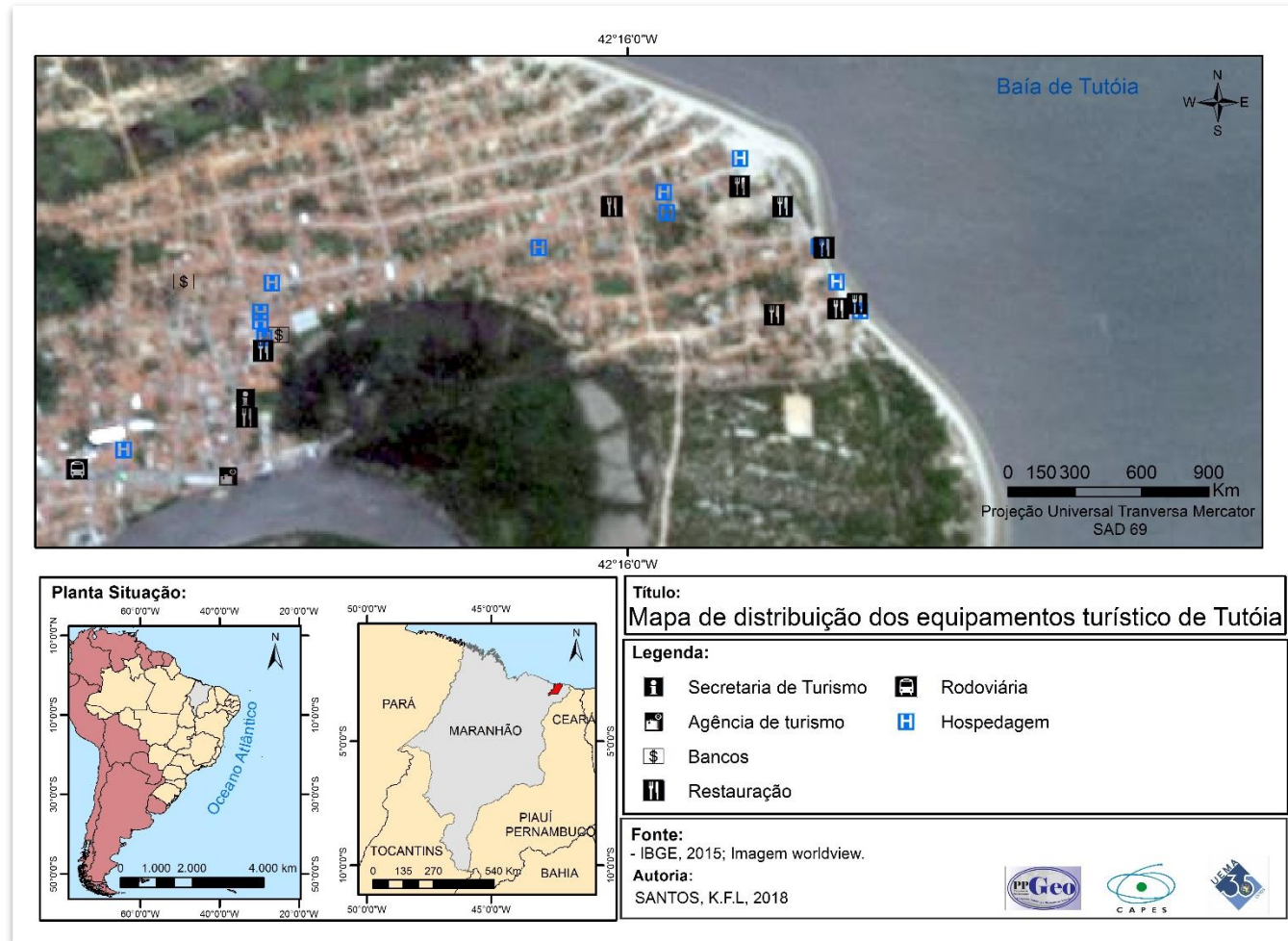
Figura 48. Mercado Municipal de Tutóia



Fonte: Santos, 12 de jun. 2018.

Em contrapartida, os proprietários dos equipamentos turísticos são agentes sociais que possuem forte atuação na produção do espaço turístico no município. É cada vez mais crescente o número de equipamentos, principalmente no segmento de hospedagem (Figura 26), e suas localizações são mais concentradas nas proximidades das praias ou de fácil acesso a elas, sendo que a Rua Magalhães de Almeida é a principal rua de acesso às praias

Figura 49 Mapa de localização da infraestrutura turística



Organização: Santos, 2018

O crescente aumento dos fluxos turísticos gera grandes especulações de lotes em proximidade às praias ou de fácil acesso a elas, como pode ser observado na figura 50, sendo que mais recentemente está sendo construída a primeira hospedagem na categoria de hotel, com características verticais e maior quantidade de acomodações em relação às pousadas existentes. Dessa forma, nota-se um aumento dos preços dos lotes vazios no aguardo de um valor de troca, à medida que esses lotes são geralmente adquiridos por empresário que visam à obtenção do lucro.

Figura 50. Imóveis à venda na Rua Magalhães de Almeida



Fonte: Santos, 13 de jun. 2018

O maior percentual dos equipamentos turísticos é do setor de hospedagem e grande parte dos empresários são “filhos da terra”. A instalação de equipamentos gera emprego e renda para a comunidade, no entanto o perfil da mão de obra empregada é que possui um baixo nível de qualificação; além disso, muitas contratações ocorrem durante os períodos de alta temporada. Outro fator relevante é que a mão de obra empregada

geralmente não possui carteira assinada, o que compromete a qualidade de vida da população a partir do momento em que os direitos trabalhistas não são assegurados, o que é explicado porque grande número dos empregados na atividade turística é composta por agricultores ou pescadores e para que os mesmo não percam benefícios assistencialistas, optam por não terem suas carteiras assinadas.

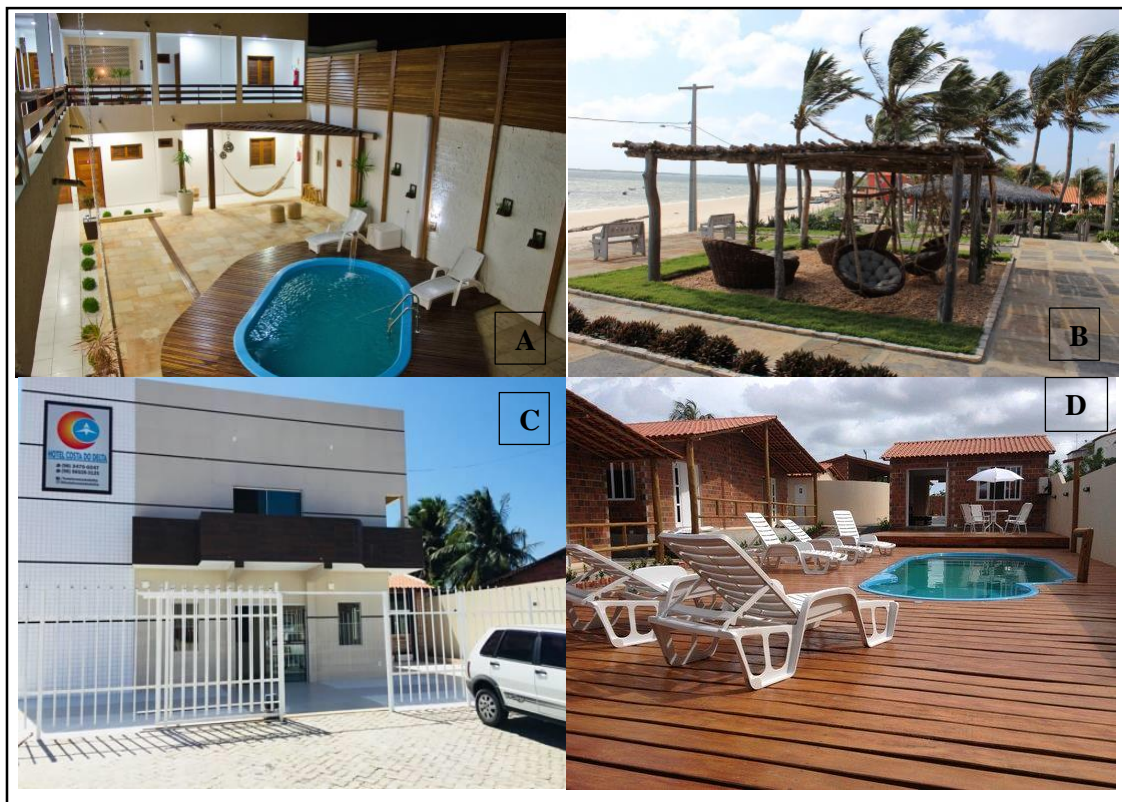
Todos os funcionários são regulares [...] Os de passeios eles são contratados em alta temporada, eu não tenho como ter todos os funcionários aqui, por exemplo, a gente tem três lanchas e dois carros, eu não tenho como ter cinco pessoas aqui paradas, esperando aparecer os passeios, porque não tem todo dia passeio (Entrevistado 03⁵⁹).

A “distribuição eletrônica” como classifica Copper (2011), de produtos e equipamento turísticos é o atual modelo de compra e venda da oferta turística, assim geram benefícios como: redução de custos com recursos humanos (vínculos empregatícios) e físicos (processamento de *check in*, telefone, propaganda e tarefas de escritório) e maior aproximação com as satisfações e insatisfações dos clientes. Todavia, os estabelecimentos que aderem a esses serviços são cobrados por uma taxa que varia entre 1% e 5% do valor da reserva e em detrimento disso alguns proprietários oferecem resistência em aderir pelo fato dos custos, além do que existe “preocupações quanto a segurança da informação financeira e identidade pessoal” (COOPER, 2011, p.61).

Tutóia conta com equipamento de meios de hospedagem bem estruturados (figura 51) e facilmente encontrados nos principais *sites* de ofertas de produtos turísticos, a exemplo a rede *booking.com*, com preços médios que variam entre R\$ 50,00 e R\$290,00 diárias para casal, atendendo aos mais diversos perfis de turistas. Assim como o município é dentre os outros municípios integrantes do Polo Delta das Américas, o que mais possui equipamentos cadastrados no Cadastur.

⁵⁹Entrevista concedida por Paterson Araújo, sócio proprietário da Baluarte Pousada e Ecoturismo, entrevista concedida em 15 de junho de 2018, em Tutóia.

Figura 51. A) Pousada Vila Tutóia; B) Pousada Jagatá; C) Hotel Costa Delta; D) Pousada e Restaurante Baluarte



Fonte: Vila Tutóia, 2016; Baluarte, 2016; Santos, 2018

O Programa de Artesanato Brasileiro – PAB conceitua o artesanato como sendo:

[...] o produto resultante da transformação da matéria prima, com predominância manual, por um indivíduo que detenha o domínio integral de uma ou mais técnicas previamente conceituada, aliando criatividade, habilidade e valor cultural, com ou sem expectativas econômicas, podendo no processo ocorrer o auxílio limitado de máquinas, ferramentas, artefatos e utensílios. (BRASIL, 2006, p.3)

O produto típico da região é a fibra da Carnaubeira, que origina um artesanato com a fabricação de bolsas, tapetes, carteiras, chapéus, toalhas de mesa e dentre outros produtos. A produção do artesanato local é decorrente de cooperativas femininas localizadas principalmente na Ilha da Melancieira e na Velha Tutóia.

O artesanato ainda é apresentado de forma pontual, durante a realização de feiras ou durante os principais eventos de Tutóia (figura 52) e existe apenas um ponto fixo de comercialização do artesanato tipicamente local, que fica localizado próximo ao atracadouro de onde saem as lanchas para o passeio náutico e é subsidiado por proprietários de meio de hospedagem. Ressalta-se também, que esse mesmo grupo de

empresários, incentiva essa produção do artesanato local e apoio a realização das feiras, promovendo geração de renda para a população.

Mesmo que sendo uma atividade pontual e não tão expressiva, o artesanato de Tutóia possui características regionais, feitos principalmente de materiais oriundos do Buriti (*Mauritia flexuosa*) e da Carnaubeira (*Copernicia prunifera*). Sendo assim, um ponto positivo em detrimento de alguns souvenirs e que são chamados de “arte de aeroporto” (MATHIESON E WALL, 1988, p. 168), que consiste em obras estilizadas e sem muitas ligações com a cultura local.

Figura 52. Feira de Artesanato em Tutóia



Fonte: ATTT, 2017.

As ações do governo estadual se aplicam sobre o município por meio de 3 (três) programas: Mais Qualificação e Turismo, Regionalização e Cadastur. O Mais Qualificação e Turismo é um programa desenvolvido pelo governo estadual que tem por objetivo a oferta de cursos de curta duração⁶⁰ visando à qualificação de pessoas que trabalham ou desejam trabalhar com atividade ligadas ao setor turístico, ou seja, qualificação da cadeia produtiva do turismo e a população como um todo. A Regionalização é uma ferramenta direcionada às secretarias municipais de turismo para trabalhar os critérios e portarias estabelecidas pelo Programa de Regionalização do

⁶⁰ Segundo a informações concedidas via SEATUR (Secretaria Adjunta de Turismo do Maranhão), os cursos ofertados pelo programa de Mais Qualificação e Turismo são: Qualidade no atendimento para Bares e Restaurantes; Técnicas de Recepção para Meios de Hospedagem; Boas práticas em Manipulação de Alimentos; Técnicas de Arrumação para camareiras; Organização de eventos; Qualidade no atendimento para condutores de passeio; Informações Turísticas; Recepcionistas de Eventos; Mídias Sociais; Turismo Sustentável com foco no Combate a Exploração Sexual Infantil (TSI).

Turismo (PRT). Já o Cadastur, que também é um programa Federal, tem por objetivo cadastrar os prestadores de equipamentos e serviços turísticos.

O Mais Qualificação e Turismo nos anos de 2017 e 2018 qualificou um quantitativo de 44 (quarenta e quatro) pessoas no município de Tutóia, sendo que no ano de 2017 foi ofertado o curso intitulado “Técnicas de recepção para meios de hospedagem” e no ano de 2018 foram oferecidos cursos intitulados “Qualidade no atendimento para condutores de passeio”, “Organização de Eventos”, “Como montar um negócio/ cama e café” e “Turismo Sustentável com foco no Combate à Exploração Sexual Infantil (TSI)”⁶¹. Foi criada também a Superintendência Lençóis e Delta que estende as ações de ofertas dos cursos e mais ações de limpeza urbana dos principais atrativos turísticos para a região do Litoral Oriental do Maranhão.

A oferta de cursos tem o como objetivo qualificar os prestadores de serviços turísticos, assim como orientar a população como montar o próprio negócio e a também atendem aos objetivos de qualificação dos serviços turísticos; além disso, tem preocupação com as questões relativas à sustentabilidade no setor turístico, como proposto pelo Programa de Regionalização do Turismo. Em entrevista com a coordenadora do Programa Mais Qualificação e Turismo, foi revelado que:

Os cursos foram pensados porque nossa maior reclamação era em decorrência do péssimo atendimento ao turistas, a outra vertente de cursos é como ensinar a população local a montar seu próprio negócio, como por exemplo o curso de cama e café, que ensina a montar hospedarias caseiras e fazer as adaptações necessárias para receber os turistas, como exemplo reservar um conjunto de cama e banho exclusivo para os turistas, os itens necessários para montar um café da manhã e outras coisas. Tem também o curso de mídias digitais que ensina as ferramentas para que os proprietários dos equipamentos possam tá divulgando seus estabelecimento e otimizar os lucros e divulgação (Entrevista 12⁶²)

O litoral de Tutóia, principalmente, se apresenta como território com potencial a ser induzido para o uso da atividade turística. Os instrumentos de planejamento estadual e federal são assim, os principais normalizadores do uso do território, nos quais criam possibilidades de acesso a crédito, qualificam os serviços ligados ao setor, constroem infraestrutura de acesso ao município, etc. O setor privado, por sua vez, gerencia as questões de atratividade turística e aos poucos adapta a realidade de uma cidade tranquila para uma cidade turística. A comunidade, por sua vez, ainda não sente efeitos expressivos,

⁶¹ Informações concedidas durante visita técnica a SEATUR (Secretaria Adjunta de Turismo do Maranhão) no dia 27.07. 2018 às 15 horas.

⁶² Entrevista realizada com a coordenadora do Programa de Mais Qualificação e Turismo, no dia 22 de agosto de 2018, em São Luís na Secretaria de Cultura e Turismo do Maranhão.

mas que cria expectativas com o aumento da geração de emprego e renda, assim como oportunidades de incentivos às produções culturais e tradicionais do município. O turista, ainda enfrenta questões relativas à deficiência de equipamentos na cidade, ainda que o “descobrimento” de Tutóia seja atribuído a uma terra de encantos e se revela uma aventura.

SEÇÃO FINAL: CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES



Figura: Praia da Andreza, 17 de novembro de 2018.

No passado colonial, o município de Tutóia era vinculado à aldeias indígenas dos Tremembés, que passou no século XX a ser identificado como importante entreposto de fluxo de mercadorias em decorrência do grande movimento portuário assentado na produção de sal marinho e escoamento da produção do Baixo Parnaíba, sendo considerado o segundo do Maranhão e ficava atrás apenas do porto de São Luís, a capital. Todo esse contexto influenciou na produção e (re) produção do espaço, sendo que atualmente o turismo é apresentada como promissora atividade econômica.

Tutóia pertence ao Polo Turístico Delta das Américas, que pelo quantitativo de fixos de serviços e equipamentos turísticos, pelo potencial de atrativos é considerada a principal cidade desse polo. Com a construção da rodovia MA 315 (interliga as sede dos municípios de Barreirinhas e Paulino Neves) as novas dinâmicas foram induzidas e incrementadas, impondo alterações na reprodução do espaço a partir do turismo, considerando que essa estrada viabiliza um consumo e produção do espaço em todas as cidades litorâneas que fazem parte da Rota das Emoções.

O Programa de Regionalização do Turismo faz remapeamento do turismo a cada dois anos. Sendo assim, no ano de 2019 haverá um novo mapa turístico brasileiro e conforme investigações ao longo da dissertação, constatou-se que Tutóia corre sérios riscos de ficar fora do próximo mapa turístico. Isso porque, desde o início da criação do Polo Delta das Américas, com a insígnia de Polo Delta do Parnaíba, os municípios que o compõem são os mesmos (Água Doce do Maranhão, Araióses, Paulino Neves e Tutóia), entretanto, apesar do potencial de atrativos, nem todos desenvolvem atividades turísticas. Efetivamente, os municípios que possuem atividade turística em desenvolvimento são Paulino Neves e Tutóia, já o município de Araióses possui um potencial atrativo muito bom, mas por fazer divisa com o estado do Piauí, o citado é comercializado partindo de Parnaíba (PI). Some-se a isso que, segundo entrevista realizada com a Superintendente de Regionalização Turística do Maranhão, os critérios para continuar ou entrar no mapa turístico do ano de 2019 serão o município ter um Conselho Municipal de Turismo e ter pelo menos 1 (um) estabelecimento junto ao Cadastur. Dessa forma, dentre os municípios incluídos no citado polo, somente Tutóia possui Conselho Municipal de Turismo e o município de Água Doce do Maranhão, até então, não possui nenhum estabelecimento cadastrado no Cadastur.

Portanto, a primeira conclusão é em relação à permanência do Polo Estratégico Delta das Américas dentro do Mapa do Turismo do Brasil, levando em apreço o fato que segundo portarias do Programa de Regionalização do Turismo, um polo não pode ser

formado por apenas um município. Para isso, recomenda-se, o fortalecimento institucional da realização da atividade turística em cada município, principalmente em Araióses, Paulino Neves e sobretudo em Água Doce do Maranhão, pois a gestão pública deste município não demonstra interesse em trabalhar com a produção e consumo do turismo no território. Ressalta-se também, a importância em integrar as ações de forma a operacionalizar as diretrizes políticas voltadas para o turismo a partir da institucionalização de uma Instância de Governança do Polo Delta das Américas.

Por se tratar de um polo singular, a orientação que destacamos é que o município de Tutóia possui um papel estratégico para a sobrevivência do Polo Delta das Américas, na conjectura de que é o com maior poder de gestão participativa do turismo, por ser o único que apresenta um Conselho Municipal de Turismo e por possuir produtos turísticos bem formatados, terá o papel de sensibilizar os demais sobre a importância de se adequar às exigências feitas pelo MTur.

A promoção do turismo de sol e praia nas cidades do litoral Oriental do Maranhão, ganha cada vez mais destaque com a criação da Rota das Emoções e a facilidade de acesso a partir da construção da MA 315. Constatou-se em Tutóia, uma concentração de equipamentos e serviços turísticos nas praias ou em ruas de fácil acesso a elas, o que induz pensar num mercado turístico voltado a atender o turismo de sol e praia. Todavia, além do segmento turístico e da tentativa de explorar o ecoturismo na ilhas do delta, ressalta-se o potencial do turismo histórico-cultural, que passa despercebido perante a produção do espaço turístico.

Diversificar a oferta turística é oferecer mais opções para os turistas, mais oportunidades de renda para a população local e evitar a saturação dos produtos já existentes. Por se tratar de uma cidade que teve processos de colonização envolvendo indígenas Tremembés e religiosos portugueses jesuítas, as influências revelam suas marcas por todo o território tutoiense, principalmente na comunidade conhecida como Velha Tutóia.

Além do acervo arquitetônico colonial, cita-se como potenciais de atratividade do turismo histórico-cultural, a Dança do Carço, que é original desse município, mas que suas apresentações se restringem a períodos juninos ou a alguns eventos locais. A proposição feita sobre esse contexto é o poder público incentivar e valorizar o patrimônio cultural, material e imaterial, objetiva resgatar autoestima da população local. Assim sendo, a criação de um memorial histórico para servir como incentivo as produções

históricas e culturais da cidade, evitando o desaparecimento de manifestações como a Dança do Carçoço.

Sobre os agentes da produção do espaço turístico em Tutóia, foram identificados conflitos entre os componentes da trade turística. Os empresários de empreendimentos do setor turístico são os agentes que possuem maior força de atuação na produção do espaço, de forma que, de maneira que a união entre esses operadores do turismo em relação à defesa dos objetivos comuns se contrapõe à omissão do ex- secretário de turismo de Tutóia.

A produção do turismo em Tutóia é impulsionada principalmente pelos empresários locais, destaca-se a quantidade, a qualidade e a diversidade de equipamentos e serviços do setor turístico. Em relação à quantidade, observa-se que é a segunda cidade do Litoral Oriental do Maranhão que apresenta o maior contingente de equipamentos turísticos, perdendo somente para o município de Barreirinhas, que já é um destino consolidado nacionalmente. Outro quesito é em decorrência da diversificação dos equipamentos, atendendo aos mais variados perfis de turista, além do crescente aumento de empresários que prestam serviços ao turismo.

Ademais, todos os grandes empresários são filhos de Tutóia, mas evidencia-se também o interesse da população local em trabalhar com atividades ligadas ao turismo, principalmente na Comunidade do Arpoador. Destaca-se como ponto positivo que os grandes empresários estão incentivando a população para trabalhar com o turismo, com a venda de produtos naturais do lugar, como por exemplo, o coco ou até mesmo encorajando-os a montarem negócios como restaurantes e bares. Entretanto, aguçar, despertar, desenvolver e qualificar a população para tal atividade, também é de responsabilidade do governo promover a capacitação dessas pessoas. Pela esfera estadual a oferta de curso já acontece, no entanto a esfera municipal que é conhecedora das necessidades locais, deveria estender as ações de capacitação promovida pelo Governo Estadual sobre o programa do “Mais Qualificação e Turismo”.

A produção do espaço turístico é influenciada principalmente pela força de atuação da iniciativa privada, no entanto, os grandes empresários são os que possuem maior poder aquisitivo no município. Tratando-se da sociedade, ainda é incipiente sua participação sobre a produção do turismo, restringindo a algumas hospedarias familiar e restaurantes familiar.

No entanto, um ponto negativo sobre a produção do espaço turístico em Tutóia discorre sobre o conflito entre trabalhadores e empresários. Embora a força de trabalho

seja em maioria dos moradores de Tutóia, a não assinatura da carteira de trabalho, também se configura em um trabalho informal, todavia esse fato não acontece em decorrência da não qualificação da mão de obra, mas sim, da sazonalidade em que o turismo acontece no município.

No começo da gestão do ex-secretário, no ano de 2017, esse se fez apático na aproximação com os componentes da trade turística. O desinteresse em gerir a atividade no município foi motivo de afastamento e desconfiança dos proprietários de equipamentos turísticos. Documentos importantes para o ordenamento do território para a realização da prática do turismo, como Inventário Turístico e Plano Municipal de Turismo, não foram realizados em sua gestão e o município ainda se encontra sem tais documentos, que são importantes para o planejamento e gestão participativa do turismo no município.

O não comprometimento dessa “gestão” somado com a falta de profissionalismo do ex-secretário com o setor, prejudicou o desenvolvimento do turismo, na medida que as ações realizadas foram pontuais e sem muita eficácia. Ressaltamos aqui, a importância primordial da realização de um Plano Municipal de Turismo, viabilizando o ordenamento do território para a atividade turística, por meio da definição de diretrizes e estratégias para o aproveitamento produtivo do território. Tal plano também consiste num instrumento capaz de delegar funções e atender exigências da cadeia produtiva.

Salienta-se também a revisão do Plano Maior 2020, pois já encontra-se defasado e com muitas falhas aparentes, de maneira que menciona-se a não definição de diretrizes que orientem os polos a mudarem de categoria de acordo com o nível de classificação hierárquica estabelecida pelo plano, que definiu os polos em Indutores, Estratégicos e de Desenvolvimento. O Polo Delta das Américas é definido por tal plano como um Polo Estratégico, ou seja, aquele que é importante para a diversificação da oferta turística em médio prazo e que as questões relativas à acesso e aos atrativos são potenciais. No entanto, o atual modelo de promoção do turismo no Maranhão, divulga o polo, junto com os outros 3 (três) Polos Indutores (São Luís, Lençóis Maranhenses e Chapada das Mesas); dessa forma, o entendimento é que esses 4 polos estão no mesmo nível, assim então não de acordo com o que foi projetado para o turismo até o ano de 2020, segundo Plano Maior.

Durante a dissertação, os relatos sobre a precária infraestrutura urbana de uma cidade turística foram constantes. Investimentos em saneamento básico, incluindo esgotamento sanitário, limpeza urbana e abastecimento de água, são primordiais para o

desenvolvimento da atividade turística, o que é uma dificuldade para estruturar uma oferta turística.

4. REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Odorico Melo. **Tutóia 70 anos: 1938- 2008**. São Luís: EDUFMA, 2015.

BARBOSA, G. V. & PINTO, M. N., 1973. **Geomorfologia da Folha SA.23 São Luís e parte da Folha SA.24 Fortaleza**. In: BRASIL. DNPM, 1973. Projeto RADAM. Folha SA.23 - São Luís e parte da folha SA.24 – Fortaleza; geologia, geomorfologia: solo, vegetação e uso potencial da terra. Rio de Janeiro, 1973.

BENI, Mário Carlos. **Análise Estrutural do Turismo**. 3ªed. São Paulo: Editora SENAC, 2000.

BENI, Mário Carlos. **Política e planejamento de turismo no Brasil**. São Paulo: Apleph, 2006

BENI, Mário Carlos. Planejamento estratégico e gestão local/ regional do turismo. In: SEABRA, Giovanni. (Org). **Turismo de base local**. João Pessoa: Editora Universitária, 2007. p. 125 a 150

BERKES, F.; FOLKE, C. **A systems perspective on the interrelations between natural, human-made and cultural capital**. Ecological Economics, n. 5, 2000, p. 1-8

BRASIL. **Decreto s/n, de 28 de agosto de 1996**. Cria a Área de Proteção Ambiental Delta do Parnaíba, nos Estados do Maranhão, Piauí e Ceará, para proteger os deltas do Rios Parnaíba, Timonha e Ubatuba com sua fauna e flora e complexo dunar. Proteger remanescentes de mata aluvial, proteger os recursos hídricos, melhorar a qualidade de vida das populações residentes, mediante orientação e disciplina das atividades econômicas. Brasília, 1996.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior. **Programa do Artesanato Brasileiro**. Ata do Seminário Nacional com os Coordenadores do Programa do Artesanato Brasileiro, Brasília, 03 e 04 out. 2006.

BRASIL. **Portaria n ° 144, de 27 de agosto de 2015**. Estabelece a categorização dos municípios pertencentes às regiões turísticas do mapa do turismo brasileiro, definido por meio da portaria Mtur n° 313, de dezembro de 2013, e dá outras providências. Brasília, 2016.

BRASIL. **Portaria nº 172, de 11 de julho de 2016**. Define o Mapa do Turismo Brasileiro 2016 e dá outras providencias. Brasília, 2016.

BRASIL. **Portaria nº 105, de 16 de maio de 2013**. Institui o Programa de Regionalização do Turismo e dá outras providências. Brasília, 2016.

BRASIL. **Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil**. Diretrizes. Brasília: Ministério do Turismo, 2013.

BRASIL. **Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil: Introdução a Regionalização do Turismo no Brasil**. Brasília: Ministério do Turismo, 2007.

BRASIL. **Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil: Módulo Operacional 7: Roteirização Turística.** Brasília: Ministério do Turismo, 2007.

BRASIL. **Rede de Cooperação Técnica para a Roteirização – Experiência do Brasil:** Ministério do Turismo, Sebrae Nacional, Senac Nacional, Braztoa, Instituto Marca Brasil. Brasília 2007.

BRASIL. **Plano Nacional de Turismo (2003- 2007).** Ministério do Turismo, 2003.

BRASIL. **Plano Nacional de Turismo (2007- 2010).** Ministério do Turismo, 2007.

BRASIL. **Plano Nacional de Turismo (2013- 2016).** Ministério do Turismo, 2013.

BRASIL. **Plano Nacional de Turismo (2018- 2022).** Ministério do Turismo, 2018.

BRASIL. **Orientações técnicas para a criação de um conselho municipal de turismo.** Ministério do turismo, 2018.

BRUSADIN, Leandro Benedini. **Estudo da avaliação do Programa Nacional de Municipalização do Turismo- PNMT na gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso.** Revista Hospitalidade, São Paulo, v.2 n.2, p. 87- 111. 2005

BOUD e BOVY, Manuel e LAWSON, Fred. **Tourism and recreation development.** Londres: The Architectural Press, 1977.

CASTRO, Iná Elias de. **Seca versus seca, novos interesses, novos territórios, novos discursos no Nordeste.** In: CASTRO, Iná Elias et al. (Orgs.) **Brasil- questões atuais da reorganização do território.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade.** São Paulo: Contexto, 2007.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. O consumo do espaço. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (Org.). **Novos Caminhos da Geografia.** São Paulo: Contexto, 2001. p.173-186.

COSTA, Rerisson Rocha da. **Turismo produção e consumo dos espaços nas comunidades de Redonda e Tremembé, Icapuí- Ceará.** Dissertação (Mestrado Acadêmico em Geografia) – Centro de Ciência e Tecnologia. Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2010.

COSTA, Rerisson Rocha da. **O litoral do Maranhão, entre segredos e descobertas: a fronteira de expansão do turismo litorâneo.** Tese (Doutorado em Geografia Humana)- Departamento de Geografia. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

COOPER, Chris; HALL, Michael; TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi. **Turismo Contemporâneo.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

CPRM. **Projeto Cadastro de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea, estado do Maranhão**: relatório diagnóstico do município de Tutóia / Francisco Lages Correia Filho, Érico Rodrigues Gomes, Ossian Otávio Nunes, José Barbosa Lopes Filho. - Teresina: CPRM - Serviço Geológico do Brasil, 2011

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. **Introdução a geografia do turismo**. 2. Ed. São Paulo: Roca, 2003.

CRUZ, Rita C.A. Políticas públicas de turismo no Brasil: território usado, território negligenciado. **Revista Geosul**, v.20, n.40, 2005. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/207941/mod_resource/content/1/Artigo%20CRUZ.pdf. Acesso 30.05.2018.

CORIOLOANO, Luzia Neide. **Lazer e turismo para o desenvolvimento na escala humana**. Revista Lusófona de Estudos Culturais. Vol. 1, n. 2, pp. 126-141, 2013
ISSN 2183-0886.

DALY, Herman E. **A economia ecológica e o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: AS-PTA, Textos para Debates n. 34, 1991, 21p

DANTAS, Eustógio Wanderley Correia. **Maritimidade nos trópicos: por uma geografia do litoral**. Fortaleza: Ed. UFC, 2009.

DIAS, R. **Planejamento do Turismo**: política e desenvolvimento do turismo no Brasil. São Paulo: Atlas, 2003.

FEITOSA, Antonio Cordeiro. **Ocupação e uso da zona costeira do estado do Maranhão, Nordeste do Brasil**. Maranhão, 2011.

FEITOSA, Antonio Cordeiro. **Evolução morfogenética do litoral norte da ilha do Maranhão**. Rio Claro: IOGCE/UNESP, 1989. Dissertação de mestrado.

FERREIRA, Antonio J. de A. **A reestruturação urbana maranhense: dinâmica e perspectivas**. São Luís: EDUFMA, 2017.

FERREIRA, Antonio J. de A. **A produção do espaço urbano em São Luis do Maranhão**: passado e presente: há futuro?. São Luís: EDUFMA, 2016.

FOLKE, S. Primeiro pensamento da geografia do imperialismo. **Antipode**, 5 (3) 45- 51, 1973.

GETZ, D. **Models in tourism planning towards integrations of theory and practice**. **Tourism Manegement**. 1986, pp. 21- 32.

HARVEY, David. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

IMESC. **Produto Interno Bruto dos Municípios do Maranhão**. Período 2010 a 2014. São Luís, 2016, v. 11.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Oxford: Blackwell, 1995.

LEFEBVRE, Henri. **Espaço e Política**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008

LIMA, Renata Mayara Moreira de. **Turismo, Políticas Pública e Desenvolvimento: uma avaliação do Programa de Regionalização do Turismo nas cinco regiões turísticas do Rio Grande do Norte (2004- 2014)**. 2017.336f. (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), 2017.

LOBATO, Fabiana Mendes. **Descentralização das Políticas Públicas de Turismo: a municipalização do turismo no Maranhão**. São Paulo, 2001.

MATHIESON, A. e WALL, G. **Tourism- Economic physical and social impacts**. Nova York, Longman, 1988.

MATOS, F. de O. **Formação e Limitações Regionais do Plano de Desenvolvimento Sustentável da Região Turística do Meio-Norte (Brasil)**. 2013. 249f. (Doutorado em Geografia)- Universidade Federal do Ceará, UFC, 2013.

MARANHÃO. Empresa Maranhense de Turismo S.A- MARATUR. **Subsídios para a história do turismo no Maranhão**. São Luis: MARATUR, 1982.

MARANHÃO. Gerencia de Planejamento e Desenvolvimento Socioeconômico. **Plano de Desenvolvimento Integral do Turismo no Maranhão: Plano Maior**. São Luis. Geplan, 2000.

MARANHÃO. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional Superintendência do Iphan no Maranhão. **Complexo Cultural do Bumba-meu-boi do Maranhão**. São Luis. IPHAN, 2011

MARANHÃO. Secretaria de Estado do Turismo. **Plano Estratégico de Turismo do Estado do Maranhão**. Relatório Final. São Luis, 2012.

MARANHÃO. Secretaria do Estado do Turismo. **Plano Estratégico do Polo Delta das Américas**. Raízes, 2015.

MARANHÃO. **Zoneamento Costeiro do Estado do Maranhão**. São Luís: FSADU, 2010.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Geografia Crítica: a valorização do espaço**. São Paulo: Hucitec, 1999.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Contribuição para a gestão da zona costeira do Brasil: elementos para uma geografia do litoral brasileiro**. São Paulo: Annablume, 2007

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Projeto da Região Turística da Costa Norte**. UERJ: 2007.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Plano de Desenvolvimento Sustentável da Região Turística do Meio-Norte**. MTUR, 2013.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo Regional da Rota das Emoções**. São Paulo: MTUR, 2013.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO (OMT). Panorama OMT del turismo internacional. Disponível em: <http://www.e-unwto.org/doi/pdf/10.18111/9789284418152>. Acesso em: 17 de novembro de 2018.

OURIQUES, Helton Ricardo. **A produção do turismo: fetichismo e dependência**. São Paulo: ed. Alínea, 2005.

OSEKI, Jorge Hagime. O Único e o homogêneo na produção do espaço. In: MARTINS, José de Souza (Org.). **Henri Lefebvre e o retorno à dialética**. São Paulo: Hucitec, 1996. p.109- 119. IDEM.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUTÓIA. **Lei nº117 /2006 de 05 de outubro de 2006**. Dispõe sobre a instituição do Plano Diretor do Município de Tutóia do estado do Maranhão. Tutóia, 2006.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUTÓIA. **Lei nº 212/ 2016**. Estima a receita e fixa a despesa do município de Tutóia para o exercício financeiro de 2017, e dá outras providências”. Maranhão, Tutóia, 2016.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **O desafio ambiental**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

RAFFESTIN. Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RODRIGUES, Adyr Balastrieri. **Turismo e espaço: rumo a um conhecimento transdisciplinar**. São Paulo: Hucitec, 1999.

RODRIGUES, Adyr Balastrieri. **Turismo e territorialidades plurais– lógicas excludentes ou solidariedade organizacional**. En publicación: América Latina: cidade, campo e turismo. Amalia Inés Geraiges de Lemos, Mónica Arroyo, María Laura Silveira. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, San Pablo. Diciembre 2006.

RUSCHMANN, Doris Van de Meene. **Turismo e planejamento sustentável: A proteção do meio ambiente**. Campinas, São Paulo: Papirus, 1997.

SANTOS, Milton e SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início o século XXI**. 6.ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

SANTOS, M. **A natureza do espaço – Técnica e tempo. Razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS. Milton. **Espaço e método**. São Paulo: Edusp, 2014.

SANSOLO, CRUZ. **Plano Nacional do Turismo: uma análise crítica**. Caderno virtual de turismo. São Paulo, 2003.

SEBRAE. **Trato e destinação de resíduos sólidos Tutóia - MA.** São Luis: dPaula Consultoria Ltda, 2015

SEBRAE. **Relatório do perfil do turista da rota das emoções.** 2015

SEBRAE. **Identificação e ação:** o design valorizando Tutóia. Tutóia: 2008.

SERPA, Angelo. **Espaço público e acessibilidade:** Notas para uma abordagem geográfica. GEOUSP. São Paulo, n. 15, v. 15, 2004, p. 21-37.

SOUZA, Charles Benedito Gemaque. **A contribuição de Henri Lefebvre para reflexão do espaço urbano da Amazônia.** Revista Franco- Brasileira de Geografia, 2009. DOI : 10.4000/confins.5633

VASCONCELOS E BARROS, Benedito de. **A Tutóia e o Delta do Parnaíba.** BPBL (acervo digital). s.n.t

TODESCO, Carolina. **Estado e produção terceirizada de políticas públicas de turismo para a Amazônia Legal:** uma análise fundada nas dimensões da vida política. 2013. 257f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 1988

TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi. **Análises regionais e globais do turismo brasileiro.** São Paulo: Roca, 2005.

IBAMA. **Plano de Gestão Ambiental para a Área de Proteção Ambiental do Delta do Parnaíba.** 1998. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/biodiversidade/unidades-de-conservacao/biomas-brasileiros/marinho/unidades-de-conservacao-marinho/2246-apa-delta-do-parnaiba.html> Acesso em: 04/12/2017.

ANEXOS

Anexo 1 Lei Orçamentária Anual de 2016



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUTÓIA
Praça Getúlio Vargas, 61/Centro – CEP: 65.580-000-CNPJ06.218.572.0001-28
Telefax: (98) 34790011 – e-mail: prefeituraturóia@ig.com.br

Lei Municipal Nº 212 /2016

“Estima a receita e fixa a despesa do município de
TUTÓIA para o exercício financeiro de 2017, e dá
outras providências.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUTÓIA, ESTADO DO MARANHÃO, no
uso de suas atribuições legais sanciona a seguinte Lei:212/2016

TÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES COMUNS

Art. 1º. Estima a Receita e fixa a Despesa do Município de TUTÓIA para o exercício financeiro de 2017, compreendendo:

I - O Orçamento Fiscal referente aos Poderes do Município, Órgãos, Fundos instituídos e mantidos pelo Poder Público Municipal e Entidades da Administração Direta e Indireta;

II - O Orçamento da Seguridade Social, abrangendo todos os Órgãos a eles vinculados, Fundos instituídos e mantidos pelo Poder Público Municipal e Entidades da Administração Direta e Indireta.

TÍTULO II DOS ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

CAPÍTULO I DA ESTIMATIVA DA RECEITA

Art. 2º. Fica estimada a Receita Orçamentária do Município, a preços correntes e conforme a legislação tributária, em R\$ 97.449.200,00 (noventa e sete milhões, quatrocentos quarenta e nove mil e duzentos reais).

Art. 3º. As receitas decorrentes da arrecadação de tributos, contribuições e de outras receitas correntes e de capital, previstas na legislação vigente, são discriminadas por categoria econômica conforme desdobramento a seguir:

FONTES	VALOR (R\$)
1. RECEITAS DO TESOIRO MUNICIPAL	
1.1. RECEITAS CORRENTES	0,00
Receita Tributária	834.000,00
Receita de Contribuições	600.000,00
Receita Patrimonial	131.000,00
Transferências Correntes	95.304.000,00
Outras Receitas Correntes	11.000,00
1.2. DEDUÇÃO DE RECEITAS - FUNDEB	5.430.800,00
(Portaria STN Nº 328, de 27/08/2001)	
1.3. RECEITAS DE CAPITAL	6.000.000,00
Transferências de Capital	6.000.000,00
TOTAL GERAL (1.1 - 1.2 + 1.3)	97.449.200,00

Art. 4º. A receita será realizada com base no produto do que for arrecadado, na forma da legislação em vigor, de acordo com o desdobramento constante do anexo que é parte integrante desta Lei.

CAPÍTULO II DA FIXAÇÃO DA DESPESA

Art. 5º. A Despesa Orçamentária, no mesmo valor da Receita total, fixada em 97.449.200,00 (noventa e sete milhões, quatrocentos quarenta e nove mil e duzentos reais).

Art. 6º. Estão plenamente assegurados recursos para os investimentos em fase de execução, em conformidade com a LDO para o ano de 2017.

CAPÍTULO III DA DISTRIBUIÇÃO DA DESPESA POR ÓRGÃO

Art. 7º. A despesa total, fixada à conta dos recursos previstos, segundo a discriminação dos quadros programa de trabalho e natureza da despesa, integrantes desta lei, apresenta por órgãos, o seguinte desdobramento:

ÓRGÃOS	VALOR (R\$)
CÂMARA MUNICIPAL	2.500.000,00
GABINETE DO PREFEITO	1.380.000,00
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ADMINISTRATIVA	450.000,00
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS	3.959.400,00
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E MEIO AMBIENTE	908.000,00
SECRETARIA DE OBRAS, INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES	5.077.000,00
SECRETARIA DE CULTURA	1.632.000,00
SECRETARIA DE ESPORTES, LAZER E JUVENTUDE	1.412.000,00
SECRETARIA DE TURISMO	620.000,00
SECRETARIA DE PESCA E AQUICULTURA	90.000,00
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	9.332.950,00
FUNDEB	48.366.000,00
SECRETARIA DE SAÚDE	2.580.000,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	13.626.850,00
SECRETARIA DE TRABALHO E AÇÃO SOCIAL	610.000,00
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	2.085.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	2.840.000,00
TOTAL GERAL	97.449.200,00

CAPÍTULO IV

DA AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITOS E CONTRATAÇÃO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITOS

Art. 8º. Ficam os Chefes dos Poderes Executivo e Legislativo Municipal, autorizados a abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 35% (trinta e cinco por cento) da receita prevista para o exercício de 2017, utilizando como fonte de recursos compensatórios as disponibilidades referidas no Parágrafo 1º, do Art. 43, da Lei Federal nº. 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 9º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a anular da Reserva de Contingência, utilizando como fonte de recursos para suprir insuficiências de dotações orçamentárias relativas à pessoal e dívida pública.

Art. 10. Remanejar, por decreto do Poder Executivo, dentro de um mesmo projeto/atividade, os recursos alocados nos seus elementos de despesa, quando um elemento se mostrar insuficiente.

Art. 11. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a realizar operações de créditos por antecipação da receita, com a finalidade de manter o equilíbrio orçamentário-financeiro do Município, observados os preceitos legais aplicáveis à matéria.



PARÁGRAFO ÚNICO – O Executivo, ao realizar operações de crédito por antecipação da receita, submeterá o pedido de autorização da referida operação ao Poder Legislativo do Município de TUTÓIA, apresentando no mesmo pedido, a condição de endividamento do município.

CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 12. Fica o Poder Executivo autorizado a contratar e oferecer garantias a empréstimos voltados para o saneamento e habitação em áreas de baixa renda, com a prévia autorização do Poder Legislativo do Município de TUTÓIA.

Art. 13. O Prefeito, no âmbito do Poder Executivo, poderá adotar parâmetros para utilização das dotações, de forma a compartilhar as despesas à efetiva realização das receitas, para garantir as metas de resultado primário.

Art. 14. A Chefe do Poder Executivo fixará através de Decreto, o detalhamento da despesa por elemento de gastos das atividades e projetos correspondentes aos respectivos programas de trabalho das unidades orçamentárias;

Art. 15. Através de Decreto, até 30 dias após a publicação do orçamento, a Chefe do Executivo Municipal estabelecerá a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso das diversas unidades orçamentárias, conforme art. 8º da Lei Complementar Nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 16. Esta Lei entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2017, revogadas as disposições em contrário.

Art. 17. Revogam – se as disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TUTÓIA, ESTADO DO
MARANHÃO**, em 30 de Dezembro de 2016.


RAIMUNDO NONATO ABRAÃO BAQUIL
Prefeito Municipal

Anexo 2 Folder atual de divulgação do turismo no Maranhão (frente)



O GRANDE BRASIL EM UM SÓ LUGAR.

O Maranhão é um dos principais encantos do Brasil. Tem história para contar, tem magia, beleza e alegria. Vasta área localizada entre o Norte e o Nordeste do Brasil, o Maranhão é bonito por natureza.

São Luís, Patrimônio Cultural da Humanidade é o ponto de partida para outras descobertas. Na extensa faixa do litoral, o meio ambiente pulsa com ricos biomas, áreas de preservação natural

e cenários únicos como os Lençóis Maranhenses e o Delta das Américas.

O Maranhão é também cerrado. São cachoeiras, grandes lagoas naturais, rios, riachos e aventura na Chapada das Mesas.

Cada polo turístico tem seus atrativos naturais, culturais e arquitetônicos. Maranhão, uma terra única em diversidade e beleza.

Fonte: Maranhão (2017)

Anexo 3 Folder atual de divulgação do turismo no Maranhão (Polos Divulgados)

O maior acervo de casarões coloniais de arquitetura lusitana do Brasil, cercado de belas praias.



Casa de grande interesse das principais companhias aéreas nacionais. Aeroportuário Maranhão Hugo de Carvalho Machado.

O que fazer: conhecer o Centro Histórico e suas casas de cultura, visitar grande ao Palácio dos Leões, visitar o Mercado da Tábua e provar as iguarias típicas, visitar as lindas praias e o CEPAMA, o melhor do artesanato em um só lugar.





Patrimônio Cultural da Humanidade reconhecido pelo Unesco. São Luís abriga seus visitantes com um cenário único de clima e cores.

Descobrir as encantativas cidades e viajar no tempo pelo Centro Histórico, viver com a polifonia de suas manifestações culturais e usufruir o melhor da herança brasileira, com extensas praias e bela arquitetura.

Fine combinação de cultura e beleza e apenas a ponta da partida para tantos outros encantos do Maranhão.



POLO SÃO LUÍS

POLO DELTA DAS AMÉRICAS

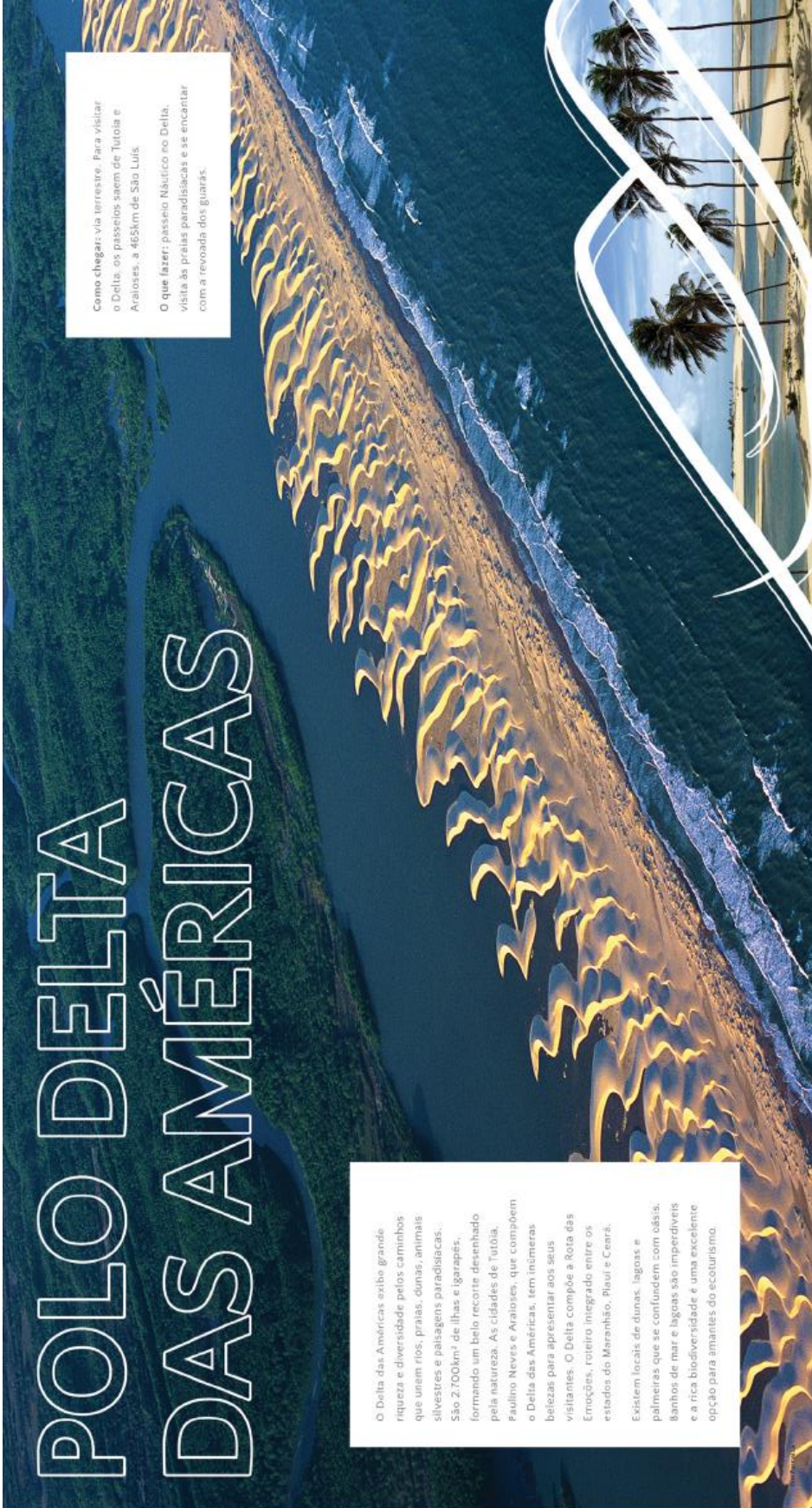
POLO LENÇÓIS MARANHENSES

POLO CHAPADA DAS MESAS

- SÃO LUÍS
- SÃO JOSÉ DE RIBAMAR
- AÇÓIS
- ALCANTARA
- BARRERINHAS
- SÃO TOINHO
- HUMBERTO DE CAMPOS
- TUTÓIA
- ARAIOSES
- PAULINO NEVES
- IMPERATRIZ
- CACULINA
- BACALHÃO
- ESTREITO
- TASSOFRAGOSO

Fonte: Maranhão (2017)

Anexo 4 Folder atual de divulgação do turismo no Maranhão (Polo Delta das Américas)



POLO DELTA DAS AMÉRICAS

Como chegar: via terrestre. Para visitar o Delta, os passeios saem de Tutóia e Aralozes, a 465km de São Luís.

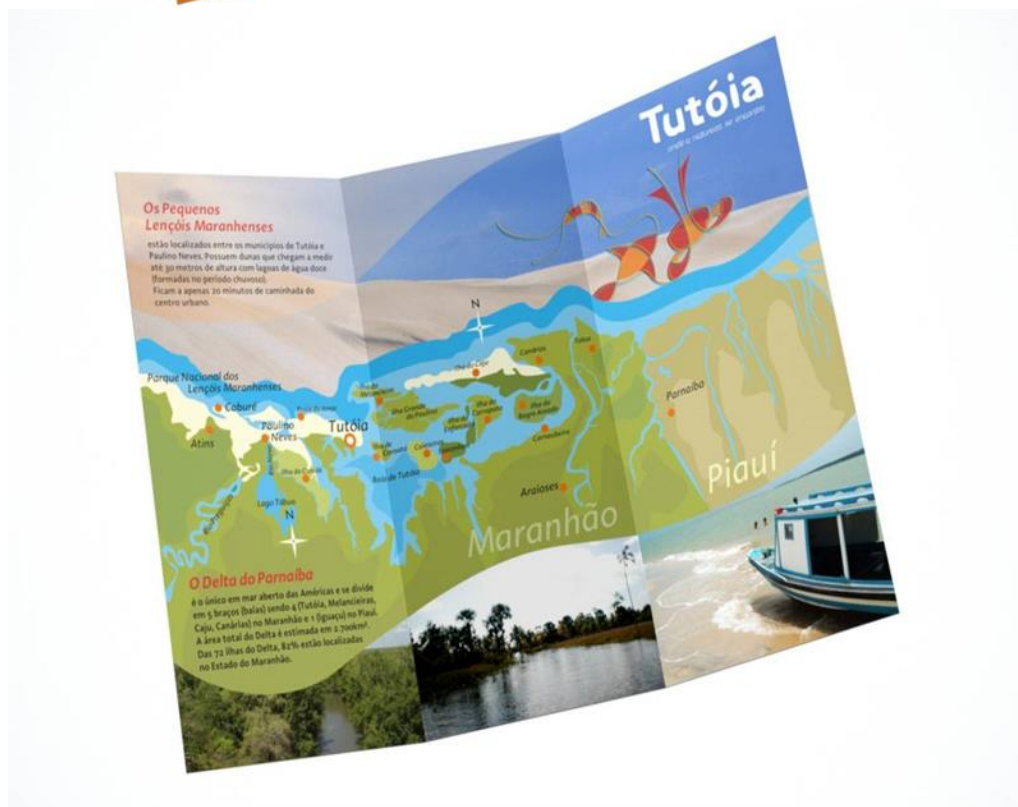
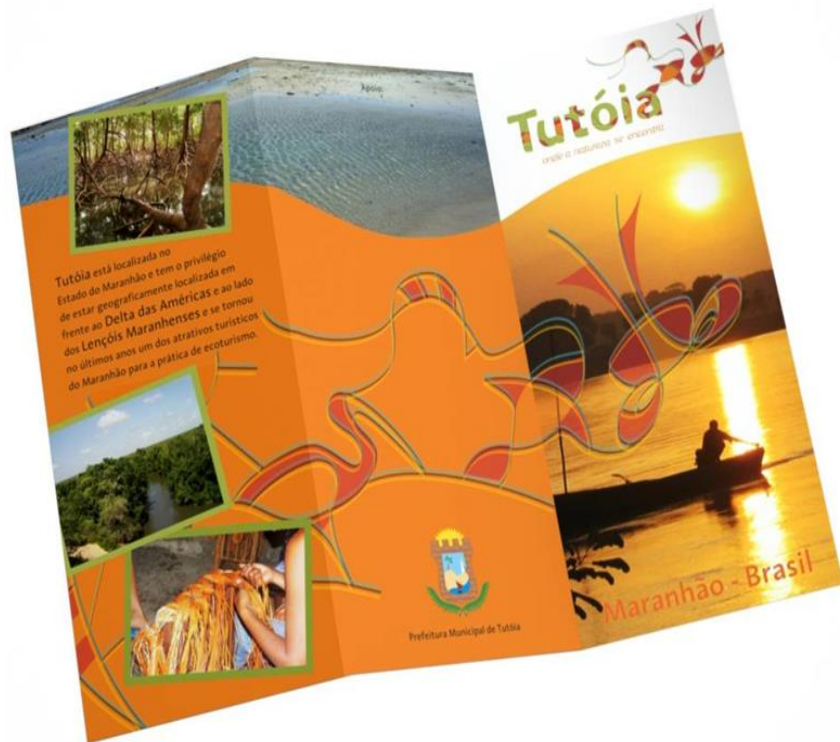
O que fazer: passeio Náutico no Delta, visita às praias paradisíacas e se encantar com a revoadada dos guarás.

O Delta das Américas exibe grande riqueza e diversidade pelos caminhos que unem rios, praias, dunas, animais silvestres e paisagens paradisíacas. São 2.700km² de ilhas e igarapés, formando um belo recorte desenhado pela natureza. As cidades de Tutóia, Paulino Neves e Aralozes, que compõem o Delta das Américas, tem inúmeras belezas para apresentar aos seus visitantes. O Delta compõe a Rota das Emoções, roteiro integrado entre os estados do Maranhão, Piauí e Ceará.

Existem locais de dunas, lagoas e palmeiras que se confundem com oásis. Banhos de mar e lagoas são imperdíveis e a rica biodiversidade é uma excelente opção para amantes do ecoturismo.

Fonte: Maranhão (2017)

Anexo 5 Folder de divulgação do turismo em Tutóia



Fonte: SEMTUR Tutóia, 2016.

APÊNDICE

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO - UEMA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO – PPG
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA, NATUREZA E
DINÂMICA DO ESPAÇO – PPGeo

Entrevista estruturada e aberta

A) **Roteiro de entrevista com proprietários de equipamentos de meios de hospedagem, agências de passeios, restaurantes e empresários que desenvolvem atividades ligadas ao turismo em Tutóia- MA**

Nome completo do entrevistado: _____

Identificação do estabelecimento: _____

Email: _____

Data da entrevista: __/__/____ Local da entrevista: _____

Hora de início da entrevista:__:__:__ Hora de término da entrevista:__:__:__

1. Qual a sua escolaridade? _____
2. Você é natural do Município de Tutóia? _____
3. Há quanto tempo você trabalha nessa função? Possui outra fonte de renda?

4. Qual é a contexto histórico do surgimento do seu empreendimento? Teve investimentos de instituições privadas ou pública?

5. Existe alguma associação por parte da iniciativa privada, dos agentes que compõem a *trade turística* que defenda direitos comuns?

6. Como você avalia as ações públicas para o desenvolvimento do turismo no município de Tutóia?

7. Quais seriam as principais ações pública que você acredita que melhoraria o desenvolvimento da atividade turística?

8. Existe alguma parceria entre a intuição privada e pública?

9. O empreendimento possui funcionários? Quantos? Há aumento de vagas nos períodos de alta temporada?

10. O desenvolvimento do turismo no município gerou um aumento no custo de vida durante o período de alta temporada?

11. Você acredita que possa existir uma identificação do turismo por parte da comunidade? A comunidade é beneficiada com o desenvolvimento do turismo?

12. Existe algum conflito decorrente da realização da atividade turística no município de Tutóia?

13. Quais os benefícios e problemas que o desenvolvimento da atividade turística trouxe para o município?

Você autoriza que essa entrevista possa ser usada como banco de informações que subsidiará a execução de uma dissertação referente ao trabalho de conclusão de curso do Programa de Pós- Graduação em Geografia, Dinâmica e Natureza do Espaço?

Assinatura do (a) Entrevistado (a)

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO - UEMA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO – PPG
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA, NATUREZA E
DINÂMICA DO ESPAÇO – PPGeo

Entrevista estruturada e aberta

B) Roteiro de entrevista com secretário da gestão pública municipal de turismo no município de Tutóia- MA

Nome completo do entrevistado: _____

Cargo: _____

Email: _____

Data da entrevista: __/__/____ Local da entrevista: _____

Hora de início da entrevista:__:__:__ Hora de término da entrevista:__:__:__

1. Qual é a sua escolaridade?

2. Há quanto tempo você está ocupando o cargo?

3. Quais as suas principais ações para o desenvolvimento do turismo no município de Tutóia? Faça um breve contexto histórico.

4. Quais as fontes de recurso financeiros que são usadas para a implementação do turismo no município?

5. Quais são os documentos que o município possui para uma melhor gestão e organização da atividade turística? Possui Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo? Inventário Turístico?

6. Quais são as ações de fortalecimento do institucional do turismo por parte das esferas públicas Estadual e Federal?

7. Existe alguma “pressão” dos agentes que compõem a *trade turística* para que políticas públicas de turismo sejam implementada em Tutóia?

8. Como você categoriza a participação da comunidade no processo turístico?

9. Como você analisa o desenvolvimento do turismo em Tutóia? Quais as principais ações que serão executadas durante sua gestão?

10. Quais os benefícios e problemas que o desenvolvimento do turismo trouxe para o município de Tutóia?

Você autoriza que essa entrevista possa ser usada como banco de informações que subsidiará a execução de uma dissertação referente ao trabalho de conclusão de curso do Programa de Pós- Graduação em Geografia, Dinâmica e Natureza do Espaço?

Assinatura do (a) Entrevistado (a)

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO - UEMA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO – PPG
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA, NATUREZA E
DINÂMICA DO ESPAÇO – PPGeo

Entrevista estruturada e aberta

C) Roteiro de entrevista com pessoas que trabalham por conta própria em atividades ligadas ao turismo em Tutóia- MA

Nome completo do entrevistado: _____

Atividade que desenvolve: _____

Email: _____

Data da entrevista: __/__/____ Local da entrevista: _____

Hora de início da entrevista:__:__:__ Hora de término da entrevista:__:__:__

1. Qual é a sua escolaridade?

2. Há quanto tempo você mora no município de Tutóia?

3. Você sempre trabalhou com o turismo? Qual era a outra atividade que você executava antes de trabalhar com turismo?

4. Como você analisa o desenvolvimento da atividade turística no município de Tutóia? Que ações o poder público poderá tomar para uma melhoria da atividade turística?

5. Você considera que existe uma inserção da comunidade na atividade turística?

6. Você acha que existe um aumento no custo de vida durante os períodos de alta estação do turismo?

7. Existe algum conflito entre os moradores do município de Tutóia e o desenvolvimento da atividade turística? Quais?

8. Existe algum financiamento ou linha de crédito que pequenos empresários tenham acesso?

9. Quais os benefícios e problemas que o desenvolvimento do turismo trouxe para o município de Tutóia?

Você autoriza que essa entrevista possa ser usada como banco de informações que subsidiará a execução de uma dissertação referente ao trabalho de conclusão de curso do Programa de Pós- Graduação em Geografia, Dinâmica e Natureza do Espaço?

Assinatura do (a) Entrevistado (a)